



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXIII — Nº 118

SEXTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 1978

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 61, DE 1978

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.630, de 17 de julho de 1978, que concede benefícios tributários ao Programa Nuclear Brasileiro, e dá outras providências.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.630, de 17 de julho de 1978, que concede benefícios tributários ao Programa Nuclear Brasileiro, e dá outras providências.

Senado Federal, 21 de setembro de 1978. — Senador *Petrônio Portella*, Presidente.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 153ª SESSÃO, EM 21 DE SETEMBRO DE 1978

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

— Nº 189/78 (nº 324/78, na origem), referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 45/78 (nº 3.297-B/77, na Casa de origem), que autoriza a reversão ao Município de Itumbiara, no Estado de Goiás, do terreno que menciona. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.564, de 19-9-78).

— Nº 190/78 (nº 325/78, na origem), referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 80/78 (nº 4.201-C/77, na Casa de origem), que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar imóvel que menciona. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.565, de 19-9-78).

— Nº 191/78 (nº 326/78, na origem), referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 33/78 (nº 4.698-B/78, na Casa de origem), que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar o imóvel que menciona. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.566, de 19-9-78).

1.2.2 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Projeto de Decreto Legislativo nº 16/78 (nº 133-B, de 1978, na Câmara dos Deputados), que “aprova o Texto do Acordo Constitutivo do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, assinado pelo Brasil a 13 de abril de 1977”.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 14/78 (nº 128/78, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, de 1975, assinado pelo Brasil, em Nova Iorque, em 9 de junho de 1976. (Redação final.)

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR ORESTES QUÉRCIA — Observações sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1978, que altera dispositivos da Constituição Federal.

SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA — Conclusão das considerações iniciadas em sessão anterior, contestando artigo publicado em revista alemã, depreciativo do Acordo Nuclear Brasil—Alemanha.

SENADOR PAULO BROSSARD, como Líder — Encaminhando à Mesa, requerimento solicitando a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar a ver-

cidade das denúncias suscitadas por órgão da imprensa alemã, sobre irregularidades que estariam ocorrendo relacionadas com a execução do Acordo Nuclear Brasil—Alemanha.

SENADOR BENJAMIM FARAH — Encaminhando à Mesa, proposta de emenda à Constituição, que altera o § 8º do art. 153 da Constituição Federal.

SENADOR MARCOS FREIRE — Apelo ao Sr. Ministro do Trabalho, no sentido de que não aceite a decisão do Conselho Nacional de Medicina, que negou a homologação da vitória da chapa eleita para o Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.5 — Leitura de Resolução

— Resolução nº 69, de 1978, que cria, nos termos do art. 170, a, do Regimento Interno, Comissão de Inquérito, para os fins que especifica.

1.2.6 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 280/78, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que concede ao trabalhador um dia útil de folga, por mês, para tratar de interesses particulares.

— Projeto de Lei do Senado nº 281/78, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que altera a redação dos arts. 5º e 7º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958.

— Projeto de Lei do Senado nº 282/78, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a concessão de licença especial remunerada de seis meses, pelos empregadores, a todos os empregados com dez anos de serviço ininterrupto às mesmas empresas, com todos os direitos e vantagens, e dá outras providências.

— Projeto de Lei do Senado nº 283/78, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a inclusão de Adido Agrícola em representações diplomáticas do País.

— Projeto de Lei do Senado nº 284/78, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a concessão de gratificação de risco de vida aos trabalhadores na construção civil.

1.2.7 — Comunicação da Liderança da ARENA no Senado Federal

— De substituição de membro em Comissão Mista do Congresso Nacional.

1.2.8 — Ofício

— Da Liderança do MDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro em Comissão Mista do Congresso Nacional.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 260/78, de autoria do Sr. Senador Henrique de La Rocque, que prorroga o prazo de validade da carteira de identidade para estrangeiro. **Aprovado**, em primeiro e segundo turno, após parecer da comissão competente. À Comissão de Redação.

— Requerimento nº 206/78, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Sr. Ministro Armando Falcão saudando o Senhor Presidente da República e do agradecimento feito, na oportunidade, pelo Presidente Ernesto Geisel. **Aprovado**.

— Requerimento nº 216/78, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo General João Baptista Figueiredo, no dia 11 de agosto de 1978, na reunião da SUDENE, no Recife. **Aprovado**.

— Projeto de Lei da Câmara nº 32/78 (nº 1.704-B/76, na Casa de origem), que dispõe sobre o depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retidos, em todo o território nacional. **Aprovado**. À sanção.

— Projeto de Lei da Câmara nº 56/78 (nº 4.881-B/78, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a diretriz da ferrovia EF-463 integrante do Plano Nacional de Viação, aprovada pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973. **Aprovado**. À sanção.

— Projeto de Lei do Senado nº 40/72, de autoria do Sr. Senador José Lindoso, que dispõe sobre a propaganda comercial de produtos de consumo público, estabelece obrigatoriedade de descrição de qualidades nas respectivas embalagens, e determina outras providências. **Aprovada**, em segundo turno. À Câmara dos Deputados.

— Projeto de Lei do Senado nº 97/77, de autoria do Sr. Senador Benjamim Farah, que dispõe sobre a propaganda comercial nos uniformes esportivos do atleta profissional de futebol, e dá outras providências. **Rejeitado**, após usar da palavra em sua discussão o Sr. Senador Hugo Ramos. Ao Arquivo.

— Projeto de Lei do Senado nº 115/77, de autoria do Sr. Senador Accioly Filho, que institui a correção monetária nas dívidas exigíveis, pecuniárias ou de valor. **Aprovado**, em primeiro turno, após usar da palavra em sua discussão o Sr. Senador Hugo Ramos.

— Projeto de Lei do Senado nº 66/77, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a declaração de renda dos maiores de 70 anos, inativos civis ou militares. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Rejeitado**. Ao Arquivo.

— Projeto de Lei do Senado nº 45/78, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a maioria trabalhista dos Técnicos de nível médio, e dá outras providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade.) **Rejeitado**. Ao Arquivo.

1.4 — MATÉRIA APRECIADA APÓS A ORDEM DO DIA

— Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 260/78, aprovado na Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 277/78 À Câmara dos Deputados.

1.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR EVANDRO CARREIRA — Homenagem ao Dia da Árvore.

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Memorial dirigido ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, por entidades da agroindústria açucareira e alcooleira, reivindicando a atualização dos preços da cana, do açúcar e do álcool. Abertura, em 9 de outubro próximo, do II Encontro Nacional dos Produtores de Cana-de-Açúcar.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Aprovação, na Comissão Mista, de parecer favorável à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 1978, que restabelece a autonomia política das capitais do País.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Dispositivo aprovado no projeto de reforma constitucional oriundo do Executivo, que concede, indiscriminadamente, a título de representação, um subsídio mensal e vitalício a ex-Presidentes da República.

SENADOR FRANCO MONTORO — Semana da Árvore. Necessidade de se restabelecer o equilíbrio ecológico mundial.

SENADOR VASCONCELOS TORRES — Transcurso, em 24 de outubro próximo, do centenário de nascimento de Raul de Moraes Veiga.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Posição assumida pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura quanto à profissionalização geral do Ensino do 2º Grau.

SENADOR MARCOS FREIRE — Solução ao problema relativo ao comércio varejista de combustível, de Pernambuco.

SENADOR LÁZARO BARBOZA — Recomendações aprovadas pelo V Congresso Brasileiro de Radialistas, realizado em Salvador.

SENADOR OTAIR BECKER — Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Zipperer.

SENADOR ARNON DE MELLO — Escolha do nome de S. Ex^a para paraninfo de formatura de todas as turmas da Universidade Federal de Alagoas.

SENADOR OTTO LEHMANN — Apelo no sentido da prorrogação da vigência de medida de isenção, concedida pelo Governo, às empresas que alienem imóveis de seu ativo fixo, do pagamento do Imposto de Renda sobre tais operações, desde que o produto dela reverta no capital da própria empresa.

SENADOR JOSÉ SARNEY — 10º aniversário da revista *Veja*

1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 154ª SESSÃO, EM 21 DE SETEMBRO DE 1978

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Comunicação da Presidência

— Recebimento do Ofício nº S-19/78 (nº 611/78-CG, na origem), do Governador do Estado de São Paulo, solicitando autorização do Senado Federal para que aquele Estado possa contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de dólares americanos) para o fim que especifica.

2.2.2 — Requerimento

— Nº 278/78, de autoria do Sr. Senador Eurico Rezende, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 94/78, que dispõe

sobre a proibição do abate de açazeiro em todo o território nacional, e dá outras providências.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 159/78 (nº 276/78, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Marcos Henrique Camillo Côrtes, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália. **Apreciado em sessão secreta.**

— Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 161/78 (nº 278/78, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Raymundo Nonnato Loyola de Castro, Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Cabo Verde. **Apreciado em sessão secreta.**

— Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 166/78 (nº 284/78, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Marcelo Pimentel, Advogado, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Renato Machado. **Apreciado em sessão secreta.**

2.4 — MATÉRIA APRECIADA APÓS A ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 94/78, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 278/78, lido no Expediente. **Aprovado**, após pareceres das comissões competentes. À sanção.

2.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

3 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Marcos Freire, proferido na sessão de 19-9-78.

4 — GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

— Edital de convocação de reunião da Comissão Deliberativa.

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 153ª SESSÃO, EM 21 DE SETEMBRO DE 1978

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MENDES CANALE, HENRIQUE DE LA ROCQUE, EVANDRO CARREIRA E ADALBERTO SENA

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevair Leal — Braga Júnior — Evandro Carreira — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Henrique de La Rocque — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Jessé Freire — Milton Cabral — Murilo Paraíso — Luiz Caval-

cante — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — Benjamim Farah — Hugo Ramos — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Lázaro Barboza — Mendes Canale — Accioly Filho — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de Projetos de Lei sancionados:

Nº 189/78 (nº 324/78, na origem), de 19 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 45/78 (nº 3.297-B/77, na Casa de origem), que autoriza a reversão ao Município de Itumbiara, no Estado de Goiás, do terreno que menciona. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.564, de 19-9-78.)

Nº 190/78 (nº 325/78, na origem), de 19 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 80/78 (nº 4.201-C/77, na Casa de origem), que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — a doar imóvel que menciona. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.565, de 19-9-78.)

Nº 191/78 (nº 326/78, na origem), de 19 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 33/78 (nº 4.698-B/78, na Casa de origem), que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — a doar o imóvel que menciona. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.566, de 19-9-78.)

PARECERES

PARECERES Nºs 573 e 574, DE 1978

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1978 (nº 113-B, de 1978, na Câmara dos Deputados), que "aprova o Texto do Acordo Constitutivo do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, assinado pelo Brasil a 13 de abril de 1977".

PARECER Nº 573, DE 1978

(Da Comissão de Relações Exteriores)

Relator: Senador Helvídio Nunes

Com a Mensagem nº 164, de 1978, o Senhor Presidente da República, atendendo ao disposto no art. 44, inciso I, da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo Constitutivo do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, assinado pelo Brasil a 13 de abril de 1977.

A matéria é acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, na qual é salientado que o ajuste tem por objetivo "mobilizar recursos adicionais para incrementar o desenvolvimento agrícola dos Estados-Membros através de assistência financeira a projetos e programas voltados para a expansão e melhoria dos sistemas de produção de alimentos dos países em desenvolvimento". Finaliza o Chanceler ressaltando o interesse do País na ratificação do texto, especialmente porque não acarretará qualquer ônus financeiro e dará margem a que sejamos beneficiários de financiamentos para programas e projetos agrícolas.

Na parte preambular do texto as Partes Contratantes, tendo em vista o disposto no Programa de Ação para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, adotado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, após lembrarem que o problema mundial da alimentação compromete os mais fundamentais princípios e valores

relativos ao direito à vida e à dignidade humanas, afirmam a necessidade de serem adotadas medidas que possibilitem a melhoria das condições de vida nos países em desenvolvimento.

Atendendo a tais considerações, resolveram os Estados constituir o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, com o objetivo de fornecer recursos, em condições vantajosas, aos países em vias de desenvolvimento, para o fim de:

— introduzir, ampliar e aperfeiçoar sistemas de produção de alimentos;

— fortalecer as políticas nacionais destinadas a aumentar a produção de alimentos; e

— melhorar o nível nutricional e as condições de vida das populações mais pobres dos países em desenvolvimento.

A fim de institucionalizar a cooperação neste setor, é constituída uma Organização Internacional, sendo os membros classificados em três categorias consoante dispõe o Anexo I do Tratado. A diferença básica entre as diversas categorias resume-se no fato de que os Estados pertencentes às Categorias I e II são obrigados a contribuir para o Fundo, em moeda livremente conversível, enquanto aqueles que pertencem à Categoria III podem contribuir, se assim desejarem, sendo-lhes ainda facultado recolher as importâncias na sua própria moeda.

No que tange à estrutura interna da entidade, são previstos três órgãos:

— Conselho de Governadores;

— Junta Executiva; e

— Presidente.

O Conselho de Governadores é o órgão máximo da instituição, sendo cada membro representado por um Governador e um suplente. São funções privativas do Conselho:

— adotar emendas ao texto;

— aprovar a admissão de membros e determinar a respectiva classificação ou reclassificação;

— aplicar medida de suspensão a determinado membro;

— concluir operações e distribuir o ativo do Fundo;

— julgar recursos contra as decisões tomadas pela Junta Executiva; e

— fixar a remuneração do Presidente.

É prevista a realização de uma reunião ordinária anual e tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias, desde que convocadas por membros que somem pelo menos um quarto do número total de votos do Conselho ou pela Junta Executiva. O quorum exigido para qualquer reunião será correspondente ao número de governadores que disponham de dois terços do número total dos votos de todos os membros, sendo indispensável a presença entre estes dos governadores que disponham da metade do número total dos votos dos membros de cada uma das Categorias I, II e III.

A Junta Executiva, composta por 18 membros do Fundo, elitos na sessão anual do Conselho de Governadores, para um mandato de três anos, é responsável pela gestão das operações gerais da instituição. O órgão se reunirá todas as vezes em que os assuntos do interesse da instituição assim o exijam, sendo que

os representantes dos Estados-membros desempenharão suas funções sem ônus para o organismo. O quorum mínimo exigido para qualquer reunião é constituído por um número de membros que totalizem dois terços dos votos, presentes os membros que disponham da metade do total de votos dos membros de cada uma das Categorias I, II e III.

O Presidente, eleito pelo Conselho de Governadores para um mandato de três anos, dirige o pessoal administrativo do Fundo, sendo ainda responsável pela gerência das atividades.

O orçamento administrativo da entidade será submetido ao Conselho de Governadores que só poderá aprová-lo por maioria de dois terços dos votos.

Nos órgãos colegiados, salvo expressa disposição em contrário, as resoluções serão tomadas por maioria de votos. O número total de votos é de 1.800, distribuídos entre as Categorias I, II e III. Dentro de cada categoria, os votos serão distribuídos da seguinte maneira:

a) Categoria I — 17,5% dos votos distribuídos equitativamente entre os seus membros; e 82,5% dos votos distribuídos entre os membros proporcionalmente à contribuição de cada um;

b) Categoria II — 25% dos votos distribuídos equitativamente entre os seus membros; e 75% dos votos distribuídos entre os membros proporcionalmente à contribuição de cada um;

c) Categoria III — cada membro terá um número idêntico de votos.

Os recursos do Fundo serão alocados prioritariamente para os fins de atender às necessidades de aumento da produção de alimentos e de melhoria do nível nutricional das populações mais pobres nos países de maior deficit alimentar.

A entidade concederá ajuda aos países-membros sob a forma de empréstimo ou doação, sempre levando em consideração a situação econômica do Estado beneficiário. Caberá à Junta Executiva fixar, periodicamente, a parcela dos recursos do Fundo, a ser empregada durante o ano financeiro para operações de cooperação.

É prevista a conclusão de um acordo, ligando o FITA à Organização das Nações Unidas, na qualidade de agência especializada.

A instituição criada pelo acordo passa a ter personalidade jurídica de direito internacional, sendo-lhe reconhecidos os mesmos privilégios e imunidades previstos na "Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas".

Na elaboração do texto ora submetido à nossa apreciação foram observadas as normas usuais de direito internacional, bem como os princípios da reciprocidade de tratamento e respeito à soberania interna dos contratantes.

No âmbito da competência regimental desta Comissão, nada há que possa ser oposto à aprovação da matéria, cabendo à douta Comissão de Agricultura apreciar o interesse específico para o país na ratificação do texto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação da matéria na forma do Projeto de Decreto Legislativo oriundo da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 1978. — **Saldanha Derzi**, Presidente — **Helvidio Nunes**, Relator — **Gilvan Rocha** — **Accioly Filho** — **Otto Lehmann** — **Heitor Dias** — **Leite Chaves** — **Nelson Carneiro**.

PARECER N.º 574, DE 1978

(Da Comissão de Agricultura)

Relator: Senador Otair Becker

Na forma do dispositivo no art. 44, inciso I, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, o texto do Acordo Constitutivo do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, que o presente Projeto de Decreto Legislativo aprova.

O Preâmbulo do Acordo em referência reconhece que "o persistente problema mundial da alimentação aflixe uma grande parte da população dos países em desenvolvimento e compromete os mais fundamentais princípios e valores relativos ao direito à vida e à dignidade humana".

Diante da situação, considera necessário: a) melhorar as condições de vida nos países em desenvolvimento; b) tornar efetiva a transferência de tecnologia para o desenvolvimento agrícola e de alimentos; c) aumentar a produção de gêneros alimentícios.

A Conferência Mundial de Alimentos promovida, em 1974, sob os auspícios da ONU, aprovou resolução contendo os objetivos e as estratégias a serem seguidas. A Resolução XIII reafirma os seguintes pontos:

1 — é necessário promover-se aumento substancial nos investimentos agrícolas destinados a expandir a produção alimentícia e agrícola nos países em desenvolvimento;

2 — a manutenção de um estoque adequado de alimentos e sua utilização apropriada constituem responsabilidade da comunidade internacional;

3 — as perspectivas da situação alimentar mundial exigem medidas urgentes e coordenadas por todos os países.

Decidiu a mesma Conferência que é urgente a necessidade de constituir-se o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, para financiar projetos de desenvolvimento, especialmente na área da agropecuária, nos países do chamado Terceiro Mundo.

O Acordo, que o presente Projeto de Decreto Legislativo aprova, define (art. 1.º) o significado de expressões utilizadas no texto. E, no art. 2.º, fixa os objetivos e funções, da forma que se vê:

"O objetivo do Fundo é mobilizar e fornecer, em condições especiais, recursos adicionais para o desenvolvimento agrícola dos Estados-Membros em desenvolvimento. Com este objetivo, o Fundo deve financiar, prioritariamente, projetos e programas destinados, especificamente, a introduzir, ampliar e aperfeiçoar sistemas de produção de alimentos e fortalecer políticas e instituições correlatas no âmbito das prioridades e estratégias nacionais, levando-se em conta a necessidade de aumentar a produção de alimentos; o potencial de aumento da produção de alimentos em outros países em desenvolvimento; e a importância de melhorar o nível nutricional e as condições de vida das populações mais pobres dos países em desenvolvimento."

Do ponto de vista desta Comissão, é da maior importância a constituição do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola. País de grande extensão territorial, o Brasil tem possibilidades de pro-

jetar-se como dos maiores produtores de gêneros agropecuários do mundo. Basta que, para tanto, incorpore mais ajuda financeira à tecnologia de países desenvolvidos e, agora, do Fundo Internacional.

Na sua Exposição de Motivos, o Ministro das Relações Exteriores enfatiza que a Conferência Mundial de Alimentos preconizou a mobilização de "recursos adicionais para incrementar o desenvolvimento agrícola dos Estados-Membros, através de assistência financeira e projetos e programas voltados para a expansão e melhoria dos sistemas de produção de alimentos dos países em desenvolvimento".

A matéria merece pleno apoio dos Órgãos Técnicos e do Plenário da Câmara dos Deputados.

Somos, assim, pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 1978. — Agenor Maria, Presidente — Otair Becker, Relator — Vasconcelos Torres — Vilela de Magalhães — Murilo Paraiso — Saldanha Derzi — Adalberto Sena — Benedito Ferreira.

PARECER Nº 575, DE 1978
(Da Comissão de Redação)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1978 (n.º 128/78, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Dirceu Cardoso

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1978 (n.º 128/78, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, de 1975, assinado pelo Brasil, em Nova Iorque, em 9 de junho de 1976.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 1978. — Adalberto Sena, Presidente — Dirceu Cardoso, Relator — Saldanha Derzi.

ANEXO AO PARECER Nº 575, DE 1978

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1978 (n.º 128/78, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1978

Aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, de 1975, assinado pelo Brasil, em Nova Iorque, em 9 de junho de 1976.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o texto do Acordo Internacional do Cacau, de 1975, assinado pelo Brasil, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 9 de junho de 1976.

Art. 2.º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — O Expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Orestes Quêrcia, por cessão do nobre Sr. Senador Adalberto Sena.

O SR. ORESTES QUÊRCIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Estamos praticamente chegando da reunião do Congresso Nacional que aprovou o projeto do Executivo que o próprio Executivo deromiu Projeto de Reformas.

Sr. Presidente, gostaria de deixar marcado um pensamento a respeito da discussão e da aprovação, pela Maioria do Congresso Nacional, que é da ARENA, daquele Projeto de Reformas, e, neste pensamento, estranhar, lamentar que o Congresso Nacional, que existe em qualquer país democrático do Mundo para fazer leis, para participar da aprovação de leis, não tenha, neste momento importante da História do nosso País, participado com altivez, participado em verdade, participado com realismo, da elaboração de novas normas constitucionais.

O Congresso Nacional, em razão da atitude, da decisão da sua maioria parlamentar que é o Partido situacionista, abdicou do seu direito de inovar, de modificar, de suprimir, em suma, de dar a marca da sua presença num projeto tão importante como este que o Congresso Nacional discutiu e votou.

E foi o próprio Relator, nosso ilustre colega Senador José Sarney, quem ao discursar, na noite de ontem, dizia que era muito natural que ele tivesse ido ouvir a opinião do Presidente da República, porque afinal o Presidente da República era o autor do projeto e S. Exª não via mal algum em ir ouvir a opinião do Presidente da República.

S. Exª confessou publicamente que algumas inovações que poderia ter apresentado como Relator, na realidade passaram antes pelo respaldo do Poder Executivo.

Podemos entender, Sr. Presidente e Srs. Senadores, sem sombra de dúvidas, que o projeto aprovado pela Maioria Parlamentar do Congresso Nacional não obteve o privilégio e a ventura de ter nenhuma participação do Congresso Nacional, porque as poucas inovações apresentadas pelo Senador José Sarney, de maneira até irregular, de maneira até ilegal, como ressaltamos na Comissão Mista, algumas inovações foram aprovadas previamente pelo Poder Executivo.

Não houve nenhuma participação do Congresso Nacional, não houve nenhuma participação da classe política pertencente à ARENA, porque a participação da classe política pertencente ao MDB, que nós queríamos que houvesse, não foi possível, porque a maioria parlamentar negou esta participação ao MDB.

Mas, Sr. Presidente, o Congresso Nacional, através da sua Maioria, sempre agiu assim? Perguntaríamos nós, para respondermos, em seguida, que não. Que o Congresso, através da sua maioria parlamentar, tem abdicado, ao longo do tempo, e tem abdicado muito, talvez acostumando-se demais a obedecer a orientações de fora. Vejamos, por exemplo, Sr. Presidente, o que ocorreu em 1967, quando o Congresso aprovou uma Constituição, sendo, então, Presidente da República o General Castello Branco, que não queria nenhuma modificação no projeto original da Constituição — nenhuma — a não ser que fossem modificações de redação ou de secundária importância. Mas o Congresso Nacional, naquela altura, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não abdicou do seu direito que, também, era seu dever de participar da elaboração daquela Carta Constitucional. Houve uma reação, Sr. Presidente, que envolveu, por exemplo, o Senador Daniel Krieger, que envolveu muitos Srs. Senadores, muitos parlamentares. Por exemplo, o art. 150 do projeto que definia direitos e garantias individuais do cidadão não conceituava esses direitos e essas obrigações e pela tradição das nossas Constituições, essa importante parte deveria contar com a conceituação necessária, porque somente países como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ou a Tchecoslováquia não conceituavam, como não conceituam hoje, esses direitos e deveres individuais do cidadão. A idéia, Sr. Presidente, era que este aspecto de conceituação fosse elaborado através de legislação ordinária. Mas os nossos congressistas não concordaram com isto e, embora o Senhor Presidente da República General Castello Branco

não quisesse nenhuma modificação, a verdade é que houve uma reação aqui no Senado Federal, no Congresso Nacional, e houve modificação. Foi aprovada uma emenda, muito importante. E de quem a emenda que se constituiu numa reação à decisão autoritária do Governo? Uma emenda do Senador Eurico Rezende, hoje Líder do Governo, nesta Casa. Houve uma reação contra a decisão autoritária do Senhor Presidente da República e essa reação foi liderada pelo Senador Eurico Rezende, hoje Líder da ARENA, nesta Casa. O Congresso Nacional conseguiu muitas outras modificações, mas talvez a mais importante fosse esta, de conceituar os direitos e garantias individuais do cidadão de que trata a Constituição da República.

Veja V. Ex^a Sr. Presidente, vejam os nobres Senadores, a modificação da atitude da ARENA. Em 1967 nós estávamos há três anos do Movimento Revolucionário, praticamente ainda no fragor da luta, das paixões políticas, e mesmo assim houve reação da maioria nesta Casa. Agora, tantos anos depois, nenhuma reação da maioria, nesta Casa, nós pudemos assistir.

Lembro-me Sr. Presidente, de uma frase que talvez pudesse ser lembrada neste instante: "O pior na falta de liberdade para um povo é este povo se acostumar com a falta de liberdade".

O pior da falta de liberdade para uma bancada partidária, é esta bancada se acostumar com a falta de liberdade. O pior da obediência sistemática, passiva, é um partido político se acostumar com esta obediência, sistemática, passiva.

Parece que isto que nós estamos assistindo em nosso Brasil de hoje, a maioria parlamentar nesta Casa abdicando de direitos legítimos que o povo brasileiro nos deu, impedindo o MDB de propiciar a sua colaboração, de dar a sua contribuição legítima aprovando uma reformulação constitucional feita de maneira paternalista pelo Governo Central, pelo Poder Executivo, sem deixar ao Congresso nenhuma possibilidade, a não ser a de ser a moldura, simplesmente a moldura de um quadro previamente pensado, elaborado e pintado, apenas uma moldura. É a isso que ficou reduzido o Congresso Nacional, nas discussões e votação do projeto hoje aprovado.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Permite-me um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Ouço, com todo o prazer, o nobre Senador Evandro Carreira.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Nobre Senador Orestes Quêrcia, quando V. Ex^a faz reparos apropriados à aprovação da emenda constitucional que se denomina de reformas, com o objetivo de encontro democrático, V. Ex^a nos leva a uma preocupação que se faz mister registrá-la. O momento histórico está a exigir uma preocupação muito grande dos sociólogos, dos psicólogos, dos antropólogos, está a exigir uma análise cuidadosa e meticulosa do momento psicossocial brasileiro, pois se detecta em toda esta caquexia nacional uma preocupação mórbida do legislador nacional de se autoflagelar, de se preocupar com o sadismo que deixaria o velho marquês estupefacto pois o legislador brasileiro chega a aprovar preceitos constitucionais em que ele se enquadra, em que ele é autoflagelado, como sói ser a emenda que diz respeito às imunidades parlamentares. O legislador brasileiro chega ao absurdo de dar guarida, amparo, a uma reforma que lhe tira a liberdade, a imunidade parlamentar; isto merece um estudo seriíssimo quando pode denotar que a sociedade brasileira, mercê desses anos de arbítrio, de sufocamento, tende a um fim caótico e desesperador, tende à emasculação total, só prevista pelo célebre escritor Orwell, quando se refere àquela sociedade que se entregava pacificamente aos antropófagos, porquanto se habituara, se criara, se constituía psiquicamente, mercê da autoflagelação desse sadismo, o prazer de se sentir devorado. O Congresso Nacional deu essa conotação, nas últimas horas, nobre Senador, nesses dois dias, quando se entregou pacificamente no altar de sacrifício do grande Moloc autoritário.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Agradeço o aparte do nobre Senador Evandro Carreira, que traz uma contri-

buição ao nosso pronunciamento, no sentido de salientar que o Congresso Nacional tem-se amoldado muito, tem obedecido muito, em razão das decisões da sua maioria parlamentar, que pertence ao partido situacionista.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Com todo o prazer, nobre Senador Paulo Brossard.

O Sr. Paulo Brossard (MDB — RS) — Quer me parecer interessante registrar também um outro dado: é o de que algumas pessoas, tomando ares de benfeitores da Pátria, para explicar as suas transigências, declaram que o fazem para evitar mal maior. Este argumento do mal maior foi utilizado ontem por mais de uma personagem, e não foi por outro motivo que no pronunciamento que fiz da tribuna do Congresso, ontem, eu repeli esse tipo de ameaça, que continua a ser feito nesta Casa. A ameaça reiteradamente feita era a de que se o Congresso abolisse a figura do biónico nós teríamos um outro "pacote". Isso foi dito por pessoas de responsabilidade, é preciso que nos Anais da Casa esse fato fique registrado, para que alguma coisa, também, seja melhor compreendida, nos dias de hoje. Há certas pessoas que posam de benfeitores da Pátria, usando de expedientes desta natureza: "Para evitar mal maior". E foi por isto que eu repudiei ontem as ameaças que ainda ontem era feitas, furtivamente, de ouvido a ouvido.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Agradeço o aparte do nobre Senador Paulo Brossard.

E lembro que a imprensa, a corroborar a afirmativa do Líder do MDB nesta Casa, registrou hoje afirmações do cidadão que eventualmente ocupava a liderança da ARENA na Câmara dos Deputados; ele se dizia ou, pelo menos, disse que tentou fazer alguma coisa, obediente a uma aspiração da sua bancada, no sentido de efetivar uma luta contra a manutenção, no cenário político e jurídico deste País, da figura do senador biónico, mas que ele obedecia à orientação de um poder superior, de um poder mais alto.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Portanto, ele, Líder da ARENA na Câmara dos Deputados, reconhecia a existência de um poder mais alto. O Legislativo diminuído, a pequenado, maltratado, prejudicado, humilhado, porque não teve condições através da sua maioria parlamentar, de ter nenhuma atuação, nada.

Com todo o prazer, ouço o nobre Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex^a vem acompanhando os apartes dos seus companheiros, unânimes no reconhecimento da profunda melancolia que envolve o Congresso Nacional, nesses dias escuros da nossa nacionalidade, melancolia proveniente da subserviência de colegas, do reconhecimento da fragilidade da nossa instituição. Junto minha voz a essas que classificam de deprimente o espetáculo, que ontem deveria ser o grande espetáculo cívico da nossa Casa de representantes. Deprimente, também, pelo inusitado do fato de companheiros de representação terem votado em causa própria, em proveito do presente que receberam do Palácio do Planalto, sob a forma de bioncidade, seja senatorial, seja governamental. Mas, além disso nobre Senador, o que marca profundamente esta tristeza, este luto que deveria estar levando o Pavilhão Nacional a meio-pau, nos mastros da Casa do Congresso, é a justificativa que o Executivo tentou dar ao que chamou de reformas. A justificativa é tão pálida, é tão melancólica, é tão desinteligente, que certamente receberá o opróbrio do futuro leitor que se debruçar nos Anais das nossas Casas. Veja V. Ex^a que se procura dizer que essas reformas que foram impingidas à Nação, ontem, estão aí, para que se possa defender a Democracia. Defender a Democracia como se um Governo forte que se instalou no Brasil fosse condição para que se conseguisse fazer alguma coisa em termos de progresso. Nossa Bancada demonstrou ontem, por exemplo, que este Governo conseguiu com

que o Nordeste continuasse a ser uma das regiões mais atrasadas do hemisfério, o que é o atestado final de que não é um Governo forte que traz progresso. Estes anos atestam que, seguramente, é o mais incompetente Governo da nossa História republicana em relação à nossa região. O segundo argumento usado para aqueles que justificaram a continuidade do arbítrio, sob a forma fantasiosa das reformas, é que a Democracia corre perigo; citam o terrorismo mundial. Esquecem esses homens que tentam impingir esta nova verdade que nos países mais adiantados do mundo não existem biônicos, não existem governadores escolhidos por um eleitor só, não existem as cassações de mandatos com que continuam a nos ameaçar. Finalmente, caro Senador, é de se registrar, na melancolia maior e mais profunda a idiossincrasia do Presidente Geisel pela Democracia. O Presidente vai terminar o seu mandato sem ter condições de deixar de viver dentro daquele caldo de cultura a que ele já se acostumou, que é do arbítrio puro e simples. S. Ex.^a é incapacitado com o convívio democrático e põe essas pretensas reformas, que para Sua Excelência é o máximo que merecemos, para além do seu Governo, acostumado que está a só conviver com o arbítrio, com a injustiça, com o estado de exceção.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Agradeço o aparte do nobre Senador Gilvan Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Nobre Senador Orestes Quêrcia, V. Ex.^a dispõe de três minutos para concluir o seu discurso.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Muito grato, Sr. Presidente, mas quero agradecer a contribuição trazida ao nosso pronunciamento pelo ilustre Senador Gilvan Rocha e lembrar que realmente nós lamentamos tudo o que ocorreu ontem e hoje, a impossibilidade de o Congresso Nacional trazer uma contribuição a uma reforma importante. Lamentamos que o Poder Legislativo não pudesse discutir destaques, aspectos importantes do projeto vindo do Executivo. Aos olhos da Nação, nós assistimos a algo que se pode constituir em um paradoxo, Sr. Presidente. O MDB, que sempre combateu o AI-5, o ato de exceção, foi obrigado, em razão da circunstância imposta pela maioria parlamentar do Congresso, a votar contra o projeto que extinguiu o AI-5, pelas razões enumeradas através dos discursos da nossa Liderança, nas duas Casas e pelas razões expostas pelos nossos Parlamentares que usaram da palavra na discussão da matéria. Infelizmente isto ocorreu. Não tivemos a oportunidade de destacar aspectos importantes porque, evidentemente, o MDB votaria pela extinção dos atos de exceção. O MDB votaria *in totum* pelo *habeas corpus*, pela intangibilidade dos juizes, mas foi impedido de fazê-lo, porque não se concedeu ao MDB, como Partido político, o direito de destacar do projeto do Executivo esses aspectos importantíssimos, que o MDB, evidentemente, aprovaria, com os quais o MDB está de acordo.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Se o Sr. Presidente me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — O tempo do nobre orador, Senador Orestes Quêrcia, já está esgotado e V. Ex.^a é um dos oradores, que deseja fazer uso da palavra. A Mesa está preocupada inclusive com que V. Ex.^a vai falar...

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — V. Ex.^a vai-me perdoar. Agradeço o seu sentimento democrático. O meu aparte será muito rápido. A História do nosso Partido, realmente, é essa a que V. Ex.^a se refere, é defender estes postulados. Ontem porém foi a noite mais melancólica que eu vivi ao longo da minha vida neste Parlamento. E fiquei triste ainda quando trouxeram argumento dessa natureza, citando países subdesenvolvidos do Continente Asiático como exemplo para o Brasil. O Brasil é um país que está caminhando, está-se desenvolvendo graças ao esforço, à dignidade, à compreensão e

sobretudo à responsabilidade dos brasileiros. O Brasil vai para a frente, apesar das resistências de muitos maus brasileiros. Mas não serve o argumento de que alguns países africanos ou asiáticos também nomeam os seus representantes no Congresso. Para nós não serve esse argumento. O argumento é este que V. Ex.^a está dando. A História do nosso Partido tem sido de luta, luta sobretudo dos postulados democráticos. Nós votaríamos gostosamente todas as grandes conquistas em favor dos direitos humanos, mas dentro de um critério digno que não nos degrade e que não nos comprometa com o nosso povo.

O SR. ORESTES QUÉRCIA (MDB — SP) — Agradeço o aparte de V. Ex.^a e a magnanimidade, aliás, sempre característica do nosso ilustre Presidente.

Agradeço e encerro, Sr. Presidente, minhas palavras, lembrando que o nosso Partido, o Movimento Democrático Brasileiro, não votou pela extinção do Ato 5, não votou pela instituição do *habeas corpus* e pela intangibilidade da magistratura, porque foi impedido de assim fazê-lo, dado o fato de a maioria parlamentar não ter aceitado os destaques requeridos pelo MDB, que votou contra o projeto, ressalvados os destaques, porque pretendia votar favoravelmente ao *habeas corpus* e a esses outros itens que já enumerei.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora, que falará pela Liderança da Maioria.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tendo que regressar amanhã à nossa terra, não poderíamos deixar incompleta a resposta que, ontem, começamos a esboçar a este artigo de revista estranha — não diríamos estrangeira, mas estranha — que, julgando-se dona da ciência e do saber, ao lado de lançar lama sobre homens públicos que ocupam os maiores cargos nesta República, ainda se dá ao desprazer de condenar em bloco todo o chamado Acordo Nuclear de Bonn. E, com um agravante, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda como boa representante dos interesses alemães, vira-se contra sua própria terra, afirmando, nem mais nem menos, que havia a Alemanha feito um ótimo negócio e o Brasil um péssimo negócio.

Muito bem, estamos procurando aqui (vamos ver se a sorte nos ajuda) justamente a tradução, não mais através do *Jornal do Brasil* — que traz resumida — mas já do *Jornal da Tarde*, em seu todo. No momento, Sr. Presidente, não o estamos encontrando, mas, homem organizado, tomamos as notas necessárias para que pudéssemos respigar todos os pontos: primeira acusação: — vejam bem os Srs., vamos entrar na parte técnica — o gerador fornecido pela Westinghouse está girando sob o seu eixo como um sacarroalha, vagarosamente, mas de maneira segura, para o fundo da terra.

Este fato, Srs., é absolutamente inverídico. Quando dos exames finais — não hoje, mas há quase 1 ano atrás — das taxas de recalque do prédio que continha, não a usina nuclear, mas, justamente, o turbo-gerador, foi constatado um recalque que foi corrigido e que em nada influiu no cronograma das obras, porque essas obras todas, executadas à base de aplicação do sistema PERT, — como sabe S. Ex.^a, o eminente Senador por Minas Gerais, — têm partes independentes que se completam e, portanto, o atraso de uma, se o PERT for bem aplicado, não interfere em nada na execução da outra.

Felizmente encontramos, aqui, Srs. Senadores, a íntegra da reportagem, publicada no número desta semana, da revista alemã *Der Spiegel*, com o título: "Negócio nuclear — falência de bilhões no Brasil?"

A primeira afirmativa, com relação a parte técnica, peca pela base, pois não tem o menor fundamento. Segunda: "a árvore principal para o gerador estar fora de esquadro", exigindo difíceis trabalhos técnicos de fundação é menos verdade ainda. Quando verificado

o recalque — e a Westinghouse é uma das maiores empresas do mundo no setor — estava claro que a primeira coisa que fez foi tratar dos recalques da parte não nuclear e, em seguida, fazer os ajustamentos. Terceiro, uma estaca, — refere-se ao estaqueamento que foi necessário fazer em Angra dos Reis — mercê das condições desfavoráveis do terreno, e dizem que pregou uma peça em americanos e em alemães, pois uma camada de 80 a 100 metros de argila estava sobre rocha, ligeiramente inclinada para o mar. Afirma que tiveram que mudar o processo imaginado de estaqueamento e essas estacas atuais podem custar — termos da tradução — até 250 mil dólares. “Nada menos verdade”; a média de cada estaca está custando, justamente, menos da décima parte, ou seja, 20 mil dólares. Quem passa de 20 mil dólares para 250 mil dólares dá-nos a impressão que dá um pulo bem grande. Mais ainda, a irresponsabilidade no afirmar (tudo com referência à estaca):

O fornecimento também não é barato: os brasileiros queriam, em princípio, enterrar tubos de aço no terreno, que seria então limpo e concretado. Os alemães consideraram esse procedimento inconveniente, porque o solo às vezes, tem enormes pedras. Eles se decidiram, portanto, por outro método. Mais espetacular.

Mas os tubos de aço supérfluos continuam se amontoando. O contratante brasileiro simplesmente ignora que os tubos não estão mais sendo usados e continua fornecendo a todo vapor.

Esta afirmação é irresponsabilidade, Srs. Senadores, levada ao máximo, sucedendo exatamente o contrário. E vamos novamente pedir a paciência e a atenção do eminente Senador e Engenheiro Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Estou ouvindo atentamente V. Ex^a, nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — O sistema inicial projetado para o estaqueamento da Angra-2 era o sistema em que se usavam camisas de aço removíveis, em que realmente se comprimia o concreto. Mas, dadas as dificuldades de escavação do terreno, o que houve foi a utilização do método de camisas perdidas, como V. Ex^a sabe, em que a camisa de aço que vai envolvendo a estaca fica perdida, daí o nome camisa perdida. Pois bem. Esses tubos, que a leveza de quem passou por lá foi ver e não sabia para que, foram confundidos com os outros tubos recuperáveis. Então diz que eles estão se acumulando. Não, Srs. O que existe em Angra dos Reis — e nem o alemão nem o brasileiro são irresponsáveis a esse ponto — são os tubos das chamadas camisas perdidas, aqueles tubos necessários para o enterramento, com eles, das estacas necessárias.

Mais adiante vem outra citação grotesca, sem se dizer de quem. Pessoa qualquer — não faltam os ilustres críticos de meia tijela: — Opina engenheiro no local — ele mesmo: “não mais entrarei na região desprotegida, quando vejo a maneira pela qual os brasileiros resolvem alguns problemas. Garanto que só virei para cá vestido com roupas de chumbo.”

Srs., o que existe lá, de material radioativo, tudo diz respeito a Angra-1, e nem a Westinghouse, nem a Comissão Nacional de Energia Nuclear, nem mesmo Furnas e NUCLEBRÁS, são entidades irresponsáveis para que se vá fazer gracejo a esse respeito. Já dissemos perante a Comissão de Minas e Energia, — se necessário tornaremos a repetir, — quando convocado pelo eminente Senador Jarbas Passarinho, em conferência que lá pronunciamos, o testemunho da CNEN, e mostramos que todas suas regras de segurança são bem mais rigorosas do que as próprias adotadas pela AIEA:

É preciso que se diga, para que não seja lançado irresponsavelmente pelos quatro cantos:

Não se constrói uma usina termoeletrica sem a tomada, pelo órgão responsável, reconhecido como tal pela AIEA — Agência Internacional de Energia Atômica — de todas as providências necessárias assecuratórias de que teremos, fora daquela usina, uma poluição radioativa dentro dos estritos limites do suportável pelo ser humano. Isso é algo que precisa ficar absolutamente claro: não se pode apresentar, não se pode deixar passar em julgado uma *joke*

dessa, uma brincadeira dessas. Ninguém é irresponsável para fazer o que aqui, em tom de pilhéria, vem por ser estrangeiro alguém afirmar e nós acolhermos como se verdade fora.

Quanto às objeções de ordem econômica, é citado o Doutor John Cotrim. Pior que a inverdade é a meia-verdade. Em uma mesa redonda, este eminente brasileiro significou que aos preços que todos os materiais industrializados estavam crescendo, em 1990, daqui a dez anos, mais um pouco, com a subida desses preços, possivelmente 20 quilowatt energético, via fissão nuclear, estaria na ordem de grandeza de três mil dólares. Nunca, jamais, afirmou que Angra-1, Angra-2 e Angra-3 chegassem a esse valor.

Outro ponto é citado aqui, Senhores:

“Os especialistas da firma de consultoria canadense-americana-brasileira — CANAMBRA, chegaram à conclusão de que as reservas hidráulicas do País poderiam cobrir as necessidades energéticas possivelmente até a virada do século.”

Protestamos, Sr. Presidente. Talvez seja no Congresso o único detentor deste estudo que, à época, foi atacado violentamente — por todos os nacionalistas daquelas matizes mais puxados para a vermelhidão que conhecemos — como entreguista, lá se diz exatamente o contrário. Vamos repetir para ver se somos bem entendidos: o grupo CANAMBRA diz exatamente o contrário do que foi afirmado por *Der Spiegel*. Em linguagem comum, esta firma de consultoria canadense, americana e brasileira — dá a sigla CANAMBRA — nos seus estudos, há quase vinte anos — não são de hoje — e que tiveram de servir de base às projeções, as mais várias, que foram depois construídas para o nosso consumo, as previsões de nosso consumo e demanda de energia elétrica para a Região Centro-Sul do País, para a qual esse estudo se destinava, diz exatamente o contrário. Fala é na exaustão dos recursos hídricos. (O Sr. Presidente faz soar a campainha.) Já atendemos ao pregão de V. Ex^a

Então, Sr. Presidente, quem está assim afirmando não está como, *en passant*, disse um dos jornais mais ilustres desta terra, de nossa Pátria, de que não tínhamos convencido na defesa que fizemos do Governo e apenas repetíramos declarações já de outros. Não, Srs. Senadores, a primeira parte de nossa intervenção foi destinada a defender a honorabilidade de homens públicos que, colocados nos mais altos lugares desta República, estavam sendo objeto de um ataque absolutamnte infundado.

O Sr. Murilo Paraíso (ARENA — PE) — V. Ex^a dá licença para um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — SC) — Um momento. Segundo, mostramos o absurdo, o dislate. E como não quisemos ficar só em nossas palavras, talvez não sabemos se com muito agrado ou não da NUCLEBRÁS, seu mapa de comprometimento que está anexado ao nosso pronunciamento anterior, realmente diz — vamos repetir — como transferência de tecnologia, tem a NUCLEBRÁS comprometidos cento e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil dólares a preço corrente, mas isso não significando que ia pagar no ano de 1977. No ano de 1977 é que ela foi a INPI e já com os seus acordos, feitos com a KWU, licenças-patentes; com KWU (IIC-FEC); com a KWU a KWU/GHH/VAL; com a KWU/GHH/VAL, outra licença, patente da NUCLEP, patente da NUCLEBRÁS; da mesma maneira, KWU/GHH/VAL, treinamento do Pessoal da NUCLEBRÁS; KWU, o licenciamento de Patente (NUCLEN); NUSTEP KG, licença da NUCLEI; INTERATON (KNOW-HOW-C. Int); KWU TIC NUCLEN; AB Atomenergi; Commissariat a l'Energie Atomique Technicatome; Mineral Development International; SCUP; KWU-FEC; Bonnenberg; Nustep KG (NUCLEI).

Então, distribuído por todas essas diferentes entidades e com duração — é só conferir o mapa que anexamos ao nosso pronunciamento — de um a quinze anos.

É muitíssimo diferente dizer que empregou uma quantia de 104 milhões de dólares num ano, quando esses 104 milhões de dólares estão registrados no compromisso de transferência de tecnologia a

preços constantes, repetimos, de 103 milhões e 688 mil dólares em prazo de até 15 anos.

Da mesma maneira, mostramos que há uma diferença de semântica entre o que o INPI considera transferência de tecnologia e aquilo que Engenharia Nuclear assim conceitua. V. Ex^{ts} ouviram falar no acordo da URENCO, só agora concretizado. Só esse acordo da URENCO, que tem, dentro da terminologia nuclear, o item Serviços Industriais, só ele tem 239 milhões e 553 mil dólares, mas para serem pagos em 13 anos.

Gostaríamos de dizer que consideramos um verdadeiro insulto, senão uma insciência, para não falarmos em ignorância e má-fé — alguém afirmar como assistimos, mas não explicou onde o Governo colocou os 296 milhões de dólares de diferença. Está anexo ao nosso pronunciamento de ontem e que, com a permissão da Mesa, façamos também anexar ao de hoje, e quem souber Aritmética verá que não existe essa *falcatrua*, não existe coisa nenhuma do que fora afirmado.

O Sr. Murilo Paraiso (ARENA — PE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Apenas aceitamos o aparte de V. Ex^a

O Sr. Murilo Paraiso (ARENA — PE) — Senador Virgílio Távora, endossando as palavras de V. Ex^a, eu gostaria de aduzir-lhes um depoimento que julgo importante. Conheço, de perto, o cidadão que funcionou no episódio do Acordo Nuclear Brasil—Alemanha. Trata-se do Engenheiro Arnaldo Rodrigues Barbalho, homem da mais alta envergadura, tanto no aspecto técnico-profissional como no aspecto moral; homem que já ocupou o cargo de Secretário de Estado de Pernambuco em dois Governos; foi Presidente da CHESF e hoje é Presidente da ELETROBRÁS; professor universitário, homem, enfim, de uma longa folha de serviços prestados à Nação. O Dr. Arnaldo Rodrigues Barbalho é um homem de tamanha envergadura que, por si só, pelo fato de estar à frente de uma organização desse tipo, de ter participado dessa transação, de ter sido Secretário-Geral do Ministério das Minas e Energia, nesse período, já representa uma segurança total quanto à lisura do seu comportamento naquele Ministério, uma vez que é cidadão, a quem conheço de perto e de quem posso fazer as melhores referências. Também lhe fazem as melhores referências todos aqueles que o conhecem de perto. Isso representa uma tranquilidade para que se possa concluir que nenhuma irregularidade poderia haver numa transação onde um cidadão como Arnaldo Rodrigues Barbalho dela participou, como seu efetivo colaborador.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (ARENA — CE) — Agradecemos o aparte final de V. Ex^a, Senador Murilo Paraiso, e apenas dizemos que não só ele como o Ministro Henrique Simonsen, como o Ministro Ângelo Calmon, nada têm, absolutamente, que ver com essas acusações feitas por uma revista que, a nosso ver, queria apenas encher as suas páginas de sensacionalismo.

Terminaríamos comunicando a eminente Oposição que já solicitamos à Liderança, com o endosso de opinião favorável, que atendessem a solicitação de V. Ex^{ts} Desejam uma CPI, façamo-la, esperamos que haja número para tal.

A verdade é como acima na água: bóia, aparece. E esta daqui, o foi, sem dúvida. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. VIRGÍLIO TÁVORA:

A ÍNTEGRA

Esta é a íntegra da reportagem publicada no número desta semana da revista alemã *Der Spiegel*, com o título

“Negócio nuclear: falência de bilhões no Brasil?”

“As praias próximas à pequena cidade portuária de Angra dos Reis, seriam a atração de qualquer folheto turístico: orla marítima

suave, areia branca e, atrás, montanhas cobertas de vegetação tropical.

Em uma dessas baías está em jogo a fama da Alemanha como nação industrial: na praia vizinha do lugarejo de Itaorna procura-se saber se os políticos e as grandes companhias alemãs estão usando de frivolidade para lidar com grandes palavras e somas de dinheiro maiores ainda.

Por enquanto parece que sim: “Este é o emprego mais absurdo que já peguei —, disse no começo de setembro um engenheiro alemão — o que vai ser disto aqui, só Deus sabe.”

Nem bem se passaram dois anos depois que os primeiros técnicos alemães apareceram em Angra, o antigo porto do ouro, para implantar o acordo nuclear entre Brasil e Alemanha, tão festejado como o acontecimento do século, e pedaços do programa energético brasileiro estão literalmente deslizando: o primeiro reator, fornecido pela Westinghouse e localizado a apenas alguns metros do canteiro de obras dos dois monumentos alemães, estão girando sobre seu eixo — “como um saca-rolhas” (conforme um engenheiro alemão) — vagarosamente, mas de maneira segura, para o fundo da terra.

O reator de 620 MW fornecido pelos americanos deveria ter começado, no ano passado — após um período de oito anos de construção —, a fornecer energia elétrica para a rede brasileira. Não aconteceu nada disto: a árvore principal para o gerador está fora de esquadro, exigindo difíceis trabalhos técnicos de fundação.

“Na melhor das hipóteses somente no fim de 1979 isto estará pronto”, opina um engenheiro norte-americano, que, como seu colega alemão, insiste no mais rígido anonimato.

Nem mesmo consultas e sugestões podem ser trocadas entre os dois grupos de especialistas: os americanos parecem ainda ofendidos pelo fato de os alemães terem estragado seu plano de negócio nuclear na América do Sul, quando eles (os alemães) ofereceram aos brasileiros um programa completo, que no final facilitará inclusive a produção de uma bomba atômica. Justamente por causa desse ponto do programa — a construção de uma chamada usina de reprocessamento — é que a firma americana tinha sido proibida de vender certos equipamentos ao Brasil.

“Uma estaca pode custar
até 250 mil
dólares quando a
máquina fica inutilizada”

Alemães e norte-americanos estão separados em Angra por uma alta cerca de arame farpado. Os alemães não têm idéia do que os americanos querem fazer com seu bloco de concreto, quase ninguém pode entrar naquela área, ninguém recebeu permissão para entrar no reator.

Os americanos, ao contrário, podiam observar as lições que os seus concorrentes estão tirando da sua experiência. Para evitar o deslizamento do seu reator, muito mais pesado, os alemães estão construindo com muito barulho e mais dinheiro ainda, a mais cara fundação do mundo.

Onde o “coração” do reator vai ficar estão sendo cravados suportes de concreto com as respectivas medidas de 40 metros de comprimento e quase dois metros de diâmetro: a cada três metros uma estaca.

Isto porque o solo, sobre o qual se baseiam as esperanças dos construtores de reator alemães, tem suas armadilhas: uma camada de 35 a 80 metros de barro e sedimentos repousa sobre uma formação de rochas que se inclina ligeiramente em direção do mar.

Nenhum ser humano, muito menos um alemão, pode dizer porque justamente esse lugarejo foi escolhido para construção de reatores nucleares. Nas proximidades — e isso significa no Brasil pelo menos quatro horas viajando de automóvel — não existe um centro industrial digno de nota ou mesmo uma região que pudesse consumir a energia elétrica ou oferecer mão-de-obra. Mesmo os amigos do projeto não conseguem um argumento para justificar o escolregadio local escolhido.

Uma estaca pode custar até 250 mil dólares quando (o que aconteceu algumas vezes), a máquina de perfuração fica inutilizada durante os trabalhos. O fornecimento também não é barato: os brasileiros queriam, em princípio, enterrar tubos de aço no terreno, que seria então limpo e concretado. Os alemães consideraram esse procedimento inconveniente, porque o solo às vezes, tem enormes pedras. Eles se decidiram, portanto, por outro método. Mais espetacular.

Mas os tubos de aço supérfluos continuam se amontoando. O contratante brasileiro simplesmente ignora que os tubos não estão mais sendo usado e continua fornecendo a todo vapor.

Até recentemente, pelo menos até o começo do verão, não foram dificuldades técnicas ou econômicas e sim políticas que ameaçavam o projeto. O acordo nuclear Brasil-Alemanha considerava, por exemplo, o *New York Times* era uma "loucura perigosa" que o presidente norte-americano deveria proibir.

**"Antes que eles possam
construir uma bomba, o reator
nuclear vai virar
uma bomba estacionária."**

Sem consultas com os norte-americanos, o governo alemão garantiu à subsidiária da Siemens a KWU, em 1975, seu apoio para o maior negócio de exportação da história da Alemanha Ocidental: oito reatores nucleares do tipo "biblis" — os exemplares dessa construção que já começaram a funcionar na Alemanha não se caracterizam propriamente pela segurança de funcionamento — deveriam ser vendidos aos brasileiros.

Além disso os alemães e os sul-americanos combinaram a construção de um sistema nuclear completo:

— Uma fábrica de reatores fornecida pela firma estatal austríaca Voest e pela KWU deverá construir as entranhas dos gigantes nucleares. Somente os dois primeiros reatores serão totalmente importados da Alemanha;

— Uma instalação para reprocessamento de elementos irradiados (com as firmas alemãs Kewa e Uhde) teria, segundo o plano, a tarefa de retrabalhar os elementos consumidos e separá-los do lixo nuclear;

— Uma outra obra comum entre brasileiros e alemães deverá enriquecer o urânio natural quando deverá ser utilizado o sistema de enriquecimento por jatos centrífugos que até agora não foi testado em escala industrial.

Principalmente os dois últimos projetos provocaram inquietação mundial. O Presidente Carter e seus assessores atacaram abertamente o negócio gigante porque os alemães — talvez involuntariamente, mas de forma irreversível — forneceram ao seus parceiros sul-americanos o material com que se podem fabricar bombas atômicas. O reprocessamento de elementos irradiados resulta no plutônio, que pode ser trabalhado sem problemas para fabricar bombas.

Os russos também estavam desconfiados: protestaram com argumentos parecidos aos dos norte-americanos.

— Em várias conversas, em parte amargas e pesadas tentou-se, em Bonn e Washington, desarmar "o conflito bem pesado" (Chanceler Helmut Schmidt). Assim, em janeiro de 1977, por exemplo, o Secretário de Estado no Ministério das Relações Exteriores, Peter Hermes, viajou a Washington para defender, junto ao Ministro Cyrus Vance, o comércio teuto-brasileiro.

Pouco depois veio a Bonn o vice de Carter, Walter Mondale, para convencer o governo alemão a renunciar ao negócio nuclear — sem resultados. Os alemães insistiram encarniçadamente no seu grande negócio, que supostamente garantiria e orientaria os passos futuros.

Os militares que governam o Brasil também não se deixaram impressionar por Washington. Quando Warren Christopher, do

Department of State, advertiu os brasileiros do programa nuclear, a conversa foi encerrada.

A alta política e a espetacular briga entre Schmidt e Carter superaram até agora todos os senões técnicos ou econômicos que podiam ser apontados contra o Deal mamute.

As advertências a respeito das ambições de tentar trazer para os trópicos justamente a tecnologia mais cara e complicada do século XX — tudo isso foi rebaixado à categoria de frágeis pretextos. De qualquer maneira, o que está em jogo é a Alemanha e sua economia voltada para a exportação. Com toda a modéstia, os managers da KWU, apontam para o fato, logo após a assinatura do contrato, de que a sua empresa podia contornar no Exterior as atuais dificuldades internas.

Os contratos com o Brasil garantirão às fábricas alemãs esgotamento de sua capacidade e empregos por muitos anos, propagava a KWU a seu favor e a favor do acordo nuclear. Alguns milhares de trabalhadores poderiam, graças ao contrato, confiar em cargos duradouros, é a prova dos tempos de crise: "não seria indicado falar em desconfiança nas boas intenções de dois países, e sim confiança na sua intenção de garantir aos seus habitantes melhores condições de vida através do progresso econômico".

É difícil contradizer as boas intenções. Mas mover montanhas como a de Angra dos Reis, só a boa intenção, não é possível. Nenhum especialista pode afirmar seriamente que os objetivos propostos há dois anos — os dois primeiros reatores até 1983/4, os monumentais três e quatro até 1986 — seriam nem mesmo aproximadamente realistas.

Na melhor das hipóteses, somente um dos super-reatores poderia ser completado até a metade da próxima década, opina um engenheiro no local, e isso mesmo só com muito sacrifício. Ele mesmo não mais entraria na região desprotegida, diz o engenheiro em tom irônico: "Quando eu vejo a maneira pela qual os brasileiros resolvem alguns problemas, garanto que só virei para cá vestido com roupas de chumbo".

O receio dos norte-americanos de que o Brasil poderia ascender ao Clube Atômico graças a ajuda alemã é considerado exagerado pelos alemães. Um dos engenheiros destacados exclusivamente para a transferência de tecnologia acha que seus colegas sul-americanos teriam grandes problemas com a técnica nuclear: "Antes que eles possam construir uma bomba", diz ele em tom de brincadeira, "o reator nuclear vai virar primeiro uma bomba estacionária".

Dos aproximadamente 12 mil empregados no canteiro de obras, quase mil servem exclusivamente como controladores. O contratante, a companhia de eletricidade brasileira Furnas, mandou 900 especialistas que controlam desde as provas de cimento até todas as fases da construção, para desespero dos alemães.

As objeções de ordem econômica são sérias. John Cotrim, até há poucos anos diretor da Furnas, que além do reator da Westinghouse deu as ordens também para os dois reatores alemães, acha que os cálculos não foram sérios. Segundo as suas contas, as usinas sairão tão caras que só mesmo com uma elevação dos preços das tarifas elétricas em 300% poderão ser operadas com rentabilidade.

Os custos por kilowatt de capacidades, que foram calculados pelos alemães em mil dólares, ficarão, segundo Cotrim, não por menos de três mil no final das contas.

Mesmo esse cálculo não é equivocado. Mundialmente, os custos com reatores já atingiram um valor crítico. Segundo um estudo feito há três anos por economistas da Universidade de Harvar e do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, os custos com reatores sobem dez vezes mais depressa do que os índices do custo de vida.

Mesmo as companhias de eletricidade calculam com valores exóticos. A Pacific Gas and Electric Company, a Califórnia, por exemplo, está contando que um reator de 240 MW terminado há um ano vai custar no início da produção 1.600 dólares por quilowatt instalado.

O industrial brasileiro Antônio Ermírio de Moraes, Presidente da Companhia Mista Votorantim, está preocupado pelo fato de que sua fábrica de alumínio talvez não possa suportar a cara energia nuclear: um "Waterloo da indústria brasileira" não lhe parece improvável diante dos custos com reatores.

Dúvidas parecem ter alcançado também o Governo brasileiro. O Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, que se preocupava há poucos anos pela perigosa deficiência no suprimento de energia, demonstra agora impassibilidade. O seguro reator alemão, opinava ele em julho, "não será construído tão depressa", e, de maneira geral: "Nós não temos exatamente muita pressa com os reatores nucleares, já que eles vão cobrir apenas uma pequena parte das nossas necessidades energéticas".

**"Um deles foi diretor da
Odebrecht, até
que um cargo no
governo aparecesse"...**

Ceticismo tem sido manifestado também por industriais não diretamente participantes. Sílvio de Aguiar Pupo, diretor da Associação Brasileira da Indústria de Base, diz com duvidoso reconhecimento: "Os alemães fizeram um excelente negócio comercial".

Algumas práticas estranhas no negócio nuclear poderiam, além disso, alimentar a impressão de que no programa nuclear brasileiro confundiu-se, às vezes, sem a menor preocupação, cargos públicos, rendimentos e negócios. Já o contrato da multinacional elétrica norte-americana Westinghouse com os brasileiros tinha seus aspectos suspeitos. Westinghouse contratou a Cobrell Maquip S. A., Comércio e Engenharia para se deixar assessorar junto a negócios brasileiros. Num interrogatório, o Vice-Presidente da multinacional norte-americana para a América Latina, Daniel Sidney Wilcox, admitiu que a firma Cobrell realizou "contratos de venda" e serviços de consultoria.

Estes contratos têm algo especial: o dono da Cobrell é o banco Bozano Simonsen. E neste banco o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, tem grande participação.

Uma outra conhecida firma cuida dos trabalhos de construção. A Norberto Odebrecht S. A. O contrato para o Angra um, o reator da Westinghouse, a Odebrecht ganhou ainda como vencedora de uma concorrência.

Os planos dos alemães foram diretamente para a Odebrecht, sem concorrência. O negócio é lucrativo sob qualquer ponto de vista: a Odebrecht pode apresentar todos os seus custos e exigir ainda suplementos. A consequência desse método de cálculo: quanto mais cara a construção, maior o lucro para os acionistas.

Um deles foi antigamente diretor da Odebrecht, até que um cargo no governo lhe aparecesse: Calmon de Sá foi nomeado em 1977 Ministro da Indústria e Comércio.

Obscura é também a diferença de algumas centenas de milhões de dólares que apareceu nas contas brasileiras. O Instituto Nacional de Propriedade Industrial, responsável pela transferência para o exterior, afirma que o Brasil pagou 400 milhões de dólares pela tecnologia.

Contudo, a holding-estatal NUCLEBRÁS não quer saber nada disto: somente 104 milhões foram pagos a contratantes estrangeiros. Até agora nenhum militar conseguiu esclarecer o que aconteceu com os restantes 296 milhões e tampouco quem é o felizardo que os recebeu.

Onde quer que esta soma tenha ido parar — para os construtores de reator da cidade de Muehlheim no Ruhr (onde a KWU construiu os componentes pesados N. da R.) estão chegando tempos difíceis. O planejado negócio de bilhões — 16 a 18 bilhões seriam no fim — já se reduziu para tamanho normal.

Do primeiro quarteto de reatores, que deveriam ser entregues com a chave na mão em 1986, só vai ficar um: no começo de setembro foi abandonado o plano para construir o segundo reator alemão na baía de Itaorna. A baía é mesmo muito estreita, acham, de repente, os homens dos reatores.

Esse modo de ver as coisas pode ter consequências. Na opinião de especialistas brasileiros, o governo abriu através desse pretexto a opção de retardar ao máximo o início da construção da segunda usina: mil e uma autoridades podem ser chamadas agora, novos locais serão encontrados e depois rejeitados.

No final, em caso de urgência, um juiz ainda pode prolongar a coisa por mais de um mês, ou anos. "O processo de licenciamento", insinua cautelosamente o *Jornal do Brasil*, "vai durar muito tempo".

Isto não seria realmente ruim, pelo menos para os brasileiros. Depois do entusiasmo inicial, parece que a empolgação está diminuindo lentamente no Brasil. Pois sem considerar todos os problemas ecológicos, econômicos e técnicos das usinas, sem considerar todas as questões não-solucionadas do problema do armazenamento do lixo nuclear, do reprocessamento do urânio ou da vulnerabilidade dos reatores, o Brasil poderia possivelmente passar pelo menos mais uma década sem os caríssimos monumentos nucleares.

Os especialistas da firma de consultoria canadense-americana-brasileira Canambra chegaram à conclusão de que as reservas hidráulicas do País poderiam cobrir as necessidades energéticas possivelmente até à virada do século. Além disso, a maior parte dessas usinas não só seria mais barata na construção como também no funcionamento.

É disto exatamente que se trata: o Brasil não se pode dar ao luxo de comprar esses caros reatores. Depois que o considerado "milagre econômico" desaguou em inflação (40 por cento ao ano) e desemprego, o déficit no comércio exterior cresce mais depressa do que os rendimentos com a última safra de café.

O País já deve 38 bilhões de dólares aos seus credores no exterior; quase dois terços das exportações vão ser destinadas ao pagamento, este ano, de juros e do serviço da dívida.

**"Até agora nenhum militar
conseguiu esclarecer
o que aconteceu com os
296 milhões de dólares"...**

Por outro lado, os valiosos recursos naturais, que poderiam tirar o País da calamidade e ajudar os alemães, deixam-se esperar. A prospecção conjunta de urânio não passou de resultados medíocres.

"A velocidade da exploração", opina um engenheiro alemão, "é lenta demais". Os alemães queixam-se de que seus parceiros comerciais reservaram os melhores terrenos e que só levam a prospecção à frente com muitas reticências.

Daquelas partes caras, ambiciosas, tecnicamente aventureiras do negócio já quase não se fala. As instalações para enriquecimento e reprocessamento, que causaram nos últimos anos as brigas entre Bonn e Washington, só valeriam a pena se os brasileiros realmente comprassem meia dúzia de reatores.

Ao que parece ninguém no Brasil se preocupa — somente a meio ano do próximo carnaval — com esses detalhes. Enquanto os alemães já cravaram quase um quarto das mil estacas de concreto no escorregadio solo de Angra dos Reis, o Presidente Ernesto Geisel se dá a honra de receber um alto hóspede: o Presidente francês Valéry Giscard d'Estaing visitará o Brasil em outubro.

Um importante tema das conversações já está praticamente pronto para ser assinado após as visitas mútuas de funcionários dos dois países: o Brasil quer participar do desenvolvimento dos reatores super-regeneradores, perto dos quais os monumentais reatores nucleares da atualidade são comparativamente inofensivos e baratos.

| | DURAÇÃO ANOS | TOTAL | |
|--|-----------------|----------------------|---------------------|
| | | PREÇOS CONSTANTES | PREÇOS CORRENTES |
| 1 - TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA | | | |
| • KNU Lic. Patentes I FEC | 15 | - | - |
| • KNU LIC-FECL | 15 | 26.107 | 38.312 |
| • KNU/GRH/VAL-LIC-NUCLEP1 + royalties | - | 22.826 | 42.639 |
| • KNU/GRH/VAL-LIC-PAT-NUCLEP1 | - | - | - |
| • KNU/GRH/VAL-LIC-REIN.PESS-NUCLEP1 | - | 1.522 | 2.135 |
| • KNU - Lic. Pat. - (NUCLEP1) | 15 | - | - |
| • NUSTEP KG (Licença NUCLEP1) | - | - | - |
| • INTERATOM (KNOW-HOW-C.Intl) | 13,5 | 1.739 | 2.699 |
| • KNU - TIC NUCLEP1 | 15 | 43.478 | 87.985 |
| • AB ATODENERGIA | 2 | 155 | 155 |
| • COPISSARIAT A L'ENERGIE ATOMIQUE | 3 | 231 | 231 |
| • TECNICA TOPE | 3 | 356 | 356 |
| • MINERAL DEV. INTERNAT. | 1 | 30 | 30 |
| • SCUP | 2 | 3.769 | 3.769 |
| • KNU - FEC (L.Serv. afinal) | 10 | 2.808 | 3.334 |
| • BONNENBERG | 2 | 687 | 946 |
| • NUSTEP KG (NUCLEP1) | - | - | - |
| SUB-TOTAL 1 | | 103.688 | 187.594 |
| 2 - ENGENHARIA | | | |
| • STEAG/INTERATOM (INA-NUCLEP1) | - | 39.130 | 52.174 |
| • KNU - FEC - | 10 | 2.391 | 2.848 |
| • KNU/GRH/VAL - NUCLEP | 6,5 | 4.348 | 5.877 |
| • CONTRATOS DE FURNAS | - | 130.066 | 295.287 |
| SUB-TOTAL 2 | | 175.935 | 356.185 |
| 3 - SERVIÇOS INDUSTRIAIS | | | |
| • KEVA-UNDE (Rep.) | - | 9.032 | 24.081 |
| • URENCO | 13 | 239.553 | 399.193 |
| • KNU-SUPPLY FEC | 10 | 6.956 | 8.892 |
| • KNU - Combustível A II e III | - | 42.525 | 70.467 |
| SUB-TOTAL 3 | | 298.566 | 502.627 |
| TOTAL GERAL | | 577.603 | 1.041.408 |

OBSERVAÇÕES: Paridade: DM/US\$ 1975 - 2,45

| 1975 | | 1976 | | 1977 | |
|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|
| PREÇOS CONSTANTES | PREÇOS CORRENTES | PREÇOS CONSTANTES | PREÇOS CORRENTES | PREÇOS CONSTANTES | PREÇOS CORRENTES |
| - | - | - | - | 39.130 | 52.174 |
| - | - | - | - | 2.391 | 2.848 |
| - | - | - | - | 4.348 | 5.877 |
| - | - | - | - | 130.066 | 295.287 |
| - | - | - | - | 175.935 | 356.185 |
| - | - | 9.032 | 24.081 | - | - |
| - | - | 239.553 | 399.193 | - | - |
| - | - | - | - | 6.956 | 8.892 |
| - | - | - | - | 42.525 | 70.467 |
| - | - | 248.565 | 423.274 | 49.461 | 79.354 |
| 742 | 742 | 252.384 | 427.073 | 324.563 | 613.593 |

Ilustríssimo Senhor
Coronel Luiz Francisco Ferreira
MD Assessor do Ministro das Minas e Energia
BRASILIA — DF

Para informação de Vossa Senhoria, transcrevo abaixo texto do telex enviado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado em 13-1-78:

Conforme me alertou Vossa Excelência, *O Globo* de hoje, dia 13-1-78, publica a seguinte notícia:

O Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Ubirajara Cabral, informou ontem que os contratos autorizados para a importação de tecnologia, referentes ao ano de 1977, representam um pouco menos de US\$ 700 milhões.

Deste total, a importação de tecnologia nuclear representa US\$ 450 milhões, ficando o restante para outros setores da atividade industrial e da administração.

2. A respeito esclareço que, segundo os nossos registros, são os seguintes os valores de contratos da área nuclear aprovados pelo INPI entre 1975/1977:

US\$ Milhões

| | Valor Constante | Valor Escalaado |
|--|--------------------|--------------------|
| 1. Transferência de tecnologia (NUCLEBRÁS) | | |
| 1977 | 99 | 178 |
| 1975-76-77 | 104 | 182 |
| 2. Serviços de engenharias (NUCLEBRÁS e FURNAS) | | |
| 1977 | 176 | 356 |
| 1975-76-77 | 176 | 356 |
| 3. Serviços industriais (NUCLEBRÁS) | | |
| 1977 | 49 | 79 |
| 1975-76-77 | 298 | 503 |
| Total Geral | | |
| 1977 | 324 | 613 |
| 1975-76-77 | 578 | 1.041 |

3. O número de US\$ 450 milhões citado pelo *O Globo* para 1977 inclui como transferência de tecnologia, serviços de engenharia e serviços industriais (Urenco, Fabricação de Elemento Combustível). O número citado deve refletir a soma heterogênea de valores constantes e valores "escalados" segundo fórmulas de reajuste de preços por períodos de até 10 anos nos contratos de engenharia e de

| 1975 | | 1976 | | 1977 | |
|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|
| PREÇOS CONSTANTES | PREÇOS CORRENTES | PREÇOS CONSTANTES | PREÇOS CORRENTES | PREÇOS CONSTANTES | PREÇOS CORRENTES |
| - | - | - | - | - | - |
| - | - | - | - | 26.087 | 38.312 |
| - | - | - | - | 22.826 | 42.639 |
| - | - | - | - | - | - |
| - | - | - | - | 1.522 | 2.135 |
| - | - | - | - | - | - |
| - | - | - | - | - | - |
| - | - | - | - | 1.739 | 2.699 |
| - | - | - | - | 43.478 | 87.985 |
| 155 | 155 | - | - | - | - |
| 231 | 231 | - | - | - | - |
| 356 | 356 | - | - | - | - |
| - | - | 30 | 30 | - | - |
| - | - | 3.769 | 3.769 | - | - |
| - | - | - | - | 2.808 | 3.334 |
| - | - | - | - | 687 | 946 |
| - | - | - | - | - | - |
| 742 | 742 | 3.769 | 3.769 | 99.147 | 178.053 |

até 15 anos nos contratos de transferência de tecnologia e de serviços industriais.

4. Esclareço, ainda, que o total geral de US\$ 104 milhões de contratos de transferência de tecnologia, averbados de 1975 a 1977, serão dispendidos em 15 anos, o que corresponde a uma média anual de US\$ 7 milhões.

5. Estou em entendimento com o Doutor Ubirajara Cabral, que se declarou disposto a esclarecer o assunto em nota à Imprensa. — Cordiais saudações — **Paulo Nogueira Batista**, Presidente — NUCLEBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Líder Paulo Brossard.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quando veio a público, at-avés das páginas da imprensa brasileira que reproduzia publicação feita em revista alemã sobre o acordo nuclear Brasil — República Federal da Alemanha, tive ocasião de dizer, em aparte ao nobre Senador Virgílio Távora, que ocupava a tribuna, que o assunto, ao juízo da Oposição, era de tal gravidade, que não poderia esgotar-se em um pronunciamento parlamentar, ainda quando ele fosse da lavra do eminente representante do Estado do Ceará.

Até hoje, Sr. Presidente, em quatro anos de exercício de mandato nesta Casa, em nenhuma ocasião tomei a iniciativa de requerer a constituição de uma Comissão de Inquérito, mas também, naquela sessão, não hesitei em declarar que, a meu juízo, a gravidade do assunto e a necessidade do seu esclarecimento cabal aconselhavam a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e, neste sentido, me dirigi ao eminente Senador Virgílio Távora, solicitando a sua assinatura, para que ajudasse a nós, da Oposição, a constituí-la. S. Ex^a ficou de consultar a Liderança de seu Partido, e até o presente não sei se a Maioria concordaria ou não com a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

De qualquer sorte, pedi a palavra para dizer a V. Ex^a e à Casa que a Oposição logrou um número bastante de assinaturas para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Parabenizo.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — O objetivo da Oposição é o de esclarecer integralmente, cabalmente, tudo quanto se refira a este assunto.

A Oposição não emite juízo, a Oposição não tem preconceitos, mas a Oposição entende que é do seu dever e — mais do que isto — que é incumbência do Senado revelar à Nação todos os pormenores deste assunto.

Queira Deus que ao cabo da investigação lealmente feita, e não com sonegações, e não com artimanhas, e não com artifícios, e não com negaças, queira Deus que ao cabo de uma investigação feita, com a preocupação de descobrir a verdade, seja ela qual for, possa a Nação conhecer tudo quanto a este respeito existe.

Os meus votos são de que a Comissão conclua pela improcedência total das denúncias feitas.

Mas uma Comissão que começa a investigar tem de iniciar o seu trabalho sem qualquer prejuízo, sem a preocupação de demonstrar uma tese ou de defender uma posição. Tem de investigar tudo, seja agradável ou seja desagradável, seja louvável ou seja penoso, senão não será uma investigação.

Da minha parte, como Líder da Oposição nesta Casa, terei o cuidado de indicar aqueles Senadores que tiverem as melhores condições para integrar a Comissão e para conhecer o assunto. Espero que o mesmo faça a ilustre Maioria.

Por ora, Sr. Presidente, passo a ler o requerimento, que conta com a assinatura de vinte e quatro Senadores, o que quer dizer que a esta hora a Comissão Parlamentar de Inquérito está automaticamente constituída, como um dos casos típicos de deliberação minoritária:

Excelentíssimo Senhor Senador Petrônio Portella
Digníssimo Presidente do Senado Federal

Considerando a gravidade dos fatos revelados pela revista *Der Spiegel*, da Alemanha, amplamente divulgado pela Imprensa brasileira, relacionados com a execução do Acordo Nuclear Brasil-República Federal da Alemanha, fatos que envolvem a Administração do País, em seus aspectos políticos, econômicos, financeiros, técnicos e de natureza ecológica, e a consequente necessidade de seu esclarecimento cabal, como o exigem o interesse público e o bom nome da Nação, os Senadores que este subscrevem requerem a constituição de uma CPI para investigar em toda sua amplitude e consequências:

a) a concepção e execução do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, inclusive no tocante à localização das obras;

b) as supostas irregularidades, erros ou equívocos denunciados pela revista *Der Spiegel*, e reproduzidos pela Imprensa brasileira (*Jornal do Brasil*, *Jornal da Tarde*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, etc.).

A Comissão será constituída por nove Membros, terá o prazo de noventa dias e suas despesas ficam estimadas em quinhentos mil cruzeiros.

Brasília, 19 de setembro de 1978.

Seguem-se as assinaturas, em número de 24.

De modo que, com esta comunicação e este requerimento, requerimento que vale por uma decisão nos termos legais, a Oposição responde ao pronunciamento do ilustre porta-voz da Maioria, o nobre Senador pelo Ceará, o Sr. Virgílio Távora.

Esta é a resposta da Oposição

A Nação tem o direito de conhecer tudo sobre este assunto.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — E a verdade será a resposta dos fatos à CPI em tão boa hora criada por V. Ex^a

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Espero, Sr. Presidente, que a Maioria não contribua para ocultar a verdade, e sim para desvendá-la, por inteiro, aos olhos da Nação brasileira.

O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE) — Não há razão para o pressuposto estabelecido de querer ocultar nada; aqui não se oculta nada.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Espero que a Maioria não proceda, como tem feito tantas vezes, no abuso de poder de maioria. (Muito bem!) São os meus votos, porque a natureza do assunto, a sua gravidade, (Palmas.) a sua complexidade, o vulto dos interesses e, vou dizer mais, até o pundonor nacional exigem que sobre tal assunto não pare dúvidas. (Muito bem!)

O SR. Virgílio Távora (ARENA — CE) — E como o pundonor nacional, eminente Senador, exigia que não pairassem dúvidas sobre o assunto, é que a Maioria, por nosso intermédio, pressurosa, no primeiro dia em que o seu Membro menos ilustre apareceu a este Plenário, fez questão de dar aquelas explicações, a seu ver cabais e convincentes — a seu ver, pode ser que não seja dos outros — e esperamos que o resultado da CPI de V. Ex^a seja apenas, com outras palavras talvez mais eruditas, a confirmação daquilo que acabamos de dizer.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS) — Sr. Presidente, V. Ex^a sabe, e a Casa, o alto conceito que goza o nobre Senador pelo Ceará, Sr. Virgílio Távora, mas devo dizer que a Oposição não considerou satisfatórias as explicações dadas até aqui, não as considerou bastantes e esclarecedoras, e, por esse motivo tomou a iniciativa de requerer a Comissão Parlamentar de Inquérito. Não vai nisto, é óbvio, nenhum juízo diminutivo ao trabalho do eminente porta-voz governamental.

Mas volto a dizer, a seriedade, a gravidade, a complexidade do assunto não podem satisfazer-se com um pronunciamento, ainda que brilhante, como de costume, do eminente Senador pelo Ceará.

E ainda volto a dizer isto: A Oposição não tem preconceitos em relação a este assunto, não tem juízo formado por isto mesmo, mas entende do seu dever proporcionar a oportunidade de a Nação ficar a saber tudo em relação a este assunto. E tanto foi esta sua compreensão que lhe foi possível conseguir a adesão de outros eminentes Colegas, não integrantes do Partido da Oposição, para que, pela primeira vez, esta Casa, pelo menos desde que aqui me encontro, pudesse constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, e passo às mãos de V. Ex^a o documento. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Dois Srs. Senadores solicitaram a palavra para comunicações inadiáveis. Rogo a S. Ex^{as}, os Srs. Senadores Benjamim Farah e Marcos Freire, o façam de forma breve, nos termos regimentais, porque a Presidência precisa passar à Ordem do Dia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah.

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ) — Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Apenas pedi a palavra para encaminhar à Mesa uma emenda à Constituição.

A emenda está assim vazada:

Artigo único. É dada a seguinte redação ao § 8º do artigo 153 da Constituição Federal:

“§ 8º É livre a manifestação de pensamento e de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura. É assegurado o direito de resposta, independentemente de licença da autoridade a publicação de livros e periódicos e a exibição de espetáculos públicos, ressalvada a punição de abusos, nos termos da lei, não se tolerando a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe nem as exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes. Não se admitirá a censura prévia, ficando a referente à literatura e às artes e diversões a cargo do Ministério da Educação e Cultura, que o exercerá por intermédio de um Conselho Federal de Censura.”

Justificação

Enquanto a lei ordinária, com assento no § 8º do art. 153 do Texto Constitucional, coíbe os espetáculos e diversões públicas, contribuindo para coarctar a criatividade artística no País, não há uma eficaz vigilância da importação de discos, cassetes, gravuras e filmes de dezesseis milímetros, com exibição largamente difundida, em recintos fechados, no País.

Nesse caso, configura-se uma verdadeira alienação cultural, que não deixa de ser um tipo de colonialismo, pernicioso ao desenvolvimento da criatividade nacional.

Por outro lado, a censura prévia de livros, jornais, espetáculos de rádio e televisão, propicia os maiores abusos de prepostos sem maior qualificação intelectual ou estética, enquanto desencoraja o desempenho cultural e artístico do povo, ressuscitando o obscurantismo medieval.

Para punir-se a licenciosidade, a propaganda subversiva, o incitamento à guerra, o desrespeito à ordem constituída, a disseminação de preconceitos raciais, religiosos ou de classe, a redação que propomos para o § 8º ao artigo 153 da Constituição Federal oferece suficiente embasamento jurídico-constitucional.

Só o jogo livre das idéias, sem o obscurantismo das punições prévias, mas todos os delitos de opinião, de pregação da cizânia e da violência, da luta de classes e dos preconceitos perniciosos julgados pelos órgãos competentes é compatível com o estado de direito democrático, que toda a nação deseja ver estabelecido no País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recentemente realizaram-se eleições para o Conselho Regional de Medicina, tendo sido vitoriosas as chapas de oposição em várias Capitais brasileiras, inclusive Recife, Rio e São Paulo.

Tal fato significou renovação de valores de lideranças e novas direções à frente daqueles órgãos regionais.

Em Pernambuco venceu a chapa nº 2, que conseguiu cerca de 82% dos votos representados em números absolutos, por 1840 sufrágios.

A Chapa Opositorista fazia críticas ao Sistema Nacional de Saúde e incluía em seu programa, por igual, críticas ao próprio Serviço Nacional de Medicina. A nova Diretoria eleita deveria tomar posse no próximo dia primeiro de outubro, mas eis que, surpreendentemente, o Conselho Nacional de Medicina resolveu não homologar a vitória da chapa vitoriosa em Pernambuco, sob a alegação de que um dos membros da corrente vencedora tinha menos de cinco anos de formado.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é preciso advertir, primeiro, que essa exigência não tem cobertura em lei propriamente dita, mas é tão somente um requisito criado por uma portaria ministerial, que quer, portanto, inovar e, talvez, configurar em um pacotinho a mais do Executivo, pretendendo, dessa forma, escamotear vontade dos integrantes de órgãos de classe.

Mas, em segundo lugar, mesmo deixando de lado a legalidade dessa exigência ministerial ocorre que o fato não é verdadeiro, que todos os membros da chapa vitoriosa têm mais de cinco anos de formatura.

O que se pretendeu, Sr. Presidente, e é isso que queremos denunciar nesta Casa, foi se revogar uma vitória legítima, mas não apenas impedir a posse dos eleitos licitamente mas, inclusive, dar-se vitória a quem foi derrotado. E, por isso mesmo, não se homologando a chapa vitoriosa, considerou-se nulos os votos dados àquela chapa, e consagrou-se eleita a chapa que perdeu a eleição. E basta dizer que a chapa derrotada teve apenas 420 votos, contra, portanto, repita-se, 1840 votos da chapa vitoriosa. Procura-se, com isso, escamotear uma vitória legítima, inofensável, esmagadora, naquele órgão regional de Medicina.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago ao conhecimento da Casa, porque a decisão do Conselho Nacional de Medicina subiu para o Ministério do Trabalho, e deverá ou não homologar aquela decisão arbitrária. Como Senador de Pernambuco não posso ignorar esse fato, que apesar de se referir a um órgão regional, ao Conselho Regional de Medicina do meu Estado, é bem um atestado eloquente do regime obscurantista que nos domina e que lança as suas garras em todos os setores, querendo, portanto, impedir livres manifestações daqueles que são chamados a expressar a sua vontade e a escolher os dirigentes dos órgãos de classe. Apelo, portanto, ao próprio Ministro do Trabalho, para que não se deixe levar pela burocracia ou por engodos de qualquer espécie. Pense duas vezes S. Ex^a antes de homologar esta decisão que constitui um absurdo do Conselho Nacional de Medicina, significa um ato da mais mesquinha politicagem. Portanto, S. Ex^a procure se inteirar da verdadeira situação que estão levando para homologação do Ministério de que ele é titular. Evidentemente que os preteridos, os injustiçados, os burlados no seu direito, não se conformarão, e se necessário recorrerão à Justiça do País. Mas é necessário que o Governo Federal, através do Ministério do Trabalho, não se deixe envolver por manobra tão torpe, por manobra tão mistificadora, dos que querem burlar a vitória de 1840 votos de uma chapa, e dar a vitória a uma chapa derrotada, que teve apenas 420 votos.

Era esta, Sr. Presidente, a comunicação que desejava fazer, por obrigação de quem nesta Casa é Senador por Pernambuco. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Através das Mensagens nºs 159, 161 e 166, de 1978, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha dos Srs. Marcos Henrique Camillo Côrtes, Raymundo Nonnato Loyola de Castro e do Doutor Marcelo Pimentel, para exercerem, respectivamente, a função de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália e, junto à República do Cabo Verde, e o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Renato Machado.

Para a apreciação da matéria, a Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 69, DE 1978

Excelentíssimo Senhor Senador Petrônio Portella
Digníssimo Presidente do Senado Federal

Considerando a gravidade dos fatos revelados pela revista *Der Spiegel*, da Alemanha, amplamente divulgados pela imprensa brasileira, relacionados com a execução do Acordo Nuclear Brasil—República Federal da Alemanha, fatos que envolvem a administração do País, em seus aspectos políticos, econômicos, financeiros, técnicos e de natureza ecológica, e a conseqüente necessidade de seu esclarecimento cabal, como o exigem o interesse público e o bom nome da Nação, os Senadores que estes subscrevem requerem a constituição de uma CPI para investigar em toda sua amplitude e conseqüências:

a) a concepção e execução do Acordo Nuclear Brasil—Alemanha, inclusive, no tocante à localização das obras;

b) as supostas irregularidades, erros ou equívocos denunciados pela revista *Der Spiegel*, reproduzidos pela imprensa brasileira (*Jornal do Brasil*, *Jornal da Tarde*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, etc.).

A Comissão será constituída por nove membros, terá o prazo de noventa dias e suas despesas ficam estimadas em quinhentos mil cruzeiros.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 1978. — Paulo Brossard — Cunha Lima — Leite Chaves — Itamar Franco — Otair Becker — Franco Montoro — Magalhães Pinto — Adalberto Sena — Agenor Maria — Roberto Saturnino — Amaral Peixoto — Lázaro Barboza — Nelson Carneiro — Marcos Freire — Mauro Benevides — Benjamim Farah — Orestes Quêrcia — Evandro Carreira — Teotônio Vilela — Evelásio Vieira — Dirceu Cardoso — Hugo Ramos — Accioly Filho — Gilvan Rocha.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A RESOLUÇÃO Nº 69, DE 1978:

"DER SPIEGEL" TEME QUE O ACORDO NUCLEAR SE ESFARELE

Bonn — Desapareceram 296 milhões de dólares do Acordo Nuclear Brasil—Alemanha, no processo de transferência de divisas de Brasília para Bonn. A denúncia foi feita pela revista *Der Spiegel*, que circula hoje na Alemanha.

Sob o título "Acordo Nuclear: Falência de bilhões no Brasil?" o semanário de maior credibilidade na Alemanha publica em seis páginas uma reportagem, na qual afirma: "O Acordo Nuclear com o Brasil, anunciado com muita pompa e muitas esperanças, ameaça se esfalar antes mesmo de ter realmente começado".

Dois Ministros

Após uma seqüência de denúncias, que põem sob suspeita o papel de dois Ministros brasileiros nas negociações — Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, e Ângelo Calmon de Sá, da Indústria e Comércio — a revista afirma

"Obscura é também a diferença de algumas centenas de milhões de dólares. O Instituto Nacional de Propriedade Industrial, responsável pela transferência de divisas para o estrangeiro, afirma que o Brasil gastou 400 milhões de dólares a título de pagamento de tecnologia para o exterior. O remetente, contudo — a *holding* estatal NUCLEBRÁS — nada quer saber disto: apenas 104 milhões de dólares foram remetidos a parceiros estrangeiros. Nenhum funcionário conseguiu, até agora, esclarecer que destino foi dado aos restantes 296 milhões de dólares e quem são os felizardos que os receberam".

Acionista

A revista faz uma minuciosa análise de todas as dificuldades técnicas, financeiras e políticas, para a implantação do projeto e a certa altura afirma textualmente: "Algumas particularidades do Acordo Nuclear podem dar a impressão de que no Programa Nuclear Brasileiro foram frequentemente confundidos cargos públicos, rendimentos e negócios privados". E especifica:

"Já o contrato da multinacional americana Westinghouse com os brasileiros tem as suas insídias. A Westinghouse contratou a COBREL Maquip S.A. Comércio e Engenharia para que fosse aconselhada nos negócios com os brasileiros. Num depoimento, Daniel Sidney Wilcox, Vice-Presidente da multinacional norte-americana para a América Latina, confirmou que a firma COBREL prestou serviços de contatos de vendas e de assessoria.

Prossegue a reportagem da *Der Spiegel*: "Esses contatos falam por si: o proprietário da COBREL é o Banco Bozzano Simonsen, e neste Banco o Ministro da Fazenda do Brasil, Mário Henrique Simonsen, é um dos maiores acionistas.

O outro caso

A seguir a revista denuncia a participação de outro Ministro brasileiro, Ângelo Calmon de Sá, nas negociações que envolvem o Acordo Nuclear: "os serviços de construção ocupam outra firma também de prestígio, a Norberto Odebrecht S/A. O contrato para Angra Um — com reator da Westinghouse — ganhou-o a Odebrecht, ainda como vencedora de uma concorrência pública".

"Os planos dos alemães caíram diretamente sobre a Odebrecht, sem concorrência. O negócio é em qualquer caso lucrativo: a Odebrecht pode incluir nos custos todas as suas despesas e pedir consideráveis adicionais. Conseqüências dessa maneira de prestar contas: quanto mais cara a construção, maiores os rendimentos para os acionistas. Um deles foi chefe da Odebrecht, antes de ocupar um cargo público: Calmon de Sá, que se tornou, em 1977, Ministro da Indústria e do Comércio".

Ceticismo

A revista alemã, no entanto, não se preocupa tanto com estas coincidências e o desaparecimento dos 296 milhões de dólares. Acima de tudo, está a preocupação com o destino que será dado a esse negócio que envolve de 16 a 18 bilhões de marcos — 8 a 9 bilhões de dólares —, e suas conseqüências para as indústrias e operários alemães nele envolvidos.

No seu texto de abertura, *Der Spiegel* afirma que "problemas técnicos atrasam e encarecem a construção do primeiro reator. Também os dados econômicos há muito não estão corretos. Os próprios brasileiros parecem céticos".

Conclui a revista: "Do custo econômico e técnico dos componentes do projeto já quase não se conversa mais. As instalações de enriquecimento e reprocessamento de urânio, que nos últimos anos levaram a conflitos entre Bonn e Washington, só valeriam a pena se os brasileiros realmente, ao menos, adquirissem meia dúzia de reatores".

Alternativa

"Abertamente, ninguém no Brasil — meio ano antes do próximo carnaval no Rio — quer se preocupar com este tipo de detalhes. Os mandatários militares, de qualquer forma, não se preocupam.

Enquanto os alemães fizeram desaparecer no escorregadio piso de Angra dos Reis um quarto das estacas de concreto planejadas, o Presidente Ernesto Geisel se prepara para receber um alto Chefe de Estado: o Presidente francês Valéry Giscard d'Estaing, em outubro."

"Um importante temário foi preparado por altos funcionários de ambos os países e as conversações concluídas para serem assinadas: o Brasil quer participar do desenvolvimento de um super-regenerador, uma tecnologia nuclear diante da qual os reatores (comprados na Alemanha), são inofensivos."

Em outras palavras: o Governo brasileiro já não estaria se preocupando com as desventuras do acordo nuclear com a Alemanha, buscando uma alternativa como a do super-regenerador que procura conquistar dos franceses.

Nesse sentido, "Der Spiegel" mostra os seguintes indícios: "do primeiro quarteto de reatores planejado para 1986, pronto e acabado, só restará um: no início de setembro, foi abandonado o plano para a instalação de um segundo reator alemão na baía de Itaorna. A baía é muito estreita, descobriram repentinamente os homens da usina".

Para a revista alemã, essa decisão poderá ter sérias consequências: "segundo especialistas brasileiros, o regime conseguiu com esta decisão uma opção que permitirá adiar sem limites o início de obras no segundo reator".

Continua a revista: — "Isto nem seria tão ruim para os brasileiros. Depois do entusiasmo inicial parece que também no Brasil o clima vai-se arrefecendo, porque, sem falar de todos os problemas econômicos, tecnológicos e técnicos das usinas nucleares, sem falar, portanto, nos problemas ainda não resolvidos dos depósitos de lixo nuclear, do reprocessamento de urânio e vulnerabilidade dos reatores, o Brasil pode muito bem viver ainda algumas décadas sem os onerosos reatores nucleares".

"Assim, constatarem os especialistas da firma de consultoria Canambra (Canadense-Americana-Brasileira) que as reservas hídricas do País poderão atender as necessidades energéticas até a virada do século.

Neste ponto a análise da revista chega à raiz da questão: "O Brasil não tem condições de se permitir essas caras usinas nucleares. Depois que o até há poucos anos "milagre econômico" acabou numa inflação de 40% ao ano e desemprego, cresce o déficit na balança comercial muito mais depressa que os ganhos com as últimas colheitas de café".

Um engenheiro alemão, ouvido sobre o estado das obras em Angra dos Reis, afirma que "este é o emprego mais absurdo que já peguei na minha vida. O preço de cada estaca fincada em Angra é de 250 mil dólares — o mais caro do mundo — devido às condições geológicas do terreno, afirma o semanário.

Para desespero dos alemães, afirma adiante *Der Spiegel*, "Furnas mandou para Angra quase 900 supervisores de obras, que fazem questão de vigiar burocraticamente tudo, causando ainda mais atrasos". Fala-se também na desconfiança dos alemães em relação a pessoal técnico brasileiro: o engenheiro ouvido pela revista afirma que "quando tudo isto ficar pronto eu só chego perto vestido com roupa de chumbo. Seu descrédito faz com que diga que antes de conseguir construir uma bomba atômica, o reator já será apenas uma "bomba estacionária".

OS EUA PROMETEM AJUDA. MAS EXIGEM SEGURANÇA

Os Estados Unidos prometeram ajudar os países em desenvolvimento a adquirir tecnologia nuclear, desde que eles assinem o Tratado de Não-Proliferação Nuclear. O plano, que ainda depende da aprovação do Congresso, foi anunciado ontem em Viena à Conferência anual da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) pelo subsecretário norte-americano de Energia, Dale Myers.

De acordo com esse projeto, os países interessados teriam acesso a um fundo de financiamento de US\$ 5 milhões, para intercâmbio de técnicos e capacitação tecnológica. E os Estados Unidos

também forneceriam à AIEA recursos para distribuir urânio enriquecido para programas de pesquisa.

Ao anunciar esses planos, Myers frisou bem que o crescimento irrestrito do poder atômico poderia ameaçar a segurança mundial. E afirmou que os países detentores de tecnologia nuclear enfrentam "responsabilidades cada vez maiores" em relação à paz e segurança futuras.

NO PAPEL DE EMBRULHO, UM SEGREDO NUCLEAR

Sr. Redator: "Esta planta veio ter às minhas mãos como papel de embrulho, usado por uma dessas empresas que executam cópias aqui da Cinelândia Castelo. Como o Sr. pode verificar, é uma planta referente à Usina Atômica em construção em Angra dos Reis, e foi desenhada pela KWU (a empresa que deverá fornecer tecnologia e materiais para a execução do programa decorrente do acordo nuclear Brasil-Alemanha), conforme consta do canto inferior esquerdo. Parece que a segurança que deveria cercar esta construção está um pouco relaxada. Mereceria tal fato uma apuração por parte de seu jornal? Não me identifique, pois não estou interessado em me envolver em tais assuntos".

Essa carta foi deixada na portaria do *Jornal do Brasil* dia 11 de agosto do ano passado. Junto, ainda marcado com dobras e pedaços de fita adesiva, estava o "papel de embrulho" — uma cópia da planta KWU 6050. *Zeichnungsvordruck A 010.000 1.6731*. No canto inferior esquerdo da planta, uma advertência proibindo qualquer reprodução.

A ÍNTEGRA

Esta é a íntegra da reportagem publicada no número desta semana da revista alemã *Der Spiegel*, com o título "Negócio nuclear: falência de bilhões no Brasil?".

"As praias próximas à pequena cidade portuária de Angra dos Reis, seriam a atração de qualquer folheto turístico: orla marítima suave, areia branca e, atrás, montanhas cobertas de vegetação tropical.

Em uma dessas baías está em jogo a fama da Alemanha como nação industrial: na praia vizinha do lugarejo de Itaorna procura-se saber se os políticos e as grandes companhias alemãs estão usando de frivolidade para lidar com grandes palavras e somas de dinheiro maiores ainda.

Por enquanto parece que sim: "Este é o emprego mais absurdo que já peguei —, disse no começo de setembro um engenheiro alemão — o que vai ser disto aqui, só Deus sabe".

Nem bem se passaram dois anos depois que os primeiros técnicos alemães apareceram em Angra, o antigo porto do ouro, para implantar o acordo nuclear entre Brasil e Alemanha, tão festejado como o acontecimento do século, e pedaços do programa energético brasileiro estão literalmente deslizando: o primeiro reator, fornecido pela Westinghouse e localizado a apenas alguns metros do canteiro de obras dos dois monumentos alemães, estão girando sobre seu eixo — "como um saca-rolhas" (conforme um engenheiro alemão) — vagarosamente, mas de maneira segura, para o fundo da terra.

O reator de 620 MW fornecido pelos americanos deveria ter começado, no ano passado — após um período de oito anos de construção —, a fornecer energia elétrica para a rede brasileira. Não aconteceu nada disto: a árvore principal para o gerador está fora de esquadro, exigindo difíceis trabalhos técnicos de fundação.

"Na melhor das hipóteses somente no fim de 1979 isto estará pronto", opina um engenheiro norte-americano, que, como seu colega alemão, insiste no mais rígido anonimato.

Nem mesmo consultas e sugestões podem ser trocadas entre os dois grupos de especialistas: os americanos parecem ainda ofendidos pelo fato de os alemães terem estragado seu plano de negócio nuclear na América do Sul, quando eles (os alemães) ofereceram aos brasileiros um programa completo, que no final facilitará inclusive a produção de uma bomba atômica. Justamente por causa desse ponto do

programa — a construção de uma chamada usina de reprocessamento — é que a firma americana tinha sido proibida de vender certos equipamentos ao Brasil.

**“Uma estaca pode custar
até 250 mil
dólares quando a
máquina fica inutilizada”**

Alemães e norte-americanos estão separados em Angra por uma alta cerca de arame farpado. Os alemães não têm idéia do que os americanos querem fazer com seu bloco de concreto, quase ninguém pode entrar naquela área, ninguém recebeu permissão para entrar no reator.

Os americanos, ao contrário, podiam observar as lições que os seus concorrentes estão tirando da sua experiência. Para evitar o deslizamento do seu reator, muito mais pesado, os alemães estão construindo com muito barulho e mais dinheiro ainda, a mais cara fundação do mundo.

Onde o “coração” do reator vai ficar estão sendo cravados suportes de concreto com as respectivas medidas de 40 metros de comprimento e quase dois metros de diâmetro: a cada três metros uma estaca.

Isto porque o solo, sobre o qual se baseiam as esperanças dos construtores de reator alemães, tem suas armadilhas: uma camada de 25 a 80 metros de barro e sedimentos repousa sobre uma formação de rochas que se inclina ligeiramente em direção do mar.

Nenhum ser humano, muito menos um alemão, pode dizer porque justamente esse lugarejo foi escolhido para construção de reatores nucleares. Nas proximidades — e isso significa no Brasil pelo menos quatro horas viajando de automóvel — não existe um centro industrial digno de nota ou mesmo uma região que pudesse consumir a energia elétrica ou oferecer mão-de-obra. Mesmo os amigos do projeto não conseguem um argumento para justificar o escoregadio local escolhido.

Uma estaca pode custar 250 mil dólares quando (o que aconteceu algumas vezes), a máquina de perfuração fica inutilizada durante os trabalhos. O fornecimento também não é barato: os brasileiros queriam, em princípio, enterrar tubos de aço no terreno, que seria então limpo e concretado. Os alemães consideraram esse procedimento inconveniente, porque o solo às vezes, tem enormes pedras. Eles se decidiram, portanto, por outro método. Mais espetacular.

Mas os tubos de aço supérfluos continuam se amontoando. O contratante brasileiro simplesmente ignora que os tubos não estão mais sendo usados e continua fornecendo a todo vapor.

Até recentemente, pelo menos até o começo do verão, não foram dificuldades técnicas ou econômicas e sim políticas que ameaçavam o projeto. O acordo nuclear Brasil-Alemanha, considerava, por exemplo, o *New York Times* era uma “loucura perigosa” que o presidente norte-americano deveria proibir.

**“Antes que eles possam
construir uma bomba, o reator
nuclear vai virar
uma bomba estacionária”.**

Sem consultas com os norte-americanos, o governo alemão garantiu à subsidiária da Siemens, a KWU, em 1975, seu apoio para o maior negócio de exportação da história da Alemanha Ocidental: oito reatores nucleares do tipo “biblis” — os exemplares dessa construção que já começaram a funcionar na Alemanha não se caracterizam propriamente pela segurança de funcionamento — deveriam ser vendidos aos brasileiros.

Além disso os alemães e os sul-americanos combinaram a construção de um sistema nuclear completo:

— uma fábrica de reatores fornecida pela firma estatal austríaca Voest e pela KWU deverá construir as entranhas dos gigantes nucleares. Somente os dois primeiros reatores serão totalmente importados da Alemanha;

— uma instalação para reprocessamento de elementos irradiados (com as firmas alemãs Kewa e Uhde) teria, segundo o plano, a tarefa de retrabalhar os elementos consumidos e separá-los do lixo nuclear;

— Uma outra obra comum entre brasileiros e alemães deverá enriquecer o urânio natural quando será utilizado o sistema de enriquecimento por jatos centrífugos que até agora não foi testado em escala industrial.

Principalmente os dois últimos projetos provocaram inquietação mundial. O Presidente Carter e seus assessores atacaram aberta e veladamente o negócio gigante porque os alemães — talvez involuntariamente, mas de forma irreversível — forneceram ao seus parceiros sul-americanos o material com que se podem fabricar bombas atômicas. O reprocessamento de elementos irradiados resulta no plutônio, que pode ser trabalhado sem problemas para fabricar bombas.

Os russos também estavam desconfiados: protestaram com argumentos parecidos aos dos norte-americanos.

Em várias conversas, em parte amargas e pesadas tentou-se, em Bonn e Washington, desarmar “o conflito bem pesado” (chanceler Helmut Schmidt). Assim, em janeiro de 1977, por exemplo, o Secretário de Estado no Ministério das Relações Exteriores, Peter Hermes, viajou a Washington para defender, junto ao Ministro Cyrus Vance, o comércio teuto-brasileiro.

Pouco depois veio a Bonn o Vice de Carter, Walter Mondale, para convencer o Governo alemão a renunciar ao negócio nuclear — sem resultados. Os alemães insistiram encarniçadamente no seu grande negócio, que supostamente garantiria e orientaria os passos futuros.

Os militares que governam o Brasil também não se deixaram impressionar por Washington. Quando Waeerm Christopher, do *Department of State*, advertiu os brasileiros do programa nuclear, a conversa foi encerrada.

A alta política e a espetacular briga entre Schmidt e Carter superaram até agora todos os senões técnicos ou econômicos que podiam ser apontados contra o Deal mamute.

As advertências a respeito das ambições de tentar trazer para os trópicos justamente a tecnologia mais cara e complicada do século XX — tudo isso foi rebaixado à categoria de frágeis pretextos. De qualquer maneira, o que está em jogo é a Alemanha e sua economia voltada para a exportação. Com toda a modéstia, os *managers* da KWU, apontam para o fato, logo após a assinatura do contrato, de que sua empresa podia contornar no Exterior as atuais dificuldades internas.

Os contratos com o Brasil garantirão às fábricas alemãs esgotamento de sua capacidade e empregos por muitos anos, propagava a KWU a seu favor e a favor do acordo nuclear. Alguns milhares de trabalhadores poderiam, graças ao contrato, confiar em cargos fura-douros, é a prova dos tempos de crise: “não seria indicado falar em desconfiança nas boas intenções de dois países, e sim confiança na sua intenção de garantir aos seus habitantes melhores condições de vida através do progresso econômico”.

É difícil contradizer as boas intenções. Mas mover montanhas como a de Angra dos Reis, só a boa intenção, não é possível. Nenhum especialista pode afirmar seriamente que os objetivos propostos há dois anos — os dois primeiros reatores até 1983/4, os monumentais três e quatro até 1986 — seriam nem mesmo aproximadamente realistas.

Na melhor das hipóteses, somente um dos super-reatores poderia ser completado até a metade da próxima década, opina um engenheiro no local, e isso mesmo só com muito sacrifício. Ele mesmo não mais entraria desprotegido, diz o engenheiro em tom irônico: “Quando eu vejo a maneira pela qual os brasileiros resolvem alguns problemas, garanto que só virei para cá vestido com roupas de chumbo.”

O receio dos norte-americanos de que o Brasil poderia ascender ao Clube Atômico graças a ajuda alemã é considerado exagerado pelos alemães. Um dos engenheiros destacados exclusivamente para a transferência de tecnologia acha que seus colegas sul-america-

nos teriam grandes problemas com a técnica nuclear: "Antes que eles possam construir uma bomba", diz ele em tom de brincadeira, "o reator nuclear vai virar primeiro uma bomba estacionária".

Dos aproximadamente 12 mil empregados do canteiro de obras, quase mil servem exclusivamente como controladores. O contratante, a companhia de eletricidade brasileira Furnas, mandou 900 especialistas que controlam desde as provas de cimento até todas as fases da construção, para desespero dos alemães.

As objeções de ordem econômica são sérias. John Cotrim, até há poucos anos diretor da Furnas, que além do reator da Westinghouse deu as ordens também para os dois reatores alemães, acha que os cálculos não foram sérios. Segundo as suas contas, as usinas sairão tão caras que só mesmo com uma elevação dos preços das tarifas elétricas em 300% poderão ser operadas com rentabilidade.

Os custos por Kilowat de capacidades, que foram calculados pelos alemães em mil dólares, ficarão, segundo Cotrim, não por menos de três mil no final das contas.

Mesmo esse cálculo não é equivocado. Mundialmente, os custos com reatores já atingiram um valor crítico. Segundo um estudo feito há três anos por economistas da Universidade de Harvard e do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, os custos com reatores sobem dez vezes mais depressa do que os índices do custo de vida.

Mesmo as companhias de eletricidade calculam com valores exóticos. A Pacific Gas and Electric Company, a Califórnia, por exemplo, está contando que um reator de 240 MW terminado há um ano vai custar no início da produção 1.600 dólares por quilowat instalada.

O industrial brasileiro Antônio Ermírio de Moraes, Presidente da Companhia Mista Votorantim, está preocupado pelo fato de sua fábrica de alumínio talvez não possa suportar a cara energia nuclear: um "Waterloo da indústria brasileira" não lhe parece improvável diante dos custos com reatores.

Dúvidas parecem ter alcançado também o Governo brasileiro. O Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, que se preocupava há poucos anos pela perigosa deficiência no suprimento de energia, demonstra agora impassibilidade. O seguro reator alemão, opinava ele em julho, "não será construído tão depressa", e, de maneira geral: "Nós não temos exatamente muita pressa com os reatores nucleares, já que eles vão cobrir apenas uma pequena parte das nossas necessidades energéticas".

"Um deles foi diretor da Odebrecht, até que um cargo no governo aparecesse"...

Ceticismo tem sido manifestado também por industriais não diretamente participantes. Sílvio de Aguiar Pupo, diretor da Associação Brasileira da Indústria de Base, diz com duvidoso reconhecimento: "Os alemães fizeram um excelente negócio comercial".

Algumas práticas estranhas no negócio nuclear poderiam; além disso, alimentar a impressão de que no programa nuclear brasileiro confundiu-se, às vezes, sem a menor preocupação, cargos públicos, rendimentos e negócios. Já o contrato da multinacional elétrica norte-americana Westinghouse com os brasileiros tinha seus aspectos suspeitos. Westinghouse contratou a "Cobrell Maquip S.A., Comércio e Engenharia" para se deixar assessorar junto a negócios brasileiros. Num interrogatório, o Vice-Presidente da multinacional norte-americana para a América Latina, Daniel Sidney Wilcox, admitiu que a firma Cobrell realizou "contratos de venda" e serviços de consultoria.

Estes contratos têm algo especial: o dono da Cobrell é o banco Bozano Simonsen. E neste banco o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, tem grande participação.

Uma outra conhecida firma cuida dos trabalhos de construção. A Norberto Odebrecht S.A. O contrato para o Angra um, o reator da Westinghouse, a Odebrecht ganhou ainda como vencedora de uma concorrência.

Os planos dos alemães foram diretamente para a Odebrecht, sem concorrência. O negócio é lucrativo sob qualquer ponto de vista: a Odebrecht pode apresentar todos os seus custos e exigir ainda suplementos. A consequência desse método de cálculo: quanto mais cara a construção, maior o lucro para os acionistas.

Um deles foi antigamente diretor da Odebrecht, até que um cargo no governo lhe aparecesse: Calmon de Sá foi nomeado em 1977 Ministro da Indústria e do Comércio.

Obscura é também a diferença de algumas centenas de milhões de dólares que apareceu nas contas brasileiras. O Instituto Nacional de Propriedade Industrial, responsável pela transferência para o Exterior, afirma que o Brasil pagou 400 milhões de dólares pela tecnologia.

Contudo, a Holding-estatal Nuclebrás não quer saber nada disso: somente 104 milhões foram pagos a contratantes estrangeiros. Até agora nenhum militar conseguiu esclarecer o que aconteceu com os restantes 296 milhões e tampouco quem é o felizarado que os recebeu.

Onde quer que esta soma tenha ido parar — para os construtores de reator da cidade de Muehlheim no Ruhr (onde a KWU construiu os componentes pesados N. da R.) estão chegando tempos difíceis. O planejado negócio de bilhões — 16 a 18 bilhões seriam no fim — já se reduziu para tamanho normal.

Do primeiro quarteto de reatores, que deveriam ser entregues com a chave na mão em 1986, só vai ficar um: no começo de setembro foi abandonado o plano para construir o segundo reator alemão na Baía de Itaipu. A Baía é mesmo muito estreita, acham, de repente, os homens dos reatores.

Esse modo de ver as coisas pode ter consequências. Na opinião de especialistas brasileiros, o Governo abriu através desse pretexto a opção de retardar ao máximo o início da construção da segunda usina: mil e uma autoridades podem ser chamadas agora, novos locais serão encontrados e depois rejeitados.

No final, em caso de urgência, um juiz ainda pode prolongar a coisa por mais de um mês, ou anos. "O processo de licenciamento", insinua cautelosamente o *Jornal do Brasil*, "vai durar muito tempo".

Isto não seria realmente ruim, pelo menos para os brasileiros. Depois do entusiasmo inicial, parece que a empolgação está diminuindo lentamente no Brasil. Pois sem considerar todos os problemas ecológicos, econômicos e técnicos das usinas, sem considerar todas as questões não solucionadas do problema de armazenamento do lixo nuclear, do reprocessamento do urânio ou da vulnerabilidade dos reatores, o Brasil poderia possivelmente passar pelo menos mais uma década sem os caríssimos monumentos nucleares.

Os especialistas da firma de consultorias canadense-americana-brasileira Canambra chegaram à conclusão de que as reservas hidráulicas do País poderiam cobrir as necessidades energéticas possivelmente até a virada do século. Além disso, a maior parte dessas usinas não só seria mais barata na construção como também no funcionamento.

É disto exatamente que se trata: o Brasil não se pode dar ao luxo de comprar esses caros reatores. Depois que o considerado "milagre econômico" desaguou em inflação (40 por cento ao ano) e desemprego, o déficit no Comércio Exterior cresce mais depressa do que os rendimentos com a última safra de café.

O País já deve 38 bilhões de dólares aos seus credores no Exterior; quase dois terços das exportações vão ser destinadas ao pagamento, este ano, de juros e do serviço da dívida.

"Até agora nenhum militar conseguiu esclarecer o que aconteceu com os 296 milhões de dólares"...

Por outro lado, os valiosos recursos naturais, que poderiam tirar o País da calamidade e ajudar os alemães, de-xam-se esperar. A prospecção conjunta de urânio não passou de resultados medíocres.

"A velocidade da exploração", opina um engenheiro alemão, "é lenta demais". Os alemães queixam-se de que seus parceiros comerciais reservaram os melhores terrenos e que só levam a prospecção à frente com muitas reticências.

Daquelas partes caras, ambiciosas, tecnicamente aventureiras do negócio já quase não se fala. As instalações para enriquecimento e reprocessamento, que causaram nos últimos anos as brigas entre Bonn e Washington, só valeriam a pena se os brasileiros realmente comprassem meia dúzia de reatores.

Ao que parece ninguém no Brasil se preocupa — somente a meio ano do próximo carnaval — com esses detalhes. Enquanto os alemães já cravaram quase um quarto das mil estacas de concreto no escorregadio solo de Angra dos Reis, o Presidente Ernesto Geisel se dá à honra de receber um alto hóspede: o Presidente francês Valéry Giscard d'Estaing visitará o Brasil em outubro.

Um importante tema das conversações estará praticamente pronto para ser assinado após as visitas mútuas de funcionários dos dois países: o Brasil quer participar do desenvolvimento dos reatores super regeneradores, perto dos quais os monumentais reatores nucleares da atualidade são comparativamente inofensivos e baratos.

DENÚNCIAS INDICAM PRECIPITAÇÃO OFICIAL

Da Sucursal do Rio

"Existe oposição externa e interna ao Acordo Nuclear brasileiro e a oposição de ordem interna reflete a oposição de ordem externa". A afirmação foi feita na última quinta-feira pelo diretor de Planejamento da NUCLEBRÁS, coronel Carlos Silus Martins, a engenheiros, no Clube de Engenharia, a pretexto de informar sobre as atividades da empresa e de suas subsidiárias.

A acusação implícita não convence mais. Todos os que se opõem aos termos em que foi negociado o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha estão sendo novamente chamados de "maus patriotas", sob o argumento de que reforçam a oposição norte-americana ao acordo. Isto como se ela fosse a causa da desaceleração do Programa Nuclear Brasileiro e dos equívocos na sua condução. A verdade é que as negociações e as decisões do acordo foram encaminhadas por um círculo tão restrito — de onde estavam aliçados os técnicos e especialistas do setor —, que seus resultados, hoje já evidentes, provam que foram tomadas de forma precipitada e sem um mínimo de dados capazes de informá-las corretamente. Não surpreende, portanto, que o Sr. David Rockefeller, em discurso feito em junho na Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, tenha elogiado entusiasticamente o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha e, na mesma época, o diretor do Departamento de Política Tecnológica da Secretaria de Energia dos Estados Unidos tenha declarado que "o Programa Nuclear Brasileiro é excelente".

Pretextando ser o assunto de "segurança nacional", a NUCLEBRÁS continua se negando a fornecer à imprensa dados reais e atualizados sobre a execução do Programa Nuclear Brasileiro, limitando-se a montar exposições caríssimas — com textos traduzidos de prospectos publicitários da empresa alemã KWU — com o pomposo título de "Brasil Nuclear". Essas exposições transmitem ao reduzidíssimo público que a elas tem acesso uma imagem totalmente distorcida da realidade do Programa Nuclear. Ninguém sabe hoje, no Brasil, como será efetivamente executado o Programa Nuclear, em que estágio de implantação se encontra e o que é pior, a quanto monta o endividamento externo para a compra de máquinas e equipamentos, contratos de transferência de tecnologia etc. Sabe-se que, apenas, em bancos alemães, os financiamentos solicitados (e atualmente sustados) para a compra de equipamentos, ascendem a 2,5 bilhões de dólares.

Sobre o nível de distorção dos planos anunciados poucos meses após a assinatura do acordo (outubro de 1975) é necessário lembrar as declarações então do presidente da NUCLEBRÁS, Paulo Nogueira Batista, em Brasília, que disse o seguinte: "Para se ter uma idéia mais precisa da ordem de grandeza do mercado para a indústria nacional, as oito centrais nucleares serão encomendadas entre 1975 e 1983 e entre 1984 e 1990, a previsão indica encomenda de mais 25 usinas nucleares. Em outras palavras, nos próximos 15 anos, não vamos nos limitar a instalar oito centrais nucleares, pois além disso

deveremos iniciar a fabricação e construção de mais 25 usinas que entrarão em funcionamento, em sua maioria, na primeira metade da última década do século.

Reatores parados

É mais fácil obter informações sobre o Programa Nuclear Alemão do que sobre o Brasileiro. Em 1975, na mesma época que Paulo Nogueira Batista dizia que até 1995 o Brasil teria pelo menos 20 centrais nucleares em funcionamento, um porta-voz da KWU anunciava, em Frankfurt, "que a Alemanha teria um acréscimo no seu contingente de desempregados de mais 250 mil pessoas trabalhando nas indústrias nucleares, se os partidos políticos retirassem seu apoio ao programa de desenvolvimento da indústria".

Em 1976, o governo alemão anunciou que reveria o seu programa nuclear (construção de 40 usinas até 1980) em consequência de três fatores: "os efeitos do aumento do preço do petróleo sobre a economia, os protestos populares contra a construção de mais 16 usinas nucleares e seus efeitos poluidores sobre o meio-ambiente, e dificuldades para a obtenção dos recursos necessários aos investimentos previstos, estimados em 104 bilhões de dólares". O Quadro na Alemanha, segundo informações de julho deste ano, é o seguinte: das 14 usinas nucleares existentes, com capacidade nominal global de 7.312 MW, sendo que quatro são reatores de pesquisa, apenas 5 estão em funcionamento.

Os dados publicados pelo *Jornal do Comercio* (Hamburgo e Dusseldorf) e fornecidos pela Sociedade de Segurança de Reatores de Colônia, revelam que a maioria está paralisada por problemas de danos técnicos: corrosão nos trocadores de calor (Lingen), rompimento de válvula de segurança com perda de parte do líquido refrigerante (Gundremmingen), rupturas no condensador (Ohu), vazamento de 10 toneladas de vapor radioativo (Brunsbüttel), problemas no vaso de pressão (Obrigheim). A usina de Unterweser não tem aprovação legal para operar em consequência de processo judicial.

Em resumo, de 1973/74 a previsão inicial de 45 mil a 50 mil MW instalados (de origem nuclear) até 1985, caiu para 30 mil em 1977 e conseguidos, segundo o jornal, provavelmente serão apenas 20 mil MW após a suspensão da moratória.

Notícias escondidas

Enquanto isso, no Brasil, as notícias sobre o incêndio no galpão da EBE em outubro de 1977 (no canteiro de obras de Angra I), só foram publicadas em março deste ano e obtidas através de relatórios enviados anonimamente aos jornais.

Sob a justificativa da expressão "segurança nacional" estão sendo escamoteadas ao público notícias da maior importância sobre a realidade do Programa Nuclear Brasileiro. A NUCLEBRÁS e suas subsidiárias constituem um país a parte, com governo próprio e exercendo uma censura total sobre as informações relativas às suas atividades. Atividades essas que estão sendo financiadas com recursos que estão sendo tomados no exterior com o aval do Governo brasileiro.

Para se ter uma pequena idéia do nível de desinformação que a NUCLEBRÁS produz basta dizer o seguinte: exatamente na mesma ocasião (no Clube de Engenharia) em que o coronel Carlos Silus Martins afirmava aos engenheiros que "centenas" de firmas brasileiras estavam fazendo *joint-ventures* com empresas alemãs, para a transferência de tecnologia, o diretor industrial da NUCLEBRÁS, Nei Freire Júnior, declarava com toda a segurança que podia informar que "o número de associações não era superior a 4 dezenas".

Informações totalmente distorcidas foram dadas pelo presidente da NUCLEBRÁS, Paulo Nogueira Batista, em sua conferência na Esco a Superior de Guerra e desmentidas por órgãos do setor como a ELETROBRÁS, de que "o custo do KW nuclear estava em torno de 800 dólares".

NUCLEBRÁS DESISTE DE UMA USINA

RIO — O Presidente da NUCLEBRÁS, Paulo Nogueira Batista, recusou-se a falar ontem sobre notícias publicadas pela revista alemã *Der Spiegel* sobre o fracasso do Acordo Nuclear, mas sabe-se que a empresa não construirá mais a usina de enriquecimento isotópico, previsto para entrar em funcionamento em 1986.

Em vez de construir os 54 estágios com 12 centrífugas cada, de acordo com os planos anunciados oficialmente, só serão instalados três estágios, ou seja, 36 centrífugas. A usina de demonstração, que seria suficiente para abastecer as três usinas da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto teria um custo total avaliado em um bilhão de dólares e trabalharia, de acordo com os planos, com minério refinado produzido pela fábrica de Poços de Caldas.

Os motivos da decisão não são conhecidos, mas sabe-se que ela foi tomada no início deste ano. É certo que a NUCLEBRÁS preferiu transferir para o Brasil a realização dos testes das instalações de enriquecimento — que seriam feitas na Alemanha — antes da sua produção em escala industrial. É uma fase intermediária entre o plano piloto e a usina de demonstração. A última previsão oficial para o início dos testes situa-se entre 1981 e 1982.

Resende

Para erguer o complexo industrial de Resende, que compreende a fábrica de elementos combustíveis (custo avaliado em 400 milhões de cruzeiros) a usina de hexafluoreto e a usina de enriquecimento, a NUCLEBRÁS desapropriou uma área equivalente a 60 alqueires por 30 milhões de cruzeiros, um pouco depois de Resende. As obras de terraplenagem para a fábrica de elementos combustíveis e a usina de enriquecimento — respectivamente 200 metros quadrados e 3.500 metros quadrados — foram iniciadas em março deste ano e concluídas em quatro meses e custaram cerca de 33 milhões de cruzeiros. Desde agosto estão paralisadas as obras na área. Para abastecer a usina de enriquecimento, a NUCLEI (NUCLEBRÁS — Enriquecimento Isotópico) garante que uma das alternativas seria utilizar a energia da represa do Funil, com capacidade instalada de cerca de 216 MW.

UMA CONFIRMAÇÃO DAS CRÍTICAS FEITAS NA IMPRENSA BRASILEIRA

RIO — As denúncias feitas recentemente pela revista alemã *Der Spiegel* sobre as dificuldades na implementação do Acordo Nuclear Brasil—Alemanha, apenas vêm confirmar as denúncias feitas no Brasil desde a época de sua assinatura. Ainda que não dirigidas propriamente contra o acordo, as críticas da comunidade científica nacional de engenheiros e técnicos do setor elétrico, apontavam a sua irracionalidade técnica, econômica e financeira, em choque com a realidade de um País como o Brasil com um potencial hidrelétrico praticamente inexplorado e ainda subestimado, de 150 mil MW, entre outros fatores já abordados pela *Folha*.

Além do caráter fechado das negociações, as denúncias mais graves abordam o problema da posição de mercado em que o Brasil se colocou, comprometendo-se a comprar um pacote de oito usinas por preços acima dos do mercado internacional, quando as condições de negociação favoreciam o Brasil. Com a indústria nuclear alemã à beira da paralisação por causa da moratória, o Brasil aceitou tranquilamente a inversão de papéis, passando o mercado comprador. Isso é plenamente confirmado pelas conclusões da *Spiegel*: As instalações de enriquecimento e reprocessamento de urânio que nos últimos anos levaram a conflitos entre Bonn e Washington, só valeriam a pena se os brasileiros adquirissem meia dúzia de reatores". Entre ex-funcionários da NUCLEBRÁS que tiveram conhecimento de alguns detalhes da operação, comenta-se que a única explicação possível para a compra de um pacote de contratos tão negativo para o Brasil é de que as minutas de todos os contratos foram redigidas pela KWU ("Holding" de propriedade da Siemens) e apenas traduzidas pela NUCLEBRÁS.

Deficiências

Tanto o processo de reprocessamento como o de enriquecimento, vendidos no pacote, apresentam as seguintes deficiências: são subdimensionados em relação ao programa, de forma que mesmo que o Brasil construísse as unidades de reprocessamento, ainda teria que importar a maior parte dos combustíveis para as suas centrais, ficando numa dependência tão grave ou pior que a do petróleo.

O processo de enriquecimento vendidos pelos alemães não foi desenvolvido em escala industrial nem na própria Alemanha, que enriquece seu urânio em sociedade com os ingleses e holandeses pelo processo de ultracentrifugação, mas este eles não quiseram vender.

Outro pacote vendido ao Brasil foi a fábrica de componentes pesados da NUCLEP, que já nasceu inviável uma vez que só alcança sua auto-suficiência produzindo equipamentos para, no mínimo, quatro centrais por ano. Como o Programa Nuclear Brasileiro previa construção de uma central a cada dezoito meses na verdade, o intervalo de construção era muito menor) a capacidade ociosa da fábrica foi oferecida ao Exército e à Marinha do Brasil para a fabricação de tanques e submarinos, ofertas felizmente recusadas.

Altos custos

Em termos de preço do KW instalado, sabe-se hoje que o custo médio do KW instalado de Angra 1 e 2 será de 1.620 dólares, mas com a escolha de outro local para Angra 3 e tendo em vista as obras realizadas para que a usina coubesse no canteiro é possível que o KW médio das três usinas saia por preço superior a 1.800 dólares, de acordo com técnicos do setor. Quanto aos custos de geração, será de 78,5 milésimos de dólar por KW/hora gerado se o investimento sair apenas por 1.620 dólares por KW instalado. Se o investimento for de 1.800 dólares por KW instalado, os custos de geração ficarão perto de 85 milésimos de dólar, muito mais do que o triplo do preço de geração das Furnas Centrais Elétricas.

Ao lado da superestimação das reservas brasileiras de urânio, foi subestimado o potencial hidráulico brasileiro. As estimativas oficiais, publicadas no "Livro Branco do Acordo", segundo levantamentos feitos há 15 anos, calculavam o potencial hidráulico em 120 mil MW.

Estudos feitos pela ELETRONORTE elevaram este potencial para mais de 200 mil MW, considerando aproveitamentos com custo do KW instalado até 1.000 dólares. Também não se ignora que com base em estimativas de cálculos hidrológicos, o potencial hidráulico brasileiro pode ser superior a 400 mil MW desde que aproveitadas as miniquedas e correntezas fortes mediante o emprego de turbinas tipo bulbo. O potencial hidráulico brasileiro é suficiente para atender à demanda até depois do ano 2000, o que dá tempo suficiente aos pais para desenvolver sua tecnologia nuclear.

Programa nuclear

CONTRATOS ANTIGOS, A EXPLICAÇÃO DO MINISTRO SIMONSEN PARA A COBREL

O Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, desmentiu as denúncias feitas pela revista alemã *Der Spiegel* sobre o acordo nuclear e as implicações tanto dele como do Ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, nas negociações. "Estão confundindo alhos com bugalhos", disse Simonsen, aparentemente tranquilo.

O Ministro da Fazenda levou para a entrevista com a Imprensa um papel com as anotações feitas por ele sobre o caso do acordo nuclear, contendo 3 pontos que, segundo ele, desmentem a matéria do semanário alemão.

Primeiro: o contrato entre Furnas e a Westinghouse para a construção da usina de Angra 1 foi assinado em 7 de abril de 1972 e resultou de propostas apresentadas em 26 de janeiro de 1971 em licitação pública. A Westinghouse participa tão-somente da usina de Angra I e não do atual acordo nuclear firmado com a Alemanha. Em

segundo lugar, prosseguiu Simonsen, praticamente ditando as suas anotações, a compra da Cobrel — Comércio e Engenharia, pelo Banco Bozzano Simonsen de Investimentos, do qual ele é um dos maiores acionistas, ocorreu em 2 de janeiro de 1973. E, finalmente, a Cobrel presta assessoria técnica a várias empresas tanto nacionais como estrangeiras. No caso da prestação de serviços à multinacional americana Westinghouse, como fala o artigo da revista alemã, o acordo original data de 1º de janeiro de 1949, conforme os dados do Ministro.

Esse foi, literalmente, o comentário do Ministro da Fazenda às denúncias da revista *Der Spiegel*. Indagado sobre a suspeita de extravio de 296 milhões de dólares do acordo nuclear no processo de transferência de recursos da Alemanha para o Brasil, Simonsen nada respondeu, alegando que o Ministro Calmon de Sá estava preparando uma nota oficial explicando todo o assunto.

CALMON DE SÁ NEGA DENÚNCIAS

Muito irritado, o Ministro Ângelo Calmon de Sá afirmou ontem à noite que “nunca se disse tanta inverdade quanto na matéria publicada por *Der Spiegel*. Ele explicou que realmente trabalhou na Construtora Norberto Odebrecht, “mas isso foi há 12 anos”. Quando a Odebrecht venceu a concorrência para construir Angra I, Calmon de Sá não era presidente do Banco do Brasil nem estava no Governo, declarou.

Quanto ao dinheiro que desapareceu, segundo a *Der Spiegel*, ele disse ser impossível, porque é registrado no Banco Central. “Fizeram uma confusão de cifras”, disse. No início do ano declarei que o Brasil, no ano passado, dispendera US\$ 400 milhões com pagamento de tecnologia (toda a tecnologia importada pelo País). Além disso, há sempre uma diferença entre a tecnologia averbada e a tecnologia efetivamente paga, pois esta é parcelada.

Irritação

O Ministro, sem esconder sua Irritação, informou acreditar que os dados básicos da matéria da *Der Spiegel* tenham sido fornecidos por fonte do Brasil.

A entrevista do Ministro só ocorreu por volta das 21 horas. Durante toda a tarde de ontem seu Gabinete informava aos repórteres que apenas hoje o Ministro responderia de público a *Der Spiegel*, pois viajará para Salvador, inesperadamente.

O QUE A DER SPIEGEL DISSE

As questões abordadas pela revista alemã *Der Spiegel*, levantando dúvidas quanto à segurança, à economicidade e à viabilidade do programa nuclear brasileiro são, em síntese, as seguintes:

1) **Saca-rolha** — O reator de Angra I “esta girando e, devagar e sempre, enfiando-se na terra, como um saca-rolha”, segundo observação de um engenheiro alemão que trabalha na praia de Itaorna.

2) **Fora de alinhamento** — Ainda sobre Angra I, diz a revista que a usina até agora não entrou em operação, entre outras coisas, porque “o eixo de transmissão do gerador está fora de alinhamento, necessitando repetidas tentativas, tecnicamente muito difíceis, de assentar os alicerces”.

3) **Cerca de arame farpado** — O problema de comunicação entre os técnicos que trabalham num mesmo local, na construção de Angra I, comprada à Westinghouse, norte-americana, e à KWU, alemã, também é lembrado pela revista. Proibidos e “divididos, em Angra, por uma cerca de arame farpado, os alemães não sabem o que seus colegas americanos estão de fato, pensando em fazer, com seu inútil monte de concreto” (...) “do outro lado, os americanos podem observar quais as lições que seus concorrentes de além-mar tiraram de suas dispendiosas experiências”.

4) **Local escorregadio** — O local em que estão sendo erguidas as três usinas nucleares também não é considerado dos melhores, como

já repetiram por diversas geólogos e físicos críticos do acordo teuto-brasileiro. “Até mesmo os amigos do projeto quase não encontram argumento para justificar a escolha desse local escorregadio”.

5) **Pane** — Ainda sobre a questão do custo de construção das usinas, *Der Spiegel* diz que “o custo de cada estaca pode atingir até US\$ 250 mil quando — o que ocasionalmente acontece — o bate-estaca sofre uma pane”.

6) **Supérfluos** — “Os tubos de aço, supérfluos, formam pilhas cada vez mais altas. O parceiro brasileiro simplesmente não sabia que os tubos não eram necessários. E as entregas continuam chegando pontualmente.”

7) **Ambição tropical** — A explicação para a decisão brasileira de importar uma tecnologia tão dispendiosa é creditada à ambição oficial: “Dúvidas sobre a solvência dos brasileiros ou advertências contra a ambição — de querer experimentar a mais dispendiosa tecnologia do século XX na tropical América do Sul — tudo isso pode ser descartado com meros pretextos”.

8) **Avental de chumbo** — Questões que põem em dúvida a segurança do parque nuclear de Angra dos Reis foram resumidas, pela revista alemã, com uma observação de um engenheiro: “Quando eu vejo o jeito dos brasileiros resolverem os problemas eu não me arrisco a entrar mais aqui sem um avental de chumbo”. “Antes de eles (o Brasil) terem a bomba, a própria usina torna-se-á uma bomba estacionária”.

9) **Custo elevado** — A *Der Spiegel* cita depoimentos do engenheiro John Cotrim, ex-Presidente da Furnas, feitos inclusive a este jornal, nos quais coloca em dúvida a rentabilidade, do preço da energia elétrica a ser gerada pelas usinas nucleares de Angra dos Reis, a menos que as tarifas fossem aumentadas em 300%. Isso porque o custo do quilowatt instalado “avaliado pelos alemães em US\$ 1 mil, terminará sendo de US\$ 3 mil”.

10) **Milagre Econômico** — A revista alemã lembra, também, a situação da economia brasileira, agora que o milagre econômico “que tanta admiração despertou em anos passados, cedeu lugar à inflação (cerca de 40% este ano), para o desemprego e o déficit comercial”, que está crescendo muito mais depressa do que a receita da última safra de café.

11) **KWU** — A *Der Spiegel* também publicou uma entrevista com diretores da KWU, que negaram a existência de planos para mudar o “Sítio de Angra III”.

UEKI TAMBÉM SE DEFENDE E NEGA REFORMULAÇÃO

“O Acordo Nuclear brasileiro está em plena execução e não tem precedência a notícia de que ele possa vir a ser cancelado”. Assim o Ministro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, iniciou sua defesa com relação às acusações feitas pela revista alemã *Der Spiegel*, de que o Acordo Nuclear Brasil—Alemanha estaria ameaçado de “esfarelar, antes mesmo de ter realmente começado”.

A diferença de 296 milhões de dólares existente na contabilidade do pagamento de transferência de tecnologia — que segundo o Instituto Nacional de Propriedade Industrial foi de 400 milhões de dólares — é, segundo a NUCLEBRÁS, de 104 milhões de dólares. Ueki disse que a acusação não tem fundamento, afirmando que até agora o pagamento por transferência de tecnologia foi de pouco mais de 100 milhões de dólares, não podendo então ter desaparecido uma quantia tão elevada. O Ministro considerou confusa a operação financeira para o pagamento de tecnologia, e explicou que o Ministério das Minas e Energia seguiu a orientação do Banco Central para calcular o preço final, levando em conta os juros, inflação e o pagamento da vinda de funcionários alemães ao Brasil, “isso para não termos de renegociar os aditivos do Acordo”.

Em sua reportagem a revista alemã fala que a representante da Westinghouse no Brasil, COBREL Maqui S/A. Comércio e Engenharia é de propriedade do Banco Bozzano Simonsen, “e neste banco o Ministro da Fazenda do Brasil, Mário Henrique Simonsen, é um dos maiores acionistas” o Ministro Ueki disse que o primeiro

reator brasileiro foi adquirido na Westinghouse por concorrência. "mas não tenho conhecimento de que o Mário tenha participado de forma direta ou indireta. Também não sei se o representante da Westinghouse é a COBREL, mas mesmo que seja, nunca ouvimos falar que o Ministro Simonsen tivesse alguma coisa a ver com a Westinghouse".

Ueki negou também o envolvimento do Ministro Calmon de Sá com a Norberto Odebrecht S.A., firma contratada para a construção de Angra I, II e III. Segundo o Ministro, a Odebrecht foi vencedora na concorrência para a construção de Angra I, e pela experiência adquirida em Engenharia Civil no campo nuclear, Furnas concluiu pela sua contratação para construir Angra II e III, sem licitação pública. Para chegar a esta decisão, afirma Ueki, Furnas realizou um estudo com fundamento técnico, econômico e financeiro que, depois de analisado por técnicos da ELETROBRÁS, concluiu ser esta a solução mais adequada. "Esta decisão foi acolhida pelo Governo, mas durante os estudos nunca tomamos conhecimento de que Calmon — na época Presidente do Banco do Brasil — tivesse alguma ligação com a Odebrecht. A única coisa que sei é que ele é baiano e a Odebrecht também é baiana".

Ueki disse ainda que o atraso em Angra II se deve ao rigor dos alemães com questões de segurança e aos problemas com o subsolo da praia de Itaorna, o que levou os técnicos a aumentarem o número de estacas. Mas segundo o Ministro este atraso preocupa, mas não em termos econômicos e financeiros, como é o caso de Angra I, porque a obra está ainda no início. "A questão da localização de Angra III, que deveria ser tratada internamente, transformou-se em debate público e político, mas isso não significa o cancelamento do acordo nuclear".

IMPORTAÇÕES DE TUBOS, "ACIMA DO NECESSÁRIO"

O Engenheiro Vítório Vignoli, Diretor da Pérsico Pizzamiglio, disse ontem ser admissível que, no início do projeto de construção do parque nuclear de Angra dos Reis, os engenheiros alemães que vieram ao Brasil para orientar os trabalhos tenham feito importações de tubos de aço "acima do necessário".

Ele argumentou que essas importações estariam respaldadas pelos critérios de prioridade concedidos à obra pelo Governo, e com a disponibilidade de alguns milhares de dólares para importações, para uma série de equipamentos, inclusive tubos, e que não passaram pelo CONSIDER.

"Ainda na semana passada, o CONSIDER procurou-nos para consultar acerca de um pedido de importação de 23 toneladas de tubos, revestidos interna e externamente de aço inoxidável, sem similar nacional", disse Vignoli.

Segundo engenheiro, a Pérsico até hoje não fez nenhum fornecimento diretamente a Furnas, a não ser de eletrodutos. Indiretamente, chegou a fornecer tubos para a usina de Angra dos Reis, através da Nordon, Jaraguá e CONFAB.

UMA LONGA E ANTIGA SÉRIE DE INFORTÚNIOS

por José Carlos Thomé
de São Paulo

As informações contidas na revista *Der Spiegel* não são, a rigor, novas. Tanto as vicissitudes dos geólogos, como o deslocamento do prédio de Angra I e os atrasos no cronograma das obras são fatos conhecidos pela Imprensa brasileira há pelo menos um ano e meio.

Um fato especialmente focalizado — a questão da segurança — já mereceu uma série de reportagens e inquéritos internos sem que se saiba quais as providências tomadas pela NUCLEBRÁS para evitar acidentes como o incêndio do almoxarifado, ocorrido em fins de 1977.

Na verdade, lembra o cientista José Goldemberg, tradicional crítico do projeto, tudo o que pode estar ocorrendo na praia de Itaorna nada mais é que uma decorrência natural do sistema de decisão no Programa Nuclear, que rotula indiscriminadamente sob a

chancela da "segurança nacional", todo e qualquer ponto que diga respeito à questão, afastando qualquer debate.

Parece que, por ironia, a segurança é justamente um dos fatores negligenciados, como lembra o físico José Zatz, da Universidade de São Paulo. Por diversas vezes ele e seu colega Luiz Pinguelli Rosa — da Universidade Federal do Rio de Janeiro — atacaram a localização escolhida para as três usinas, um alvo fácil e concentrado em caso de agressão externa.

O fato de que o espaço na baixada de Itaorna não permite a instalação de três usinas já era conhecido por ocasião do lançamento da pedra fundamental de Angra II, ocorrido no início do ano passado. Poucas horas antes de a comitiva do Ministro Shigeaki Ueki chegar ao local para a solenidade, funcionários do canteiro ainda pintavam os marcos que delimitam a situação da futura usina. E o canteiro de obras de Angra II só pode ser instalado após a demolição dos alojamentos que servem a Angra I.

Quanto à qualidade dos materiais, também não é novidade: vários técnicos de Furnas e da NUCLEBRÁS — sempre protegidos por um cauteloso anonimato — têm-se referido ao assunto.

O CUSTO REAL, NUNCA ESCLARECIDO

A questão do custo — que cálculos preliminares deste jornal, conforme matéria publicada em abril, indicam estar perto dos US\$ 30 bilhões nunca foi devidamente explicada pelas autoridades.

Sabe-se que, no começo do ano passado, outras áreas do setor energético, preocupadas com a concentração de recursos em Itaipu e Angra, tentaram promover uma reunião com o Ministro Ueki, para demonstrar que o KW instalado em Itaorna estaria já próximo a US\$ 3.000. O Ministro depois de recolher vários relatórios da ELETROBRÁS e outras empresas, encerrou o debate sob o argumento de que "o Programa Nuclear não pode ser visto exclusivamente sob a ótica unilateral da economicidade".

"Trata-se de um projeto político-estratégico e como tal não merece as discussões convencionais de viabilidade econômica", teria dito o Ministro aos técnicos que o questionaram.

A matéria do *Der Spiegel*, se bem que demolidora, não trata de um dos principais temas que preocupam os cientistas brasileiros: o da viabilidade técnica e econômica do processo "jet nozzle" (jato centrífugo) que seria cerca de dez vezes menos econômico do que o da difusão gasosa, usado pelos EUA e URSS para enriquecer urânio. Com efeito, o "jet não tem qualquer usina funcionando sequer em escala semi-industrial e a passagem de uma tecnologia em unidades reduzidas para outras maiores comerciais envolve uma série de riscos que são impossíveis de se prever com segurança.

Um outro aspecto bastante contraditório, omissos na matéria do *Der Spiegel*, é sem dúvida o da dependência energética, que será reproduzida como no caso do petróleo, caso o processo "jet" não venha a se revelar viável ou o País não encontre urgentemente grandes jazidas de urânio. Sabe-se que as reservas oficialmente conhecidas mal dão para alimentar 10 anos de operação de todos os oito geradores previstos pelo Acordo Nuclear Brasil-RFA.

Sabe-se também que, talvez por isso — e por causa das dificuldades financeiras —, o cronograma inicial do acordo já foi postergado, conforme admitem as autoridades do setor. Agora já se fala em seis unidades até 1990 e, mesmo assim, considera-se que essa quantidade pode ser reduzida em função do comportamento de mercado. Essa é, pelo menos, a explicação oficial. Mas, ao contrário do que diz *Der Spiegel*, a região coberta pela energia de Angra é a mais dinâmica do País industrialmente e apresenta um consumo cujo crescimento se mantém entre 10% e 11%, independentemente dos valores de aumento do PIB.

Em outras palavras, a explicação de que a instalação de usinas "depende do comportamento do mercado", considerando-se o prazo de maturação de um investimento nuclear, é, no mínimo, unilateral.

CONFLITO DE RESPONSABILIDADES

Em uma coisa a revista alemã também se equivoca: é difícil falar em "atraso do cronograma" quando se sabe que as metas inicialmente propostas eram claramente políticas e tinham como objetivo fixar a posição dos dois países em face das inevitáveis pressões feitas contra o Acordo. Em realidade, nenhum técnico competente acreditava nos prazos originalmente marcados para a entrada em geração de Angra II e III.

As dificuldades no canteiro de Angra também são de há muito conhecidas. Os engenheiros norte-americanos que constroem Angra I têm um sistema de trabalho que em nenhum momento se aproxima do modo de operação de seus colegas brasileiros ou alemães.

Além disso existe um conflito de responsabilidades, visto que as três usinas, apesar de distintas, têm uma infra-estrutura comum em que pese as diferentes concepções técnicas.

Terreno

Também o desalinhamento de Angra I — que se estaria enterrando na areia "como um saca-rolhas", segundo *Der Spiegel* — já é um fato conhecido há longo tempo. O próprio Ministro Ueki, em diversas ocasiões, se referiu as dificuldades pedológicas da construção, prejudicada pela existência de "matações" (blocos de pedra existentes no meio da areia do terreno pantanoso da região).

As autoridades, entretanto, nunca admitiram como razoáveis as várias advertências feitas pela Sociedade Brasileira de Física quanto a estrutura profunda do terreno, que está assentado sobre uma falha geológica considerada crítica em caso de terremotos.

ITAMARATY NÃO QUER POLÊMICA

O Ministro Azeredo da Silveira negou ontem em Brasília qualquer atraso no cumprimento do Acordo Nuclear e afastou a possibilidade de uma revisão nos termos do acordo para diminuir o número de reatores previstos. Também disse desconhecer as informações a respeito de uma possível transferência do local previsto para a usina Angra III.

"Qualquer revista pode dar o palpite que quiser, o acordo está sendo cumprido dentro do cronograma. Está sendo literalmente cumprido da parte do Brasil e da parte da Alemanha", disse o Ministro Azeredo da Silveira. O porta-voz do Itamaraty, secretário Gelson Fonseca, não quis comentar detalhes da reportagem publicada pela *"Der Spiegel"* dizendo apenas que "não temos nenhum motivo para crer que o acordo não vai ser cumprido em sua integridade, e preferimos não polemizar o assunto".

O porta-voz da embaixada da Alemanha Federal disse que a Chancelaria em Bonn tem por norma "não comentar as matérias de *Der Spiegel*", mas não explicou a razão desse comportamento. Ao ser indagado sobre a transferência da usina de Angra III da praia de Itaorna, o porta-voz declarou que "o Governo alemão sabe tudo. Ele tem conhecimento completo".

Acrescentou que o Governo alemão tem dito várias vezes "que cumprirá o Acordo Nuclear até o último ponto. Sobre a questão do pagamento da transferência de tecnologia, o porta-voz disse que a embaixada alemã não tem conhecimento nenhum desse assunto "porque há coisas que só o Governo brasileiro pode esclarecer".

O porta-voz da embaixada americana, John de Witt, disse que não tinha por que comentar a matéria, já que em momento algum ela se refere ao Governo Americano. "Está envolvida apenas uma empresa privada norte-americana" e lembrou que a Westinghouse, tem escritório no Rio de Janeiro.

RFA REABRIRÁ DEBATE INTERNO?

Quais os efeitos prováveis da publicação da matéria?

Em primeiro lugar, como um exemplo da social democracia europeia, a Alemanha Federal deverá experimentar nos próximos dias um debate amplo em relação ao Acordo. E certamente nesse debate estarão ativos os vários grupos políticos e parlamentares, que

a ele se opõem — pacifistas, ecologistas e simples opositores partidários — de importância perante a opinião pública alemã.

Não seria esta a primeira vez que o Governo de Bonn teria de destacar seus melhores tribunos para rebater acusações, críticas e insinuações de que o Acordo não passa de um papel politicamente valioso.

Agora também os contribuintes alemães gostarão de saber para onde está indo o seu dinheiro, enquanto que os setores empresariais prejudicados com a distribuição dos pedidos de equipamentos, terão todo o interesse em saber a verdade sobre a qualidade dos similares que estão sendo comprados no Brasil — segundo a matéria, inaceitáveis.

Já os setores financeiros envolvidos no "Acordo do Século", embora visivelmente despreocupados com relação à viabilidade do Acordo, terão de prestar informações mais detalhadas a seus fornecedores de poupança.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — O documento lido contém subscritores em número suficiente para constituir, desde logo, Resolução do Senado, nos termos do art. 170, "a", do Regimento Interno.

Será publicado para que produza os devidos efeitos.

Para a Comissão Parlamentar de Inquérito, assim constituída, a Presidência fará, oportunamente, as designações, de acordo com as indicações que receber das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 1978

Concede ao trabalhador um dia útil de folga, por mês, para tratar de interesses particulares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O trabalhador vinculado a organização empresariais privadas, públicas ou de economia mista, por contrato de trabalho, nos termos da Legislação Trabalhista, terá direito a um dia útil mensal, vinte e quatro horas consecutivas, remunerado, para tratar de interesses particulares.

Parágrafo único. É vedado, sob qualquer alegação considerar o dia útil de folga, a que se refere este artigo, para cômputo de férias, licença, aposentadoria ou justificativa para desconto salarial.

Art. 2º O empregador elaborará tabela de rodízio entre os trabalhadores da empresa, fixando o dia útil de folga mensal de cada um, vedada a dispensa de mais de 50% (cinquenta por cento) dos trabalhadores cadastrados no mesmo dia do mês.

§ 1º O critério para a elaboração da tabela referida neste artigo será a do interesse do empregador, considerado, também, sempre que possível, a conveniência do trabalhador.

§ 2º A tabela de rodízio será afixada em lugar visível e de livre acesso para os trabalhadores.

§ 3º Poderá o trabalhador, voluntariamente, se assim convier ao empregador, trabalhar no seu dia útil de folga mensal remunerada, mediante remuneração em dobro.

Art. 3º Esta lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecidas sanções aplicáveis aos que deixarem de cumpri-la.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Este projeto procura atender aos interesses de todos os trabalhadores, atendendo também aos dos empregadores.

Sem que seja diminuída a semana de trabalho e sem paralisar, por um dia sequer, a atividade da empresa, o trabalhador, se aprovada a medida ora proposta, terá seu mês com menos um dia de trabalho e o empregador continuará com o mês normal de trabalho.

A concessão prevista neste projeto vai ao encontro de um fato, de uma situação que todos conhecem, qual seja a necessidade que o

trabalhador (homem ou mulher) tem, como qualquer ser humano, de resolver pessoalmente, uma vez por mês, seus pequenos, rotineiros, mas, sempre importantes problemas.

Não há chefe de família, ou dona-de-casa, que não tenha pagamentos a efetuar, consulta médica ou tratamento dentário a fazer, compras eventuais a realizar, ou interesses outros a cuidar, coisas que exigem sua própria presença, em determinado dia do mês, dentro do horário de trabalho.

Tais assuntos, de algum modo, vinculados à realização de despesas e, por isso mesmo, são tratados na época do mês em que o trabalhador recebe o salário. Em muitas empresas já existe, inclusive, um tácito consenso, no sentido de liberar o empregado mais cedo no dia do recebimento do salário, para que possa colocar em ordem seus problemas pessoais.

A verdade, porém, é que essa concessão é excepcional e põe o trabalhador na dependência de uma boa vontade, de um favor. Acrescente-se que, em numerosas empresas, não existe esse tipo de licença para empregados de nível mais modesto, restando a esses, por isso, somente a alternativa de faltar ao trabalho, quando precisam de tempo disponível para resolver questões particulares.

Este projeto, suscitará, talvez, uma reação hostil, pois, invariáveis resistências sempre se contrapuseram às conquistas dos trabalhadores.

A jornada de trabalho de 8 horas, as férias anuais, o direito à aposentadoria, o 13º salário, todos os direitos, enfim, hoje garantidos aos trabalhadores foram alcançados através de duros embates que lograram neutralizar, com dificuldades, as insidiosas campanhas em contrário.

É como se ainda perdurasse em alguns setores sociais deste País, poder-se-ia dizer, a mentalidade escravocrata de nossos avós.

No entanto, as próprias faltas vêm mostrando que as melhores condições de trabalho e de previdência assegurados aos trabalhadores, em nada prejudicaram as empresas, nem afetaram à economia do País. Pelo contrário, cabe reconhecer.

Afinal, a idéia hoje aceita, pacificamente, é de que o trabalho não é uma simples mercadoria que se vende e que se compra a dinheiro.

O trabalho é uma forma de participação do trabalho no processo social. Exercendo essa participação ele, trabalhador, atinge, por assim dizer, na sua plenitude, a condição humana.

Dai o trabalhador não pode ser considerado ou tratado como um autômato, ao qual deve ser propiciado, tão-somente, o mínimo necessário à sobrevivência de máquina. Ele merece bem mais que isso.

Trabalhadores são seres humanos e devem ser tratados como tal. Esta idéia, todos o sabem, fundamenta a filosofia de nossa legislação do trabalho e a ela se prende, em perfeita coerência, a medida consubstanciada nesta proposição.

Este projeto foi elaborado a partir de uma idéia pelo bacharel Geraldo Galvão, funcionário desta Casa, a quem apresento, neste instante, meus agradecimentos.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 1978. — Vasconcelos Torres.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Legislação Social.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 1978

Altera a redação dos arts. 5º e 7º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 5º e 7º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 5º Para os efeitos do artigo anterior considera-se família do segurado:

I — Para percepção de pensão vitalícia:

a) a esposa, exceto a desquitada que não receba pensão de alimentos;

b) o marido inválido;

c) a mãe viúva ou sob dependência econômica preponderante do funcionário, ou pai inválido, no caso de ser o segurado solteiro ou viúvo.

II — Para a percepção de pensão temporária:

a) o filho de qualquer condição, ou enteado, até a idade de 21 (vinte e um) anos, ou, se inválido, enquanto durar a invalidez;

b) o irmão, órfão de pai e sem padrasto, até a idade de 21 (vinte e um) anos, ou, se inválido, enquanto durar a invalidez, no caso de ser o segurado solteiro ou viúvo, sem filhos nem enteados;

c) a filha viúva sob a dependência econômica do funcionário, enquanto durar tal situação.

Parágrafo único. A filha solteira, maior de 21 (vinte e um) anos, só perderá a pensão temporária quando ocupante de cargo público permanente.”

Art. 7º Por morte dos beneficiários ou perda da condição essencial à percepção das pensões, estas reverterão:

I — a pensão vitalícia, para os beneficiários das pensões temporárias;

II — as pensões temporárias, para os filhos menores ou as filhas solteiras dos beneficiários e, na falta destes, para os demais co-beneficiários, ou, ainda, na falta de uns e outros, para o beneficiário da pensão vitalícia.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A Carta Magna do Brasil insere em seu artigo 167 que compete aos Poderes Públicos a proteção da família, especialmente no que concerne à educação e cultura, ampliando a extensão da tutela do Estado através das instituições de Previdência Social, principalmente para atender às necessidades fundamentais de subsistência da família.

O servidor público, filiado ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), encontra-se sob a égide das disposições da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o plano de assistência ao funcionário e sua família.

Entretanto, compulsando a lei, verifica-se que, ao tratar do seguro social obrigatório, no que tange ao benefício das pensões — vitalícia e temporária —, foram omitidas, dentre os beneficiários, as filhas viúvas, desprovidas de recursos próprios e sob a dependência econômica do funcionário, colocando-as em desigualdade de condições com os demais beneficiários, criando-lhes, por outro lado, em decorrência, dificuldades na manutenção de seus dependentes.

Para corrigir essa omissão, observado o princípio constitucional vigente, de amparo e assistência à família, ofereço o incluso projeto de lei, no qual se acha consubstanciada a medida, em consonância com o plano social previdenciário do País, estendendo-se a concessão da pensão temporária à filha viúva sob a dependência econômica do funcionário.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 1978. — Senador Vasconcelos Torres.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 3.373, DE 12 DE MARÇO DE 1958

Dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, a que se referem os arts. 161 e 256 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, na parte que diz respeito à Previdência.

Art. 5º Para os efeitos do artigo anterior, considera-se família do segurado:

I — Para percepção de pensão vitalícia:

a) a esposa, exceto a desquitada que não receba pensão de alimentos;

b) o marido inválido;

e) a mãe viúva ou sob dependência econômica preponderante do funcionário, ou pai inválido no caso de ser o segurado solteiro ou viúvo;

II — Para a percepção de pensões temporárias:

a) o filho de qualquer condição, ou enteado, até a idade de 21 (vinte e um) anos, ou, se inválido, enquanto durar a invalidez;

b) o irmão, órfão de pai e sem padrasto, até a idade de 21 (vinte e um) anos, ou, se inválido enquanto durar a invalidez, no caso de ser o segurado solteiro ou viúvo, sem filhos nem enteados.

Parágrafo único. A filha solteira, maior de 21 (vinte e um) anos, só perderá a pensão temporária quando ocupante de cargo público permanente.

Art. 7º Por morte dos beneficiários ou perda da condição essencial à percepção das pensões, estas reverterão:

I — A pensão vitalícia — para os beneficiários das pensões temporárias;

II — As pensões temporárias — para os seus co-beneficiários, ou, na falta destes, para o beneficiário da pensão vitalícia.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, DE 1978

Dispõe sobre a concessão de licença especial remunerada de seis meses, pelos empregadores, a todos os empregados com dez anos de serviço ininterrupto às mesmas empresas, com todos os direitos e vantagens, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos empregados que prestarem dez anos de serviço, ininterrupto, numa só empresa, será concedida, pelos empregadores, uma licença especial, remunerada, de seis meses, com todos os seus direitos e vantagens.

§ 1º A licença especial não será concedida se, nesse período, o empregado:

I — houver faltado, injustificadamente, ou sofrido penalidades;

II — tiver gozado o benefício do auxílio-doença superior a 30 (trinta) dias.

§ 2º Havendo acordo, o empregado poderá pagar a remuneração correspondente à licença de uma só vez ou em até 6 (seis) parcelas, continuando o empregado a trabalhar normalmente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Afirma um grande tratadista mexicano do Direito do Trabalho que os filósofos do Direito Natural continuam sendo os homens soberbos que especulam, em seus escritórios, acerca da Justiça e do Direito, sem considerar jamais as necessidades sociais e humanas, e pretendem que o legislador e os homens englobem, dentro de seus princípios, as relações sociais. A nova escola de pensadores, ao contrário, parte da vida social e humana; o direito não é obra derivada da razão ou da ideia da Justiça, mas deve ser o princípio que expresse as necessidades e aspirações dos homens, isto é, o direito surge da natureza real do homem, espírito e matéria, e das necessidades sociais. A única missão da ordem jurídica, é, assim, a de assegurar que se realizem essas necessidades e aspirações. É a Justiça que deve adaptar-se à vida social e humana e não esta às especulações dos teóricos (Mário de La Cueva, "Derecho Mexicano Del Trabajo", Tomo I, México, 1966).

O Direito do Trabalho — o novo Direito — se apresenta como iniciador de uma nova ordem e se afirma e repousa no novo conceito de Justiça.

O Projeto, ora apresentado à apreciação da Casa, coaduna-se perfeitamente com o conceito dessa nova ordem e Justiça, procurando

do dar um justo e merecido reconhecimento aos empregados, que durante dez longos anos, ininterruptos, deram não só o seu trabalho normal, mas, sobretudo, o seu esforço e a sua integral força de trabalho numa só empresa.

Ressalte-se não se tratar de um prêmio, mas, sim, de um reconhecimento por serviços prestados, sem faltas ou licenças para tratamento de saúde, durante dez anos. Aliás, a medida é bem mais restritiva do que a concedida, há longa data, aos funcionários públicos.

O preceito, sem dúvida, valoriza "o trabalho como condição da dignidade humana" (Const., art. 160, II) e visa a assegurar aos trabalhadores "melhoria de sua condição social (Cons., art. 165), enquadrando-se como a Política Social adotada pelo falecido Sumo Pontífice e em suas Encíclicas e, finalmente, como o preceito constitucional da equidade.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 1978. — Vasconcelos Torres.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 1978

Dispõe sobre a inclusão de Adido Agrícola em representações diplomáticas do País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Adido Agrícola integrará o pessoal permanente nas representações diplomáticas do País na Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Canadá, França, Itália, União Soviética, Nova Zelândia, Austrália e Japão.

Art. 2º O comissionamento como Adido Agrícola, em qualquer um dos países mencionados no artigo anterior, será feito por Ato do Poder Executivo, ouvidos os Ministérios das Relações Exteriores e o da Agricultura e a Sociedade Nacional de Agricultura.

Parágrafo único. O comissionamento será feito pelo prazo de dois anos, prorrogáveis por mais dois.

Art. 3º São requisitos para o exercício da missão de Adido Agrícola o título universitário de Engenheiro Agrônomo, o desempenho de cargo técnico na área da especialidade e o notório saber nos assuntos com ela relacionados.

Art. 4º O Poder Executivo submeterá ao Congresso, em prazo não superior a trinta (30) dias, projeto de lei criando recursos orçamentários para o cumprimento do que ora se dispõe.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada até noventa (90) dias após sua vigência.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Uma das mais velhas finalidades da representação diplomática, desde que a Diplomacia se institucionalizou através do mundo, foi garantir o acesso fácil às diferentes realizações e, muito em particular, ao progresso tecnológico alcançado pelo País onde a representação está acreditada.

Antigamente essa busca de informações obedecia a objetivos de ordem militar e o fato se inseria no contexto de uma sociedade internacional que vivia em constante perspectiva de guerras.

Mas, os tempos mudaram e, embora algumas guerras locais continuem a eclodir — impera no relacionamento diplomático entre as Nações, em nossa época, um objetivo de cooperação e de paz. Pelo menos nós, brasileiros, assim pensamos e agimos.

A cessão de informações técnicas faz-se, hoje, a pleno conhecimento dos Governos, com vistas a transferir a Nações amigas o conhecimento de tecnologia e de experiências bem sucedidas, cujo emprego as possa ajudar na superação de suas dificuldades, em qualquer faixa de problemas.

O conhecimento do que se faz através do mundo, em matéria de técnicas destinadas a maximizar a produtividade agrícola é de extremo interesse para o Brasil, observo, País imenso que é, voltado em

grande parte para produção agrária, mas, praticando uma agricultura ainda rotineira, de baixo rendimento.

Assim, assegurar um constante acompanhamento do que se faz em matéria de emprego de novos meios para elevar a qualidade e o volume de produção agrícola, em países que se destacam exatamente pelo que já alcançaram nesse esforço, é objetivo de alto significado para o Brasil.

Vamos, pois, usar nossa estrutura diplomática, tão apática e inócua na maioria das vezes, como estamos cansados de saber, para uma coisa útil. Que seja para viabilizar o conhecimento e a avaliação do que vem sendo feito alhures, na esfera agrária, de modo a que possamos aproveitar as lições.

Este é, exatamente, o modesto fim colimado por este projeto.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 1978. — **Vasconcelos Torres.**

(*As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil, de Relações Exteriores e de Finanças.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 1978

Dispõe sobre a concessão de gratificação de risco de vida aos trabalhadores na construção civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos empregados da indústria de construção civil será paga, mensalmente, pelos empregadores, uma gratificação de "risco de vida", correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do salário percebido.

Parágrafo único. A gratificação instituída neste artigo só será devida quando o empregado se encontrar em trabalho efetivo na construção de obra e, em nenhuma hipótese, será incorporada ao salário.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Trata-se de medida justa e de largo alcance social, que, como se sabe, já é objeto de disciplina estatutária para o servidor público em geral.

O empregado da indústria de construção civil, aquele que trabalha efetivamente em obras, permanentemente, está expondo a sua vida, correndo riscos de toda sorte sem que, por tal fato, receba o menor reconhecimento.

Essa situação injusta, e mesmo calamitosa, há muito vem preocupando os legisladores que se dedicam ao estudo das leis sociais, além de constituir, periodicamente, notícia para os jornais de todo o País, ao advento de qualquer catástrofe.

Ainda está em nossa memória o acidente ocorrido em Belo Horizonte, quando muitos operários perderam a vida e outros ficaram definitivamente incapacitados.

Dessa sorte, a presente proposição reveste-se de espírito de justiça, além de se constituir numa necessária reparação ao trabalhador brasileiro.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 1978. — **Vasconcelos Torres.**

(*As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Economia.*)

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte:

Brasília, 21 de setembro de 1978.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º, do art. 10, do Regimento Comum, tendo a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Lourival Baptista, pelo nobre Sr. Senador Itálio Coelho, na Comissão Mis-

ta do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1978, que "restabelece o voto direto e secreto para eleição de Governador, Vice-Governador e Senador, dando nova redação aos arts. 13, § 2º e 41 da Constituição".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Eurico Rezende, Líder da Maioria.**

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte:

Ofício nº 109/78

Brasília, 21 de setembro de 1978.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Deputado Alceu Collares foi indicado por esta Liderança para substituir o Deputado Silvio Abreu Jr. na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6/78 (CN), que "restabelece o voto direto e secreto para eleição de Governador, Vice-Governador e Senador, dando nova redação aos artigos 13, § 2º, e 41 da Constituição".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — **Tancredo Neves, Líder do MDB.**

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Será feita a substituição solicitada.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Alexandre Costa — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Marcos Freire — Arnon de Mello — Teotônio Vilela — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Itálio Coelho — Saldanha Derzi — Leite Chaves — Vilela de Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, DE 1978

(Incluindo em Ordem do Dia nos termos do Art. 195, II, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 1978, do Senhor Senador Henrique de La Rocque, que prorroga o prazo de validade da carteira de identidade para estrangeiro (dependendo de Parecer da Comissão de Constituição e Justiça).

Solicito ao nobre Sr. Senador Orestes Quêrcia, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ORESTES QUÊRCIA (MDB — SP. Para emitir, parecer.) — Sr. Presidente:

Com a maior satisfação, vamos proceder à leitura do parecer, sob a Presidência de V. Exª que traz a contribuição da sua inteligência a dirigir os destinos, pelo menos por alguns instantes, do nosso Senado da República.

Cuida o Projeto de lei nº 260, de 1978, de conforme vem explicitado em sua ementa, de prorrogar o prazo de validade das carteiras de identidades para estrangeiros (modelo "19"), prazo esse que se encerra no próximo dia 1º de outubro de 1978 e que a proposição remete para 1º de outubro de 1979.

As carteiras modelo "19" deveriam, em razão do disposto no Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969, perder sua validade, sendo substituídas por novo documento mais atualizado na forma e no conteúdo e, em consequência, ser apreendidas.

Entretanto, conforme informado na justificação e verificado na legislação junta aos autos, ante a circunstância de não haver alcançado a regularização de tais documentos na forma preconizada pelo dito Decreto-lei nº 499/69, o próprio Governo cuidou de prorrogar periodicamente o prazo de validade dos mesmos, bem como de admitir, a partir de 1977, que o Congresso providenciasse, *sponte sua*, tal prorrogação.

Nada há a opôr à presente iniciativa do ilustre Senador La Rocque, tanto mais em face dos precedentes representados pelas Leis nºs 5.587, de 1970; 5.815, de 1972; 6.110, de 1974; 6.370, de 1976 e 6.447, de 1977.

Em verdade, a medida nela contemplada é absolutamente indispensável, uma vez que, se não for aprovada, haverá prejuízos e contratempos para os numerosos portadores de carteiras modelo "19", com validade vencida a partir de 1º de outubro de 1978.

Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, bem como pela aprovação quanto ao mérito.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carneira) — O parecer da Comissão de Constituição e Justiça conclui favoravelmente ao projeto.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto, em primeiro turno, sem emendas, passa-se, imediatamente, à sua apreciação em segundo turno.

Em discussão o projeto, em 2º turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, o projeto é dado como definitivamente aprovado, nos termos do art. 315, do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carneira) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 206, de 1978, do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Senhor Ministro Armando Falcão, saudando o Senhor Presidente da República e do agradecimento feito, na oportunidade, pelo Presidente Ernesto Geisel.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição.

E o seguinte o discurso proferido pelo Ministro Armando Falcão, cuja transcrição é solicitada:

Senhor Presidente:

Reúnem-se hoje os seus Ministros em torno da pessoa de Vossa Excelência, para cumprimentá-lo por mais um aniversário natalício.

A partir de 1974, é esta a quinta vez que o fato se repete, cabendo assinalar que no próximo 3 de agosto estará Vossa Excelência livre dos pesados encargos de Governo, após um quinquênio de trabalho intenso, de preocupações absorventes, de ininterrupta atividade.

É justo que Vossa Excelência aspire à vida particular, depois de tanto labor extenuante, após tanta responsabilidade acumulada. Apesar da procedência do seu desejo pessoal, não cremos consiga Vossa Excelência desengajar-se, totalmente, da problemática brasileira, tão profunda e abrangente tem sido a sua participação, direta e profícua, na vida do País.

Um homem, Senhor Presidente, da sua estirpe de estadista, que tem a alma do cidadão integral, com a vocação irresistível do serviço da Nação, não suporta conter-se na distância e na indiferença dos acontecimentos. Ficará, quando muito, numa posição discreta e retraída, mas acompanhando e analisando tudo que diga respeito ao interesse nacional.

Dizia Oswaldo Aranha que o Brasil era "um deserto de homens e idéias".

Sem perfilar o conceito, somos levados, contudo a aceitar a realidade, segundo a qual nem sempre é fácil encontrar os homens certos para os lugares certos, havendo que debitar as deficiências ainda existentes em determinados setores à relativa escassez de grandes homens para as grandes missões.

Paulatinamente, vamos vencendo essa desvantagem histórica, a eminentes brasileiros, nos anos que se sucedem, se têm afirmado autênticos condutores da coletividade, que sabem orientar no caminho da solução adequada de dificuldades e atrasos seculares.

Sem lisonja, nem favor — que Vossa Excelência, dispensa uma e outro —, soube no Governo administrar com eficiência e grandeza, visando sempre ao interesse maior do povo brasileiro.

A Nação o respeita e admira e jamais o esquecerá. Seu lugar na História foi conquistado pelo mérito verdadeiro, que premia com sabedoria e espírito isento.

Vossa Excelência transferirá o Poder ao nosso candidato, João Baptista Figueiredo, no dia 15 de março de 1979, — nem menos um dia —, tranqüila família brasileira e dinamizado, em todos os setores, o esforço nacional. Na qualidade de um dos líderes de maior prestígio da Revolução de 1964, quando se recolher à vida privada, poderá fruir a paz interior que as consciências puras oferecem.

Não queremos, de modo algum, atribuir a esta homenagem o seu caráter de uma despedida, pois os seus Ministros estarão sempre onde Vossa Excelência estiver, solidários com o chefe competente e exemplar.

Em nome da amizade que Vossa Excelência sabe inspirar, nós o procuraremos, em busca da honra de sua companhia e da segurança do seu conselho, que é guia e conforto moral.

E o seguinte o discurso de agradecimento do Presidente Ernesto Geisel:

— Não é fácil responder o discurso que o Ministro Falcão fez. Há o problema da emoção natural, de que estou possuído numa ocasião como esta.

Quero agradecer as suas palavras, mas acho que elas são um tanto exageradas, ferindo um pouco a minha natural modéstia.

É tradicional, é hábito nosso comemorarmos aniversários. Mas há uma diferença nessa comemoração, quando nós somos jovens e quando nós somos velhos. Quando somos jovens, comemoramos os aniversários pelos progressos que realizamos, pelas aspirações futuras que antevemos, cheios de esperança e de vitalidade. Quando somos velhos, fazemos essa comemoração voltando-nos mais para o passado, pelo que fizemos no decorrer de nossa vida, pelo que deixamos de fazer em função das circunstâncias, reconhecendo as limitações que a idade traz para o futuro. Essas limitações decorrem da idade propriamente em si, pelos aspectos físicos, em grande parte na redução da capacidade de ação, mas decorrem também do acúmulo de experiência, que é proveitosa em certo sentido e em outros nos traz desenganos, desenganos quanto à realidade de uma concepção da vida, desengano muitas vezes em relação aos homens — que a par da qualidade às vezes supressivamente revelam defeitos que não imaginávamos. Mas de tudo isto, o que importa realmente é que ao longo da vida possamos conservar um ideal, que se tenha fé, que se possa dedicar ao trabalho, sobretudo inspirado no sentimento do bem-comum, do bem coletivo, no interesse da comunidade nacional. Eu tenho procurado ser fiel a esse meu ideal e confesso que através das vicissitudes da vida, das dificuldades, das desilusões, dos desencantos, ou das alegrias, das satisfações que tenho tido ao longo dos meus anos, procuro manter vivo este ideal. Tenho trabalhado dentro dele e continuarei assim. Mas ele se realiza sobretudo pelo

esforço coletivo. Cabe a mim, pela função que exerço, ser o orientador, o homem da última decisão. Mas cabe principalmente somar esforços, conseguir que esse organismo que os senhores representam, que é o Ministério, seja um conjunto harmônico, trabalhe para esse mesmo fim, para esse mesmo ideal. Creio que isso nós conseguimos, não tanto devido a mim, mas em maior parte à compreensão e ao esforço dos senhores — esforço e compreensão aos quais sou profundamente reconhecido. Queremos agradecer-lhes pelos cumprimentos que me trazem, pelos votos que fazem em relação ao futuro que ainda me resta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 216, de 1978, do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo General João Baptista Figueiredo, no dia 11 de agosto de 1978, na reunião da SUDENE, no Recife.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição.

E o seguinte o discurso proferido pelo General João Baptista de Figueiredo, cuja transcrição é solicitada:

Venho a este sofrido Nordeste, para ver e ouvir.

Trago humildade, para reconhecer a magnitude dos problemas. E também a coragem de enfrentá-los. A fortaleza e a determinação para estudar e resolver. Construir e executar os programas.

Sobretudo, tenho comigo a certeza de que a solução para as questões nordestinas não está em atos de caridade.

Isso, os nordestinos não querem.

Como também não querem a solidariedade interesseira dos que pensam em ajudar o Nordeste para apaziguar a consciência, ou a responsabilidade distante e paternalista, reservada às coisas incômodas, isto é: as coisas que não podemos esconder atrás da porta, quando chegam as visitas.

Um Nordeste próspero e feliz não interessa apenas aos nordestinos. Mas, a todo o Brasil. A toda humanidade, seus 30 milhões de criaturas humanas. Provaram muito mais a capacidade de sobreviver em condições adversas. Os descendentes dos brancos, pretos e índios, que selaram sua união em Guararapes, estão criando a mais adiantada civilização equatorial do mundo.

Por isso, o Nordeste não pede favores. Nem os aceita.

Nem os donativos que envaidecem os que dão, e humilham os que recebem.

O que o Nordeste quer — aquilo a que tem direito — é sua justa parcela do progresso do Brasil. Não quer mais. Nem aceita menos. E é precisamente isso que o Brasil deve ao Nordeste.

Ao preparar esta viagem, não posso esquecer a emoção que senti, quando acompanhei o Presidente Médici, na visita que fez, em 1970, às zonas flageladas, pela seca. Não posso apagar da memória o quadro dramático que vi. Nem as palavras emocionadas, com as quais o então Presidente falou da esperança e da fortaleza moral daqueles que nada tinham, ou tudo haviam perdido. Nada, disse o Presidente Médici, em toda a sua vida, o pavia chocado e emocionado tanto, ou desafiado tanto sua vontade.

O que então vimos aqui, sacudiu o Brasil. Daí data o meu voto de dedicar-me a minorar a angústia, o sofrimento e as penas de tantos milhões de brasileiros.

Coube aos quatro Presidentes da Revolução tomar providências que, a seu tempo, constituíram um divisor de águas na política brasileira, para o Nordeste. Assim foi com a criação do Ministério extraordinário, que veio transformar-se no Ministério do Interior. Assim foi a instituição do Finor, para citar apenas dois exemplos.

E assim é com a alocação de recursos para os programas em execução, sob o comando do grande Presidente Ernesto Geisel.

Nenhuma história do progresso do Nordeste brasileiro estará completa, se não analisar programas como o POLONORDESTE; o de desenvolvimento da agroindústria; o de industrialização; o fortalecimento dos projetos de irrigação; o de pesquisa na zona tropical semi-árida e de desenvolvimento de sua agropecuária; o de controle de enchentes e recuperação de vales; o projeto Sertanejo; e, por fim, mas não menos importante, os programas de promoção social e de apoio às regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza. E, em especial, se não levar em conta os programas, a cargo do Ministério da Saúde, de combate à esquistossomose e outras endemias.

Não é possível avaliar corretamente o desenvolvimento do Nordeste, sem mencionar, ainda que de passagem, os grandes empreendimentos, que pontilharão a região, como estrelas luminosas do seu presente ou do seu futuro: Petroquímica, na Bahia; Cloroquímica, em Alagoas; Alcalis do Rio Grande do Norte; Suape, em Pernambuco; Aratú, na Bahia; Itaqui, no Maranhão; como exemplos de complexos industriais-portuários, voltados para a exportação. O aproveitamento dos recursos minerais de Sergipe; os complexos eletro-metal-mecânico, em vários Estados; os projetos de desenvolvimento agropecuário do Piauí; os pólos e centros industriais, baseados no aproveitamento de matérias-primas regionais e da abundante mão-de-obra qualificável, como é o caso das indústrias têxtil, de confecções e de couros. Os distritos manufatureiros de Campina Grande e João Pessoa; a expansão dos parques cimenteiros, do norte de Minas ao Ceará. E, por fim, o terceiro pólo industrial do Nordeste, que o Presidente Geisel acaba de aprovar para o Ceará.

A ação do Governo federal, no Nordeste, está presente em todos os Estados e em todos os setores. No seu propósito de reduzir as disparidades entre as regiões mais pobres e as mais desenvolvidas, investiram-se vários bilhões no fomento à educação, à ciência, à tecnologia, à cultura, e na melhoria dos equipamentos urbanos, dos transportes, das comunicações, da energia — para citar apenas alguns setores. Para que isso tudo se conseguisse, não faltaram ao poder central o apoio e a participação — quando não a iniciativa e a persistente promoção dos governos estaduais e municipais. Assim como esteve sempre presente o empresariado brasileiro, daqui e de outras regiões.

Entretanto, para sermos realistas, temos de reconhecer que todo o esforço despendido desde 1960; todos os bilhões investidos na região; todos os incentivos dados e aproveitados; tudo isso permitiu apenas que o Nordeste não se atrasasse mais, sobre os índices nacionais de desenvolvimento. A dura realidade é que o Nordeste tem sido como um atleta que precisa correr muito, não para alcançar os demais, mas só para ficar mais para trás.

A tarefa que nos espera, depois de 15 de março — a mim e aos novos governadores — é fazer o Nordeste ganhar terreno, sem frear o desenvolvimento do resto do Brasil.

Sabemos que a ele não chegaremos, órfãos. Temos diante de nós o exemplo que nos deixam o Presidente Geisel e os dez Governadores que cumpriram seus mandatos.

E temos, também, vários instrumentos de trabalho.

De um lado, a própria SUDENE, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, têm respeitável folha de serviços ao progresso desta área. Com os Bancos estaduais e os Bancos privados da região, eles constituem mecanismos ágeis de transferência de recursos para o Nordeste.

Medidas simples — muitas das quais sob exame do Presidente Geisel — podem reduzir o preço desses recursos. Entre elas: regular a alocação de recursos ao FINOR, com base na arrecadação independentemente do valor das opções; permitir que as sociedades de economia mista utilizem toda margem de incentivos fiscais — sem a limitação atual; autorizar o depósito no Banco do Nordeste, o nosso BNB, dos recursos dos órgãos federais destinados a aplicação na região; reforçar as parcelas de fundos a baixo custo repassados ao BNB.

Concomitantemente, será necessário cuidar de reequipar a SUDENE, valorizando os recursos humanos que são seu principal

capital, para agilizar o processo de análise de projetos. Será preciso, também, que a agência possa adequar os projetos aos fundos disponíveis e previamente conhecidos em bases plurianuais. Retomando sua função eminentemente planejadora e coordenadora — sem prejuízo da competência dos outros Ministérios e da autonomia dos Estados e Municípios ela poderá melhor administrar as prioridades. Agir como estimuladora será melhor — e mais proveitoso — do que administrar a liberação de dinheiros escassos.

Penso, porém, que mais importante — do ponto de vista do meu Governo — será a tomada de posição frontal relativamente à grande pobreza que persiste e subsiste no Nordeste. Temos de reconhecer que a meta dos programas governamentais terá de ser a redução drástica, como segundo passo para a eliminação do regime crônico de desemprego ou subemprego rural ou urbano.

Temos de melhorar as oportunidades de acesso à educação, que, no Nordeste, mostra grande defasagem, em relação ao resto do País, nos seus três aspectos: no número dos que vão à escola de primeiro grau, na proporção destes que ingressam no segundo e na parcela que vai à universidade.

Nesse e nos demais campos, a ação federal no Nordeste tem por objetivo atingir aceleração necessária para que a região possa, em prazo certo e razoável, atingir os mesmos níveis de desenvolvimento do Brasil como um todo. Tanto em termos de produto interno, como de bem-estar social de qualidade de vida, como da posse dos bens que a tornam mais amena.

E também, em termos de repartição dos frutos do trabalho entre todos e não apenas entre uns poucos. Lembrando, sempre, que os beneficiários do desenvolvimento do Nordeste não são os nordestinos: mas todos os brasileiros.

Pois não haverá Brasil próspero com Nordeste miserável.

Cresceremos, ou pereceremos, todos juntos.

E haveremos de crescer, na medida em que pudermos enfrentar as questões com a coragem de pensar, a franqueza de dizer, e a lealdade de não esconder.

Cada brasileiro terá a sua própria fórmula mágica para “salvar o Nordeste”. Não tenho nenhuma. Tenho apenas um elenco de políticas e estratégias, que espero ampliar e consolidar, com a ajuda da inteligência nordestina, no meu plano de governo, penso, como linhas básicas, ao longo das seguintes idéias:

Desenvolvimento rural integrado, abrangendo o aumento das áreas plantadas, e a introdução de tecnologia para melhorar o rendimento das culturas e a resistência às secas. Esse programa não pode dissociar-se da melhoria das condições de vida no campo, expressa através de programas de saúde, de combate às grandes endemias, de eletrificação, de educação, de assistência social, de sindicalização e de respeito aos direitos dos trabalhadores.

Industrialização, que contemple, em primeiro lugar, a agroindústria, em segundo lugar, a transformação de matérias-primas próprias na região e a utilização da mão-de-obra abundante e qualificada. Como a agroindústria, a industrialização de bens de consumo popular intensivo tem grande capacidade de interiorização. Dessa forma, será possível criar, também, atrativos para não agravar a pressão urbana nas capitais e regiões metropolitanas.

Procuraremos consolidar e ampliar a estatura de energia, transportes e comunicações — que tanto se expandiu sob os governos revolucionários — como pressuposto do progresso das atividades produtivas e, em certos casos, como indutora dele. Nesse particular, assinalando a integração de complexos industriais-portuários, do Maranhão à Bahia, passando pelo Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Pernambuco.

Tudo isso, entretanto, implica em atenção para o desenvolvimento social. A começar pela educação, pela saúde pública, pelo combate às endemias, pelo saneamento básico, pela habitação digna, a preço acessível à maioria da população.

A política salarial há de ser entendida como meio, ao mesmo tempo, de diminuição das diferenças interregionais e de elevação do padrão de vida da população.

De outra parte, o Nordeste tem evidente vocação para as indústrias de serviço e, muito em particular, para o desenvolvimento do turismo. As belezas naturais da região, sua gente, e os equipamentos de que já dispõe, devem ter sua utilização acentuada, especialmente quanto ao turismo doméstico.

Sei bem que tudo isso custa dinheiro. E muito.

Não pretendo fazer milagres

Pretendo, sim, melhorar a eficiência da máquina administrativa, para que os recursos disponíveis não se desperdicem. Pretendo evitar as superposições perdulárias de competências concorrentes. Pretendo desburocratizar. Pretendo agilizar.

Só não posso ficar indiferente diante da necessidade que temos de criar, nos próximos dez anos, pelo menos 5 milhões de empregos no Nordeste.

Nem quedar-me sem ação, diante de uma estrutura fundiária anacrônica, respeitado o direito de quem possui a terra e a utiliza para a exploração econômica, e atendidas as necessidades dos produtos de plantio extensivo, que interessam ao Brasil, não é mais possível conviver com o minifúndio ocioso ou subutilizado.

Vamos querer, também, repensar o papel de certas culturas, como é o caso da cana-de-açúcar. Produto nobre da terra, a cana precisa ter uma política global, e não apenas de seus produtos. Diante da situação conhecida dos combustíveis, o Brasil pode ter aqui no Nordeste um dos pilares da indústria sucroquímica do álcool como combustível, à substituição dos derivados de petróleo para a indústria química de vulto.

Sei que a ação governamental na região tem de ser estimuladora da iniciativa privada. Ousada para pensar e exata no definir. Só assim será possível, de mão dadas, Governo, povo, empresários e trabalhadores, caminhar para o único futuro digno dos brasileiros destas bandas: para que não haja tantos com muito em poucos lugares. E tantos com tão pouco, em tantas partes do Brasil.

O que formos capazes de fazer, no Nordeste, será a medida com que os brasileiros serão medidos, no campo da justiça social.

E, portanto, da paz de que todos precisamos, para viver neste mundo que Deus nos deu.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carneira) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1978 (nº 1.704-B/76, na Casa de origem), que dispõe sobre o depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retidos, em todo o território nacional, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 493 e 494, de 1978, das Comissões:

- de Transportes, Comunicações e Obras Públicas; e
- de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 1978 (nº 1.704-B/76, na Casa de origem)

Dispõe sobre o depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retidos, em todo o território nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os veículos removidos, retidos ou apreendidos, com base nas alíneas e, f e g, do art. 95, da Lei nº 5.108, de 21 de setem-

bro de 1976, serão depositados em locais designados pelo Departamento de Trânsito dos Estados ou repartições congêneres dos Municípios.

Art. 2º A restituição dos veículos depositados far-se-á mediante o pagamento:

I — das multas e taxas devidas;

II — das despesas com a remoção, apreensão ou retenção, e das referentes a notificações e editais, mencionadas nos artigos subsequentes.

Art. 3º Os órgãos referidos no art. 1º, no prazo de dez dias, notificarão por via postal a pessoa que figurar na licença como proprietária do veículo, para que, dentro de vinte dias, a contar da notificação, efetue o pagamento do débito e promova a retirada do veículo.

Art. 4º Não atendida a notificação por via postal, serão os interessados notificados por edital, afixado nas dependências do órgão apreensor e publicado uma vez na imprensa oficial, se houver, e duas vezes em jornal de maior circulação do local, para o fim previsto no artigo anterior e com o prazo de trinta dias, a contar da primeira publicação.

§ 1º Do edital constarão:

a) o nome ou designação da pessoa que figurar na licença como proprietária do veículo;

b) os números da placa e do chassi, bem como a indicação da marca e ano de fabricação do veículo.

§ 2º Nos casos de penhor, alienação fiduciária em garantia e venda com reserva de domínio, quando os instrumentos dos respectivos atos jurídicos estiverem arquivados no órgão fiscalizador competente, do edital constarão os nomes do proprietário e do possuidor do veículo.

Art. 5º Não atendendo os interessados ao disposto no artigo anterior, e decorridos noventa dias da remoção, apreensão ou detenção, o veículo será vendido em leilão público, mediante avaliação.

§ 1º Se não houver lance igual ou superior ao valor estimado, proceder-se-á à venda pelo maior lance.

§ 2º Do produto apurado na venda serão deduzidas as despesas previstas no art. 2º desta lei e as demais decorrentes do leilão, recolhendo-se o saldo ao Banco do Brasil S.A., à disposição da pessoa que figurar na licença como proprietária do veículo, ou de seu representante legal.

Art. 6º O disposto nesta lei não se aplica aos veículos recolhidos a depósito por ordem judicial ou aos que estejam à disposição de autoridade policial.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1978 (nº 4.881-B/78, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a diretriz da ferrovia EF-463 integrante do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 381 e 382 de 1978, das Comissões:

— de Transportes, Comunicações e Obras Públicas; e
— de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 1978

(Nº 4.881-B/78, na Casa de origem)

De iniciativa do Senhor Presidente da República

Altera a diretriz da ferrovia EF-463 integrante do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, é alterada na forma seguinte:

Ligações

EF-463 — Ipatinga—Capitão Martins—Ponte Nova—Ubá—Ligação—Recreio—Porto Novo—Três Rios—MG—RJ.

Extensão: 417 km.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Item 6:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1972, do Senhor Senador José Lindoso, que dispõe sobre a propaganda comercial de produtos de consumo público, estabelece obrigatoriedade de descrição de qualidades nas respectivas embalagens e determina outras providências, tendo

PARECER, sob nº 561, de 1978, da Comissão:

— de Redação, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão o projeto em 2º turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, o projeto é dado como definitivamente aprovado, nos termos do art. 315 do Regimento Interno.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto aprovado:

Redação do vencido, para o 2º turno regimental, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1972, que dispõe sobre a propaganda comercial de produtos de consumo público, estabelece obrigatoriedade de descrição de qualidades nas respectivas embalagens, e determina outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A propaganda comercial de qualquer produto de uso ou consumo no País, destinado à alimentação, saúde, higiene, habitação, utilidade doméstica e transporte, rege-se-á pelo disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Entendem-se por propaganda comercial, para os efeitos desta Lei, a comunicação planejada visando a atingir o público consumidor pela persuasão, mediante mensagens apresentadas na imprensa, no rádio, na televisão ou em qualquer outro meio de comunicação.

Art. 2º É vedada a divulgação de anúncio relativo às qualidades e vantagens de produto de uso ou consumo público sem a referência do certificado de inspeção de qualidade respectivo, ou, na falta deste, do atestado provisório, expedido pela repartição competente ou, ainda, do auto-certificado, firmado pelo Técnico responsável pelo controle de qualidade da produção.

§ 1º O auto-certificado a que se refere este artigo será permitido, apenas, quando, por qualquer motivo, a certificação de qualidade para liberação de propaganda, mesmo em caráter provisório, não tiver sido considerada pela autoridade competente, após 60 (sessenta) dias da data de entrega do pedido de certificação.

§ 2º O Técnico que firmar o auto-certificado para efeito de propaganda, assumirá a sua responsabilidade, enviando à autoridade a quem está afeto o estudo do pedido de certificação, além do

laudo técnico, documentos que comprovem a sua identificação profissional e a demora na apreciação do pedido.

§ 3º Satisfeitas as exigências referidas no parágrafo anterior, a publicidade poderá ser efetuada.

Art. 3º A propaganda conterá informações que tenham por base os elementos constantes do certificado de inspeção de qualidade ou do atestado provisório, conforme o caso, não se admitindo qualquer referência ou expressão que possa, direta ou indiretamente, iludir o consumidor.

§ 1º A propaganda que afirme condições de qualidade superior à de outro produto concorrente deverá ter a sua veracidade comprovada no respectivo certificado ou atestado provisório.

§ 2º A propaganda alusiva a veículo ou à utilidade doméstica, produzido no País ou importado, que ofereça assistência técnica ou prazo de garantia de fábrica ou de revendedor autorizado, deverá mencionar o local ou os locais onde é dada a assistência ou garantia.

§ 3º A vantagem de preços nas chamadas liquidações será anunciada com a revelação do estoque existente e a quantificação percentual do respectivo desconto.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, o responsável deverá encaminhar à autoridade local controladora de preços, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, a relação dos estoques em liquidação, bem assim, a quantificação comprovada do respectivo desconto oferecido ao público.

§ 5º Nas vendas a prazo, a propaganda deverá, obrigatoriamente, mencionar, além do preço à vista do produto, o seu preço a prazo, especificando o número de prestações e o percentual de juros e acréscimos, a qualquer título, que incidam sobre o objeto da venda.

Art. 4º De acordo com esta Lei, a propaganda comercial só poderá efetivar-se mediante a expedição, pelo órgão competente, a ser determinado em Regulamento, de atestado liberatório da propaganda, a ser instituído com os seguintes documentos:

I — comprovante da existência da empresa responsável pelo produto anunciado;

II — identidade profissional do técnico ou dos técnicos, responsáveis pelo controle de qualidade;

III — plano de publicidade, contendo redação do texto, desenho, dístico e outros elementos essenciais de acordo com o art. 3º;

IV — certificação, mesmo em caráter provisório, ou auto-certificação de qualidade, passada por repartição pública ou organização privada, oficialmente credenciada, ou por técnico responsável pelo produto, quando for o caso;

V — demonstração das vantagens de preços e do estoque, nas liquidações;

VI — outros elementos que venham a ser exigidos por autoridade competente.

Art. 5º Os produtos destinados à alimentação, à saúde, à higiene, que contenham aditivo químico, só serão colocados no varejo se acondicionados em embalagem que especifique a composição e descreva as propriedades favoráveis e as contra-indicações.

Parágrafo único. Preparados químicos de uso doméstico e outros, em cuja composição haja substância que ponha em risco a vida ou a saúde, terão embalagem especial, alertando para o perigo e indicando o meio de evitá-lo.

Art. 6º A propaganda de produtos químicos, farmacêuticos, de venda condicionada a prescrição médica, será feita direta e exclusivamente ao médico ou ao estabelecimento hospitalar ou congênere, por agente do fabricante ou revendedor, ou através de revistas ou publicações especializadas, técnico-científicas e de órgãos de classes, com circulação restrita.

Art. 7º Ao infrator, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, aplicar-se-ão, no que couber, as penalidades previstas no art. 9º e seu parágrafo único, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973.

Art. 8º Excluem-se das exigências desta Lei os anúncios isolados de oferta e procura de serviços, de compra e venda

ocasionais e todos os não considerados de promoção publicitária a julgo de veículo divulgador.

Art. 9º O Poder Executivo baixará, no prazo de 90 (noventa) dias, a regulamentação necessária à execução da presente Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Item 7:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1977, do Senhor Senador Benjamim Farah, que dispõe sobre a propaganda comercial nos uniformes esportivos do atleta profissional de futebol, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 898 a 900, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Itálio Coelho, Otto Lehmann e Osires Teixeira;

— de Economia, favorável; e

— de Educação e Cultura, favorável, com voto vencido do Senhor Senador Ruy Santos.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

O Sr. Hugo Ramos (MDB — RJ) — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Ramos.

O SR. HUGO RAMOS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O projeto será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 1977

Dispõe sobre a propaganda comercial nos uniformes esportivos do atleta profissional de futebol, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É permitida a propaganda comercial nos uniformes esportivos do atleta profissional de futebol.

Parágrafo único. Excetua-se da permissão a que se refere este artigo a propaganda relativa a marcas de fumos ou de bebidas alcoólicas.

Art. 2º De toda renda proveniente de contrato publicitário firmado por entidade desportiva de futebol, para propaganda em uniformes dos seus atletas profissionais, 10% (dez por cento) passarão a constituir receita do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional, criado pela Lei nº 6.269, de 24 de novembro de 1975.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias contados de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Item 8:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1977, do Senhor Senador Accioly Filho, que institui a correção monetária nas dívidas exigíveis, pecuniárias ou de valor, tendo

PARECERES, sob nºs 92 e 93 de 1978, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, e no mérito, favorável; e
- de Economia, favorável.

Em discussão o projeto em 1º turno. (Pausa.)

O Sr. Hugo Ramos (MDB — RJ) — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Ramos.

O SR. HUGO RAMOS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria deverá figurar oportunamente em Ordem do Dia, para o 2º turno regimental.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 1977

Institui a correção monetária nas dívidas exigíveis, pecuniárias ou de valor.

Art. 1º Ressalvado o disposto na legislação vigente aplica-se a correção monetária a todas as dívidas exigíveis, pecuniárias ou de valor, começando a sua incidência:

I — no dia em que ocorrer o dano a pessoa ou coisa;

II — no dia em que se tornar exigível a dívida constante de título executivo extrajudicial (CPC, art. 585) ou a dívida de valor decorrente do ato lícito;

III — no dia indicado no contrato;

IV — seis meses após a citação para o processo de conhecimento, ou no dia da intimação da sentença de primeiro grau, ao devedor, nos demais casos.

§ 1º No caso de perícia judicial que indique o valor da dívida ao tempo da elaboração do laudo, nessa data começará a correção monetária.

§ 2º No curso de processo, é lícito ao réu ou executado depositar a importância pedida, a qual será levada a conta bancará com correção monetária, à disposição do Juízo.

Art. 2º A correção monetária a que se refere esta lei far-se-á com base na variação nominal da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), ressalvados os casos previstos na Legislação vigente.

Art. 3º A sentença que declarar a existência de qualquer das obrigações a que se refere o art. 1º incluirá a correção monetária, ainda que não pedida expressamente.

§ 1º Em qualquer caso é devida a correção monetária até à data do efetivo pagamento, devendo proceder-se à atualização do cálculo, ainda que por mais de uma vez.

§ 2º Aplica-se o parágrafo anterior, ainda que a sentença tenha fixado o valor em dinheiro da obrigação.

§ 3º Cessa a incidência da correção monetária no momento em que o credor ilegitimamente recusar o recebimento da quantia devida.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor seis meses após a sua publicação e terá aplicação imediata aos créditos exigíveis a essa data.

Parágrafo único. As dívidas vencidas, constantes de título executivo extrajudicial (art. 1º, nº I), bem como as já ajuizadas (art. 1º, nº IV), serão corrigidas a partir da vigência desta lei (Const., art. 153, § 3º)

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Item 9:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1977, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a declaração de renda dos maiores de 70 anos, inativos civis ou militares, tendo

PARECER, sob nº 217, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Senhor Senador Nelson Carneiro,

Em discussão o projeto, quanto à constitucionalidade. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O projeto vai ao Arquivo.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 1977

Dispõe sobre a declaração de renda dos maiores de 70 anos, inativos civis ou militares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Para o cálculo do imposto de renda devido pelos funcionários públicos civis e os militares, que hajam passado a inativos por limite de idade no exercício seguinte ao da aposentadoria ou reforma, será considerado, exclusivamente, um total de rendimentos no ano base não superior a doze (12) vezes o provento mensal que lhes houver sido fixado.

Art. 2º O estipulado no artigo anterior não se aplica aos rendimentos dos inativos em questão no ano base, originários do que recebem, a qualquer título, de fontes estranhas ao serviço público.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Item 10:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1978, do Senhor Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a maioria de trabalho dos Técnicos de nível médio, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 222, de 1978, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

Em discussão o projeto, quanto à constitucionalidade e juridicidade. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O projeto vai ao Arquivo.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 1978

Dispõe sobre a maioria de trabalho dos Técnicos de nível médio, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os menores de 18 (dezoito) anos, diplomados em cursos técnicos de nível médio, oficiais ou reconhecidos, são considerados maiores, para efeito de aplicação trabalhista.

Art. 2º Os trabalhadores a que se refere o artigo anterior não ficarão sujeitos à proibição contida na letra a do artigo 405 da Con-

solidação das Leis do Trabalho, podendo exercer a sua profissão em locais e serviços perigosos ou insalubres.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, redação final do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 1978, aprovado na Ordem do Dia da presente sessão e que, nos termos do parágrafo único de art. 355 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lida pelo Sr. 1º-Secretário. (Pausa.)

É lida a seguinte.

PARECER Nº 576, DE 1978
Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 1978.

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 1978, que prorroga o prazo de validade da carteira de identidade para estrangeiros.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 1978. — **Adalberto Sena, Presidente** — **Saldanha Derzi, Relator** — **Dirceu Cardoso.**

ANEXO AO PARECER Nº 576, DE 1978

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 1978, que prorroga o prazo de validade da carteira de identidade para estrangeiros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O prazo de validade das carteiras de identidade para estrangeiros, "Modelo 19", de que trata o art. 2º do Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969, alterado pelo que dispuseram as Leis nºs 5.587, 5.815, 6.110, 6.370 e 6.447, de 2 de julho de 1970, 31 de outubro de 1972, 1º de outubro de 1974, 27 de outubro de 1976 e 6 de outubro de 1977, respectivamente, fica prorrogado até 1º de outubro de 1979.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — A redação final lida vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 277, DE 1978

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 1978.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 1978. — **Henrique de La Rocque.**

O SR. PRESIDENTE (Evandro Carreira) — De acordo com a deliberação do Plenário, passa-se à imediata apreciação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 1978, anteriormente lida.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Ainda há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Evandro Carreira.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Deve ter acontecido em determinado momento da História, talvez nos perdidos momentos do neolítico, um instante crucial para aquele ser que, depois de ter flutuado nos primeiros oceanos e nos primeiros pântanos, aquele ser que fora unicelular, aquele ser que, ao sabor dos maiores infortúnios foi se afirmando na luta incessante pela sobrevivência, obediente à lei inarredável da sobrevivência do indivíduo, aquele ser que evoluiu, que passara por múltiplas fases, que vivera em múltiplos casulos, que se condicionara a múltiplas culturas, sempre obediente a esta lei imperativa, inquestionável, indiscutível, que é a lei da sobrevivência do indivíduo.

Mercê desta imposição esfíngica, enigmática, depois de ter sido verme, depois de ter sido peixe, depois de ter sido réptil, depois de ter sido mamífero, ele chega ao ápice da escala fitozoológica e se torna *homo sapiens*.

Essa criatura que, ao sabor de milhões e milhões de anos, talvez bilhões, ou seja, um ou dois bilhões de anos, quando começara como simples coacervato, como simples substância gelatinosa e proteica, esse ser, já de inteligência bruxuleante, essa inteligência que pode ter sido resultado de uma interação psico-energética oriunda de um minúsculo elemento, de um bastonete, de um corpúsculo uni e centro-celular, responsável inicialmente, pelas primeiras sensibilidade citológicas, pela primeira emissão de pseudópodos, pela primeira vibração de flagelos.

Esta energia que nascera ou que fora incutida nesta célula inicial, vinda talvez do macrocosmo que evoluía e no homem se conscientizara, no homem se personalizara, a ponto de já lhe dar uma noção de consciência, uma noção de arbítrio, uma noção de escotismo; a ponto de inspirar Descartes quando dissera: *Ego cogito, ergo sum* — eu penso, eu cogito, logo existo. E este ser, naquela fase tumultuada, possivelmente do neolítico, sob o impacto assestante da lei de sobrevivência do indivíduo, na ansia e na angústia de permanecer vivo, de existir, na luta contra a morte, este ser, dotado desta psiquê, começara a fabricar instrumentos.

O seu movimento em pinça, do polegar e do indicador, na afirmação de Anaxágoras, fora o repositório do grande edifício da Civilização e, graças a esse movimento, ele passa de proto-homem, de australopithec, de homem de Cro-Magnon, de homem de Neandertal a *homo faber*; ele passa a fabricar instrumentos na ansia incontida de permanecer vivo, de sobrevivência. E neste anseio de instrumentalização resistindo aquele tropismo inicial, que herdara dos seus ancestrais de se ajustar ao meio, quando o meio lhe era diverso; se o teleosteos o perseguia nos grandes oceanos, ele, humilde peixe, primeiro crossopterígeo, fugia para os pântanos na ansia de sobrevivência e lá procurava uma respiração pulmonar, fugindo daquela respiração bronquial.

Este ser dotado, agora, de uma inteligência incipiente, mas desejoso de sobreviver, ainda sob o império da lei da sobrevivência do indivíduo, se tornara *homo faber* e o esforço da instrumentalização já dava os primeiros passos, para o outro patamar que seria de *homo loquens*.

No instante em que sentira e se conscientizara de que poderia repudiá-la a sua ancestralidade, em que poderia repudiá-la aquele tropismo inicial de ajuste e de concordância com o meio, que o seu movimento em pinças, exaltado por Anaxágoras, era capaz de modificar a estrutura do Planeta, era capaz de instrumentalizar e ajustar o Planeta a ele; neste instante em que o homem, soberbo e incauto tomara decisão de modificar o meio e não se ajustar ao meio, reompeu o ilapso, o liame, a ligação sublime que o mantinha ungido à consciência cósmica.

No dia em que o homem, por vaidade ou orgulho e soberbia, achou que era capaz de ser senhor da terra, podendo criar uma para-terrália, criar instrumentos, mecanizá-los, aperfeiçoá-los e sofisticá-los a ponto de construir megalópoles, de mudar oceanos, de transformar istmos e de arrastar continentes, rompeu aquela ligação sublime e divina, a ligação mística. Esta ligação é a que lhe falta hoje,

quando se detém para pensar, quando se detém para uma crítica de comportamento e para um estudo ontológico e teleológico, *chega* a conclusão de que enveredara, precipitadamente, temerariamente, por um caminho errado. E, este sentir acontece e se patenteia com maior clarividência, quando o *homem que pensa*, que estuda, que analisa e que prognostica e vaticina, vê, diante de si, uma árvore derrubada.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o assassinio que o homem comete hoje, a sua dendrofobia, o desmatamento, é a afirmação eloquente de que ele se perdera no emaranhado da parafernália do progresso, ele se perdera na preocupação cega incontida de permanecer vivo.

Esta ânsia de eternização no Planeta Terra dissolvera e anuviara os horizontes metabiológicos, perdera a visão da espiritualidade, perdera o homem por ter rompido ilapso com a consciência cósmica, ele perdera a consciência de que a permanência do homem no Planeta Terra não é nada mais, nada menos do que um estágio evolutivo para o encontro com o Absoluto.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Com muita honra, nobre Senador Agenor Maria.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Evandro Carreira, esse encontro com o Absoluto é espiritual ou material?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador Agenor Maria, é um eufemismo que os espiritualistas usam para não cair no lugar comum da expressão Deus ou Jeová. O encontro com esta energia extraordinária e sublime. Claro que não pode acontecer no cenário, nem no plenário do Senado da República Federativa Brasileira. Pois a preocupação materialista de projetar para entrar em consonância com a sociedade de consumo e monetarista, alheia o homem da espiritualidade; a preocupação de apertar a gravata e morar na melhor mansão, não pode, de modo algum, dar esperanças de um contato nosso com esta força absoluta.

Ela é incomensurável, nobre Senador Agenor Maria, ela construiu os ninhos de estrelas que pulverizam o sidéreo. Esta força cósmica faz com que ninhos elevados à enésima potência de planetas firem em torno de estrelas, condicionando, talvez, *humanidades superiores* a nossa. Esta consciência cósmica, este Deus, esta força absoluta não pode, de modo algum, estabelecer contato conosco, que ainda estamos engatinhando, porquanto ainda derrubamos a árvore, ainda assassinamos o pássaro, ainda matamos a natureza, esta natureza que ela arrumou, esta natureza que ela criou ao sabor de suas leis eternas, leis que caminham obedientes a milhares, milhões, bilhões de anos. Esta força se manifesta através de inúmeros atributos, e só as inteligências capazes, nobre Senador, podem perceber a sua existência. Ela é sutil, as suas insinuações são sutis, mas são patentes, são eloquentes; basta ter olhos para ver.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Concede-me um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Ouço V. Ex^a com muita honra.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Evandro Carreira, diante dessa divagação filosófica, seria importante se chegássemos a uma conclusão da figura aética do bionico deste século; se ele nos aproxima dessa dimensão espiritual ou se estamos nos afastando. Gostaria que V. Ex^a fizesse a análise dessa realidade do momento. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Pois não, nobre Senador.

Nobre Senador Agenor Maria, o homem talvez venha se mantendo nessa preocupação consumista, nessa preocupação monetarista, nessa preocupação antropofágica, porque hoje o homem é como dizia Robbes, "o lobo do próprio homem". É justamente por não filosofar, justamente por falta de uma visão panorâmica do universo, justamente por falta dessa noção de

consciência cósmica que o homem, hoje, devora o próprio homem. É justamente por essa preocupação bionica a que se referira V. Ex^a que o bionico existe: ele é um produto desse materialismo inconsequente e imediatista.

Se nós, nesta Casa, nos preocupássemos mais em ir aos porquês, ao fundo dos problemas; se os analisássemos mercê de uma crítica séria, de uma axiologia que nos levasse à *ontologia dos conhecimentos* e ao fim do próprio homem, que seria uma preocupação teleológica; se o fizéssemos; se procurássemos abrir um compêndio de filosofia, estabelecer a *diferença entre uma lógica formal* e uma material; se estudássemos um pouco mais, poderíamos entender a raiz e a profundidade das coisas. E a solução não está na superficialidade; a solução está justamente no âmago, na penetração, como lhes disse, ontológica da problemática humana.

É justamente esta preocupação que me leva a este momento do neolítico, para lembrar que hoje é o dia da árvore; hoje é o dia em que nós homenageamos esta irmã sublime, pois o homem também já foi vegetal.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Ouço com muita honra o nobre Senador Dirceu Cardoso.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Nobre Senador Evandro Carreira, o Senado já se acha acostumado a esse caudal violento, magnífico e impressionista das páginas de Gênesis que V. Ex^a traz nas suas manifestações. Nós que já tivemos a ventura de ler *A Origem das Espécies*, consideramos que essa introdução do seu discurso, na tarde de hoje, é como o prólogo que nem Charles Darwin escreveria melhor do que a cadência e a expressão de suas palavras. V. Ex^a foi buscar no parâmetro e nos conduziu à ironia longínqua das estrelas. V. Ex^a nos mostrou, nestes rápidos instantes, aquela afirmativa do filósofo grego que, de fato, o homem é um meio caminho entre o átomo e a estrela. E é, portanto, com satisfação que vejo o Senado se abeberar da sua eloquência magnífica, científica — que, por eufemismo, posso chamar, na sua *linguagem condoreira* — que traça, retraça e pinta para o Senado, como uma página de eloquência parlamentar, esse princípio em que nos vemos do *pithecanthropus erectus* até o brilho teológico e fulgido das estrelas.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador Dirceu Cardoso, V. Ex^a não me surpreende. A sua cultura polimática e o seu arroubo oratório dão colorido ao meu discurso, a ponto de valorizá-lo.

Não é a primeira vez que V. Ex^a traz nuances para o quadro que tento, por vezes, pintar da tribuna do Senado. V. Ex^a emoldurou o meu discurso. V. Ex^a deu contornos e matizes que valorizaram o meu discurso. Eu lhe agradeço, nobre Senador, e me leva a Spencer, a Darwin, a Huxley. E ousar afirmar que, na teoria da evolução, não há *nenhuma contradição* à afirmação da existência dessa energia sublime, indefinível, imensurável e imponderável que se perde no micro e no macro mundo, esta energia que é Deus, que é Jeová, que é Alá, que é a consciência cósmica. Ela estruturou o ser vivo desde o primeiro liquem, desde a primeira ameiba desde mais humilde bactéria, que se afirma por realizar a função precípua do vegetal que é a fotossíntese, desde a humilde bactéria até o homem. Qualquer estudo, qualquer levantamento da embriogênese, da ontogênese, concluiremos essa assertiva: o homem é o resultado de todo esse labor fitosológico.

Que aconteceu no Planeta Terra? Um humilde farelo que gravita em torno de uma humilde estrela de quinta grandeza, quando quintilhões de outras maiores do que ela assoberbam, com sua luz, e com seu calor, octilhões de planetas. Porém o homem na sua estultice, porém o homem na sua vaidade efêmera, pois ainda não conseguiu sequer ultrapassar a faixa dos duzentos anos de vida, continua a pensar que ele foi e é a primeira e a última coisa do Universo. Acha que toda esta multiplicidade de astros que habitam a Via Láctea, humilde nebulosa...

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Evandro Carreira, permite V. Exª um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Com muita honra, nobre Senador Agenor Maria.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Tenho a impressão de que V. Exª está em busca de uma certeza espiritual. Acho que V. Exª é um homem intelectualmente preparado, mas espiritualmente V. Exª não se encontrou ainda com seu ego. Confesso a V. Exª, sou um homem que me encontrei, sou um homem realizado neste campo, absolutamente tranquilo. Mas V. Exª, parece-me, não encontrou ainda este denotador comum. Na minha concepção, o homem é o começo de tudo, e a vida é transcendental, através do espírito. Partindo desta realidade, eu não busco mais nada, o que eu busco é tão-somente aprimorar, cada vez mais, a minha fé. De modo que o meu aparte tem como significado saber de V. Exª se está dentro desta realidade ou se busca esta fé. Muito obrigado.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador Agenor Maria, é difícil uma profissão de fé na ocasião de um discurso, é difícil eu dizer se já me encontrei espiritualmente. Acho que sim. O meu problema não é de fé, o meu problema é de ciência. Eu acho que não é a fé que nos revela Deus, é a própria ciência. Por isso é que estou a dizer, nobre Senador, a revelação para mim da força cósmica foi uma revelação científica, quando eu comecei a ver os múltiplos mundos que são as nebulosas, e a Via Láctea é uma nebulosa com alguns milhões de estrelas, e insignificante diante de outras que estão distantes de nós a bilhões e bilhões de anos-luz. Entendamos que um ano-luz significa a velocidade da luz a 300 mil quilômetros por segundo. Um raio de luz partiu de uma nebulosa, nos confins do Universo, está carinhando a bilhões e bilhões de anos e ainda não chegou ao Planeta Terra. Concluímos que essa imensidade cósmica não pode ter sido criada apenas para glória do homem, apenas para inspirar poetas como Olavo Bilac:

"ora direis ouvir estrelas,
certo perdeste o senso.
E eu vos direi, no entanto,
que muitas vezes esperto
e abro a janela pálido de espanto."

Sr. Presidente e Srs. Senadores, essa imensidão cósmica não foi criada apenas para que o homem se deslumbrasse com as noites enlameadas, com as noites estreladas, ou apenas servisse para que, na velha Caldéia, na antiga Mesopotâmia, entre o Tigre e o Eufrates, se criasse a teoria dos signos do zodíaco.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — V. Exª me concede um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Com prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — Nobre Senador Evandro Carreira, esta Casa tão pródiga em homenagens a vultos humanos, presta hoje, através da fulgurante palavra de V. Exª, uma homenagem também a um vulto físico, uma homenagem à árvore, este vulto cada vez mais indefeso, cada vez mais sujeito à depredação e à fome incessante de quem não vê na árvore o próprio alimento.

Nesta oportunidade, Senador Evandro Carreira, estou a lembrar-me de uma lenda mitológica, aquela lenda de que foi protagonista, o Erísictom, ele o proprietário que tinha a mania das terras desnudas. Num dos seus cercados havia um frondosíssimo carvalho, um enorme carvalho, árvore que, como sabe V. Exª, recebia proteção especial das hemádrades. E nesse carvalho habitava uma dessas ninfas, uma hemádrade. Erísictom não deu ouvidos aos lamentos da ninfa, da protetora do carvalho, e pô-lo abaixo. Ceres, a deusa dos vegetais e suprema protetora deles, então castigou-o, dando-lhe uma fome incessante. E Erísictom passou a comer quantos alimentos encontrava e nada lhe saciava a fome, até que, não tendo mais o que comer, começou a devorar a si próprio os dedos, os braços, as pernas e acabou se devorando todo. Justamente como na imagem que V. Exª

reproduziu em trecho do seu discurso, quando V. Exª temeu que o homem acabasse devorando ele mesmo. Meu nobre colega, na verdade, é muito justo o temor de que nós, homens de hoje, nos tornemos em Erísictons modernos. Muito obrigado a V. Exª

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador Luiz Cavalcante, sinceramente agradeço a alegoria que V. Exª aduz ao meu discurso, extraordinariamente oportuna e bela, vestiu muito bem o meu discurso.

Talvez esta lenda druída servisse de catecismo moderno para mostrarmos ao homem atual o perigo iminente com que ele se defronta, o perigo da autofagia, não é mais da antropofagia, mas da autolagia, ele mesmo se devorar, depois que derrubar a última árvore.

A simbiose homem-árvore é uma verdade cósmica, e não nos adiante o IBDF, não nos adianta todo o mecanicismo, e todo o acúmulo de uma legislação que não repousa, que não se assenta sobre uma conscientização dendrôfila do homem.

Antes de mais nada teríamos que cultivar o druidismo, deveríamos todos, mergulhar nesta preocupação, tal qual sacerdotes druidas, a ensinar o amor à árvore, a levar esta alegoria, a levar esse ensinamento simbólico como tese primeira para que a derrubada dos carvalhos, das castanheiras, das sapopemas, dos mognos, das araucárias e de todo o pau-brasil, do sebastião de arruda, do jacarandá, pois, cada árvore que tomba é mais um minuto de aproximação para o grande sacrifício da autofagia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, "o Brasil está pegando fogo", são palavras proferidas pelo responsável maior que se chama Paulo Nogueira Netto, titular da Secretaria do Meio Ambiente, que, voando pelos céus amazônicos, durante seis dias, constatou que o sudeste da Amazônia é uma só fogueira. Em Cuiabá, os aviões sentem dificuldades para pousar e para levantar vôo; no Acre a mesma coisa e, em Rondônia, a mesma coisa.

Uma nuvem de fumaça cobre os horizontes daquelas plagas, mercê da queimada inconsequente. Apesar da lei, apesar da repressão, apesar de todos os expedientes, continua o assassinio da árvore, praticando o crime inominável de derrubá-la, lesando a própria humanidade, e abrindo caminho para que as gerações futuras, os nossos descendentes, Sr. Presidente... Ah! Se pudéssemos trazer o porvir para o hoje. Ah! Se pudéssemos nos municiar da máquina do tempo de Wells e mostrar o homem e a sociedade do terceiro milênio. Os filhos dos nossos filhos se entredevorando, regredindo às cavernas como trogloditas, voltando, talvez, àquele primeiro pântano de onde o homem saiu, quando ainda humilde crossopterígio!

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Ouço V. Exª, com muita honra.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Nobre Senador Evandro Carreira, volto, novamente, ao magnífico pronunciamento de V. Exª, e volto agitado pelas mesmas idéias que me têm trazido a ilharga dos seus discursos sobre essa Amazônia, quando V. Exª, na mesma cadência da abertura monumental do seu discurso, denuncia fatos das queimadas, e da derrubada intermitente dos desbravadores amazônicos. Há pouco, registrei aqui, num aparte a V. Exª, extraído de um trabalho de Warwick Kerr, que dentro de 20 anos o Acre não terá mais florestas. Li, também, neste mesmo trabalho, que somente em 1975, queimaram, na Amazônia, cem mil quilômetros quadrados de florestas, o equivalente, nobre Senador, a duas vezes e meia o território do meu Estado.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Cem mil quilômetros quadrados. Exatamente, nobre Senador, V. Exª tem toda a razão. Só a queimada provocada pela Volkswagen, no seu projeto do Rio Cristalino, foi a cerca de 10 mil quilômetros quadrados. Correto. E acho que V. Exª está sendo benevolente, talvez estejamos beirando à cifra maior.

Não restará, dentro de 20 anos, nem uma árvore no Acre, nem em Rondônia, no Norte de Mato Grosso, nem no Sul do Pará. Talvez, ainda resista a Amazônia Ocidental, em decorrência do grande alagado, em decorrência da presença insopitável da sua vocação hidrográfica.

Mas, Sr. Presidente, de que nos adianta a lei? O que nos adianta é ir à origem das coisas. O que é preciso é filosofar para os jovens, é lhes mostrar a causa primeira, as razões desta ligação profunda que há entre o homem e a árvore. Temos que dizer-lhe da existência desta simbiose entre o vegetal e o animal, porque todos têm uma origem única, todos nasceram daquele primeiro esforço protéico, daquele primeiro trabalho da amônia e do metano, em condições climáticas que, hoje, só podemos reproduzir em laboratório, haja vista a que fez Kornberg, em Stanford, quando sintetizou o primeiro gene de um cromossoma da *saccharomyces cerevisiae*.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, isto é um atestado eloquente da necessidade ingente de irmos à origem dos fenômenos, para explicarmos a razão do cotidiano.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Ouço V. Ex^a com muita honra.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Evandro Carreira, as florestas nativas são heterogêneas e, conseqüentemente, com todas as condições de formular o equilíbrio ecológico. Na proporção em que o homem, através das queimadas, dizima as florestas, mesmo que venha a formar uma floresta homogênea, em geral são florestas que não dispõem mais do seu contingente natural, no sentido de que possa substituir essa floresta homogênea pela heterogênea novamente, porque a fauna desaparece. As florestas homogêneas, feitas pelo homem, acabam com a fauna, são florestas vazias. No Amazonas, acredito que a coisa é mais grave porque os rios, as fontes da Amazônia, na proporção que se vão queimando aquelas florestas, vão modificando o fator dos rios. Acredito que os rios dependem tanto das florestas, como as florestas dos rios. Na proporção em que se vão dizimando as florestas, vão acabando com os rios. Essa é a minha indagação a V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador Agenor Maria, é uma verdade palpante. As nossas florestas são heterogêneas, e essa heterogeneidade foi arrumada pela sabedoria cósmica, pela natureza — só ela poderá explicar ou nós, homens, se nos detivermos numa investigação profunda, analisando o fenômeno sócio-fitológico, para descobrir a existência da harmonia entre uma espécie e outra —.

Esta arrumação foi feita no decorrer de milhões de anos. Justamente por isso é que condenamos a derrubada da árvore indiscriminadamente, pois a retirada de uma árvore, implica, de imediato, na sua reposição por uma outra da mesma espécie, para que o equilíbrio não seja perturbado.

Este equilíbrio foi arrumado ao longo de milhares e milhares de anos. Retirar uma floresta heterogênea e substituí-la por uma homogênea, é crime de lesa-humanidade, é burrice, é estultice consagrada. E quando alguém, com epíteto de doutor em Agronomia tentar falar, *ex-cathedra*, afirmando que isto é natural, o faz para aqueles que não conhecem o fenômeno em profundidade, porque se o conhecerem, o desmascaram de imediato.

O fenômeno de polinização é o fenômeno fundamental na criação das espécies vegetais e esse fenômeno está ligado à heterogeneidade da floresta. A árvore "y" é um universo do inseto "x", que leva o pólen dessa árvore para uma outra que está distante, realizando o fenômeno da perpetuação da espécie.

E neste hora em que pretendemos homenagear a árvore, faz-se mister, Sr. Presidente, não um projeto de lei que irá apenas aumentar a pilha de projeto absurdos, inconsequentes, estultos, cheios de burrice. Importa sim, nesta hora, uma mensagem em profundidade.

Precisamos, através da televisão e do rádio, exumar todo o catecismo druída: precisamos ressuscitar todo aquele amor que os povos germânicos e eslavos dirigiam à árvore; precisamos criar uma nova mística: uma mística da árvore, da planta; precisamos conscientizar as gerações que é um dever preservar o que a natureza arrumou, não adianta o medo nem o pavor diante da lei, mas na esperança de que a árvore será sempre aquela fonte de alimentos de que falará Luís Cavalcante na sua alegoria, será sempre aquela fonte de recursos de subsistência que garantirá a continuidade do homem no planeta Terra.

Deve o homem com sabedoria, estabelecer um ecletismo entre essa verdade druída e a verdade tecnológica.

Por que não, Sr. Presidente e Srs. Senadores, estabelecer um *modus vivendi* entre o sabido progresso, entre o anseio de instrumentalização, entre o anelo de sofisticação dos instrumentos e esse respeito à natureza, esse amor à árvore, preservando o rio, preservando a ave, mantendo a chuva e despoluindo o universo? Se conseguirmos esse mútuo entendimento — entre o desenvolvimento material e essa noção mística da árvore, poderá o homem, mercê desse trabalho simbiótico, preservar a sua existência no planeta Terra e, com isso, obter tempo, conseguir tempo, conseguir vagares para aperfeiçoar a sua tecnologia e romper o confinamento terráqueo, desembarcando em outras galáxias, cavalcando outras estrelas.

Porém se o homem se mantiver nesse comportamento unilateral; se o homem teimar em negar o papel preponderante da árvore em vida simbiótica com ele, o homem estará sujeito, Sr. Presidente, a autofagia, a destruir a vida no planeta Terra e não terá tempo para aplicar a energia cósmica, nem a energia nuclear nas suas espaçonaves que, um dia, poderão romper o confinamento do sistema solar e desembarcar em Alfa-Centaurio, em Sirius... Se o homem tem esse anelo, só poderá realizá-lo se respeitar a árvore; do contrário, morrerá afogado no seus próprios excrementos.

O Sr. Hugo Ramos (MDB — RJ) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Ouço o nobre Senador Hugo Ramos, com muita honra.

O Sr. Hugo Ramos (MDB — RJ) — Sr. Senador Evandro Carreira, V. Ex^a tem o dom da palavra; V. Ex^a é um excelente orador. Tão grande V. Ex^a é na arte de Cícero, que V. Ex^a, em meio a este plenário vazio, não perde a eloquência da sua palavra, nem a seqüência de seu admirável raciocínio. A palavra concretiza o pensamento, corporiza a idéia, translada a natureza e compendia o Universo. A palavra tem a profundidade oceânica e a claridade dos céus; é tão diáfana como a gase e tão sonante como o bronze; cicia como a aura e retumba como o trovão; prende como o ímã e fulmina como o raio; quase se confunde com o espírito, com a luz, com o calor; vence e convence; instrui e constrói; afama e infama; forma, reforma e transforma; evangeliza a ciência, que é um prodígio, e aclara a religião, que é um milagre. V. Ex^a, nesta página antológica de Alves Mendes, que se equipara entre os maiores da língua portuguesa, encontra, agora, a plena ressonância do seu verbo, destacando, no entanto, quanto ao aparte do nobre Senador Agenor Maria, que o homem é o princípio de todas as coisas, contestando o princípio de Protágora, de que o homem é o fim de todas as coisas. V. Ex^a faz aqui o libelo contra o homem, faz aqui o libelo contra a civilização, pretendendo que tudo isso que o homem criou e veio do próprio homem, afinal se curvasse diante da beleza da natureza. Mas, é a própria beleza da natureza que inspira o homem.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Nobre Senador Hugo Ramos, agradeço, sensibilizado, as suas palavras encoimadas e vou inseri-las no meu discurso, como um troféu que se apõe na panóplia d'armas.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o tempo já se esgotou, encerro o meu discurso...

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Pois não.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Evandro Carreira, vou contar um fato a que assisti há uns trinta anos, talvez. Numa serra, assisti a uma briga de uma serpente com um tiju-açu. Todas as vezes que o tiju-açu era mordido pela serpente, ele buscava um pé de pião bravo, mordida-o e voltava a brigar com a serpente. Ele encontrava, naquele pião bravo, o antídoto contra o veneno inoculado pela serpente, durante a briga. E ele terminou matando a serpente. Então, eu lembraria a V. Exª: as queimadas da Amazônia; quantas árvores, que ainda não foram estudadas pelo homem, estão sendo queimadas. E quiçá essas árvores pudessem salvar o câncer e outras doenças incuráveis até hoje. Acredito que as queimadas na Amazônia devem ser contidas, porque o capital que está na Amazônia é um capital apátrida, é o mesmo capital que comprou os navios negreiros; é um capital predatório, que busca lucro, lucro imediato. E a Amazônia deve ser a fonte dos nossos estudos, estudos inesgotáveis. Daí, congratulando-me com V. Exª, eu solicitar que no discurso de V. Exª seja, mais uma vez, feito um apelo veemente, para que esse capital não continue sua ação predatória, acabando com a nossa Amazônia.

O SR. EVANDRO CARREIRA (MDB — AM) — Muito obrigado, nobre Senador Agenor Maria. Possivelmente, o desmatamento da Amazônia está destruindo valores que não conhecemos desde que a Amazônia ainda não foi inventariada — isto é uma verdade.

Lembro, Sr. Presidente, uma verdade enunciada por Pascal. Ele dizia que "a natureza nunca faz por mais o que pode fazer por menos".

Se nós aprendêssemos essa verdade... A natureza é sábia, é sapientíssima; ela jamais faz por mais o que pode fazer por menos. Se a natureza arrumou a árvore e a planta, a floresta e o rio, a chuva e o pássaro, é porque ela sabia que esse era o caminho mais fácil para que o homem sobrevivesse, ajustando-se a esse equilíbrio todo.

Sr. Presidente, mais uma vez lembro a passagem do Índio Seattle, quando respondendo ao Presidente Franklin Pierce, dos Estados Unidos, em 1855, ele dissera: "Senhor Presidente, a sua civilização, se continuar assim, vai acabar afogada nos próprios estercos". (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A fim de que fique inserido nos Anais desta Casa, vou proceder à leitura de um memorial reivindicando atualização dos preços do açúcar, da cana e do álcool, dirigido, no começo de agosto, ao Ministro Ângelo Calmon de Sá, pelos principais líderes de organizações assistenciais e creditícias da cana, do açúcar e do álcool.

Sr. Presidente, é este o Memorial que passo a ler:

O MEMORIAL

"Senhor Ministro:

Em abril do corrente ano, as entidades representativas dos produtores da cana, açúcar e álcool de todo o país, especialmente preocupadas com a determinação de uma política de preços compatível com a efetiva necessidade da agroindústria açucareira e alcooleira nacional, encaminharam documento a V. Exª propondo que fossem autorizados, para a safra 1978/79, os preços médios anuais de:

- Cr\$ 261,00/t para a cana-de-açúcar;
- Cr\$ 273,00/sc para o açúcar cristal standard;
- Cr\$ 5,11/l para o álcool.

O referido pleito, incorporando reajustes médios anuais de 44%, 42% e 63%, respectivamente para cada produto, foi fundamentado em criterioso estudo de custos de produção,

elaborado pela Copersucar, também encaminhado à consideração de V. Exª

Não obstante a reivindicação apresentada pelos produtores, o Governo fixou preços muitos aquém das reais necessidades do setor, correspondendo a reajustes líquidos de 11%, 13,6% e 14,4%, respectivamente para a cana (Cr\$ 206,46/t), para o açúcar (Cr\$ 213,35/sc) e para o álcool (Cr\$ 5,11/l).

Muito embora não tenha sido atendido o pleito aos níveis exigidos pelo referido documento, foi-nos dado conhecimento de que, adotando procedimento inédito nos últimos anos, e por isso mesmo digno de ser ressaltado, a Assessoria Econômica de V. Exª, através de Grupo de Trabalho especialmente criado para esse fim, desenvolvera criteriosa análise do problema, de forma a recomendar as remunerações acima indicadas.

A análise do documento elaborado pelo referido Grupo de Trabalho permite identificar que o mesmo questionou alguns critérios adotados na proposta dos produtores, deixando implícita a idéia de que a política de fixação de preços para o setor deveria tomar como base um sistema de minicorreções periódicas, de forma a suavizar o impacto inflacionário dos reajustes.

Aliado a esse conceito, persistia àquela época (abril/78) uma preocupação efetiva das autoridades governamentais com relação ao volume de recursos necessários ao financiamento das safras de açúcar e álcool, tendo em vista a rigorosa política de contenção do orçamento monetário nacional.

Levando em consideração o que foi anteriormente exposto, os produtores de cana, açúcar e álcool do País estão submetendo à elevada apreciação de V. Exª uma atualização dos custos do setor para agosto de 1978, e uma estimativa de custos para dezembro de 1978, tomando como base, neste último caso, uma previsão bastante otimista da inflação até o final do ano.

Há que ressaltar que as referidas atualização e estimativa de custos de produção, foram realizadas a partir de estudos desenvolvidos no âmbito da Assessoria Econômica de V. Exª, preservando, portanto, essencialmente, os mesmos critérios adotados pelo Ministério da Indústria e do Comércio para corrigir os preços em junho/78, assim como a paridade econômica de 42 litros de álcool por saca de açúcar, no caso específico do preço do álcool.

As diferenças verificadas entre os estudos de custos da Copersucar e do Ministério da Indústria e do Comércio são referentes à renda da terra, ao custo de mudas e ao ativo imobilizado da indústria, diferenças estas que se encontram devidamente explicadas em anexo.

Assim, de acordo com estes critérios, a atualização para agosto de 1978 indicou os seguintes preços: Cr\$ 246,46 por tonelada de cana, Cr\$ 256,41 por saca de açúcar e Cr\$ 6,23 por litro de álcool.

Não poderia deixar de ser esclarecido que a atualização de preços acima representa em essência o reflexo da inflação absorvida pelo setor canavieiro do País no período de junho a agosto do corrente ano. Com isto, procura-se tão-somente manter a relação de troca do setor, comparativamente aos demais, nos níveis verificados no início da Safra 1978/79, de forma a possibilitar o seu indispensável equilíbrio econômico-financeiro.

Tendo em vista, porém, a atual situação de crise da agroindústria açucareira e alcooleira, que não possibilita a absorção de inflação por suas unidades produtivas por mais de um trimestre, os produtores do País pleiteiam, desde já, reajustes compatíveis com os aumentos nos custos esperados até dezembro de 1978, que representariam os seguintes preços e acréscimos sobre o hoje vigentes:

Produto: cana-de-açúcar

Preços Pleiteados: Cr\$ 271,11/ton

Reajustes Pleiteados: 31,3%, reajuste pleiteado que corresponde a 31,3% de acréscimo.

Produto: açúcar

Preços Pleiteados: Cr\$ 282,05/saca

Reajustes Pleiteados: 32,2%, que corresponde a 32,2%, em relação ao preço vigente.

Produto: álcool

Preços Pleiteados: Cr\$ 6,86/litro

Reajustes Pleiteados: 34,3%, aumento percentual de 34,3%.

Adicionalmente às considerações anteriores, e tendo em vista, outrossim, o início da moagem na Região Norte-Nordeste do País, salientamos ser imprescindível que os novos preços propostos vigorem desde já, neste início do mês de setembro, medida que evitaria o agravamento da crise financeira do setor neste período em que a safra está se iniciando.

Como subsídio adicional do documento contendo a atualização dos custos, os signatários da presente encaminham também para conhecimento e análise de V. Ex^a, o texto base do pronunciamento do Eng^o Jorge Wolney Atalla, Presidente da Copersucar, durante o VI Encontro Nacional dos Produtores de Açúcar, patrocinado pela Coperflu e realizado em Campos-RJ em 22 de agosto de 1978.

Por representar medida de imperiosa importância para o setor, uma vez que os preços solicitados caracterizam níveis de remuneração mínima para a cana, açúcar e álcool no País, os Presidentes das federações, associações, sindicatos e cooperativas do Brasil, representando a totalidade dos produtores de cana, açúcar e álcool, esperam contar com o valioso e decisivo apoio de V. Ex^a para o atendimento desta justa reivindicação.

Este memorial, Sr. Presidente, foi subscrito por produtores da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e de São Paulo.

O Sr. Murilo Paraíso (ARENA — PE) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Concedo o aparte ao nobre Senador Murilo Paraíso.

O Sr. Murilo Paraíso (ARENA — PE) — Senador Luiz Cavalcante, é com satisfação que ouço V. Ex^a voltar a esse plenário abordando, novamente, o problema açucareiro do Nordeste brasileiro. Os Estados de Alagoas e Pernambuco ainda têm as suas economias baseadas na agroindústria açucareira. Lamentavelmente, essa agroindústria vem sofrendo através de muitos anos, a imposição de um preço político incapaz de, realmente, atender os custos dos produtos. E numa região como a nossa, em que a economia é muito mais modesta, é muito mais fraca, muito mais frágil do que a economia de outras unidades do País, isso acarreta transtornos enormes. Ainda no decorrer desta semana, na terça-feira, precisamente, fiz, no plenário desta Casa, um discurso abordando trabalho do Professor Nelson Chaves, que denunciava à Nação a repercussão que vem sendo imposta aos rurícolas da zona canavieira de Pernambuco e, evidentemente, também, nas Alagoas, que estão ameaçadas de ver as suas futuras gerações prejudicadas, física e mentalmente, pela deficiência alimentar. Essa deficiência alimentar evidentemente decorre de um estado de desnutrição, muito próprio de uma região pobre e ainda mais agravada quando o produto básico daquela área não encontra um preço capaz de remunerar devidamente seus custos. Daí por que acho profundamente oportuno o pronunciamento que V. Ex^a faz neste momento e associo-me plenamente ao apelo que os produtores de açúcar fazem às autoridades constituídas do País. Muito obrigado pela oportunidade do aparte.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Senador Murilo Paraíso, V. Ex^a, por não se ter candidatado à reeleição, deixará esta Casa muito em breve, e já é credor da gratidão dos produtores de cana-de-açúcar do seu Estado natal, Pernambuco, porque, no curto espaço de tempo que V. Ex^a aqui permaneceu, constituiu-se num dos mais audazes e perseverantes defensores da agroin-

dústria açucareira. Parabéns a V. Ex^a e parabéns ao Estado de Pernambuco pelo grande filho que tem, chamado Murilo Paraíso.

Sr. Presidente, permito-me aduzir alguns argumentos ao memorial, cuja leitura acabei de proceder. Permita-me dizer algo sobre a evolução percentual dos preços de mercadorias e de alguns insumos largamente empregados na indústria agrocanavieira. Assim, comparemos alguns preços do final da safra de 1973/74 com preços vigentes ao final da safra de 1977/78.

De 1974 para 1978 — final de safras — a saca de café em grão, saca de 60 quilos, teve um aumento percentual de 700%; no mesmo espaço de tempo, o aumento percentual do preço da tonelada de cana-de-açúcar foi de apenas 233%. Ainda de 1974 a 1978, o Trator Fiat Allis — e, aqui estou arrolando insumos indispensáveis aos cultivadores da cana-de-açúcar — teve um aumento percentual de 564%, enquanto, repito, o aumento percentual da tonelada de cana-de-açúcar foi de 233%. O caminhão Ford F-600 aumentou de preço em 396%. O Trator Caterpillar, transmissão automática, aumentou em 377%, o Trator Caterpillar, transmissão mecânica, em 326%. Um pneu para caminhão aumentou 318%. O preço do Caminhão Mercedes, com carroceria, aumentou 265%. Um Trator de Pneu "Valmet" aumentou 244% — e, torno a repetir: o aumento do preço da tonelada de cana-de-açúcar foi apenas de 233%.

Na comparação com os fertilizantes, constata-se que, enquanto o aumento percentual destes, da safra 1975/76 para a de 77/78, chegou a 96%, o preço da tonelada de cana-de-açúcar subiu apenas, no mesmo espaço de tempo, em 63%. Ainda mais sugestivo, talvez, do que o confronto dos índices percentuais é o do poder aquisitivo da tonelada de cana. Vejamos: um trator de esteira Allis Chalmers, em 1975, era adquirido ao preço equivalente a 2.826 toneladas de cana; em abril de 1978, o mesmo trator era adquirido ao preço equivalente a 3.797 toneladas de cana. Um caminhão Mercedes, em 1975, era adquirido a um preço equivalente a 1.296 toneladas de cana; ao final da safra 77/78, para se adquirir o mesmo caminhão se dispndia o equivalente a 1.640 toneladas de cana. Um caminhão Ford, naquele mesmo espaço de tempo, subiu do equivalente a 957 toneladas de cana para 1.117 toneladas. Vinte toneladas de cana eram necessárias para se adquirir uma tonelada de fertilizantes ao findar a safra 75/76; ao findar a safra 77/78, necessárias eram 24 toneladas. Um pneu de 12 lonas, passou de 13 toneladas de cana para 16 toneladas no período considerado. Um saco de 60 quilos de café em grão passou a equivaler a 9,2 toneladas; dois anos antes equivalia ao preço de 7,5 toneladas de cana. O salário mínimo regional corresponderia a 4 toneladas de cana e passou a corresponder a 5,1 toneladas. E para se abastecer um caminhão Diesel, cujo tanque tem capacidade de 125 litros, gastava-se o equivalente a 1.600 quilos de cana, em abril de 1976; dois anos depois, a mesma capacidade requeria 2.300 quilos.

A eloquência destes números dispensa outros comentários. Direi, tão-somente, que, na mesma escala de deteriorização relativa dos preços da cana e do açúcar, aumentam as dificuldades e o endividamento dos fornecedores e dos usineiros.

Finalizando, Sr. Presidente e Srs. Senadores, dou conhecimento à Casa de que a 9 de outubro, em Maceió, dar-se-á a abertura do Segundo Encontro Nacional dos Produtores de Cana-de-Açúcar, com a honrosa presença do Ministro Ângelo Calmon de Sá. Seria, pois, magnífica oportunidade para que S. Ex^a tranquilizasse os muitos milhares de fornecedores de cana do Brasil inteiro, com o anúncio de decisão governamental de atualizar os preços da cana-de-açúcar e do álcool.

Tal comunicação seria o ponto alto, altíssimo mesmo, do próximo conclave canavieiro de Maceió.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo, nestes instantes derradeiros da presente sessão, fazer um registro de interesse de 13 milhões de brasileiros, exatamente aqueles que compõem o eleitorado das capitais do País.

Em reunião, ontem realizada sob a presidência do Senador Itamar Franco, a Comissão Mista do Congresso Nacional acolheu o parecer do nobre Deputado Raimundo Parente, favorável à proposta de Emenda constitucional nº 12, de que sou o primeiro signatário nesta Casa, segundo a qual é restabelecida a autonomia política das capitais do País.

Sabe V. Exª, Sr. Presidente, e sabem os eminentes Srs. Senadores, que, desde 1975, venho envidando esforços no sentido de corrigir essa norma constitucional, indiscutivelmente iníqua e despropositada, restituindo àqueles que são considerados como os eleitores de nível de politização mais aprimorado o direito de escolher, pelo voto direto e secreto, o seu Prefeito e Vice-Prefeito.

No parecer do nobre Deputado Ramundo Parente vai ressaltado que “convimos, também em que o estado de direito democrático, que todos pretendemos, tem por excelência um suporte representativo e, assim, a proposta significa mais um passo no sentido da sua realização no País. Consequentemente opinamos pela aprovação da Emenda Constitucional nº 12, de 1978”.

Por se tratar, Sr. Presidente, de um fato sobremodo auspicioso para a vida democrática do País, é que entendi vir à tribuna neste instante, para fazer o registro desse acontecimento na vida do Congresso Nacional. Queira Deus que, nos próximos dias, reunidas as duas Casas, possamos ver seqüenciada a tramitação da Emenda nº 12, com o seu acolhimento pelo Plenário do Congresso Nacional. E, dessa forma, já em 1980, assistiremos ao fim dessa cabulosa sistemática dos prefeitos nomeados, com 13 milhões de brasileiros caminhando resolutamente para as urnas e escolhendo, pelo voto direto e secreto, o Prefeito e o Vice-Prefeito das respectivas capitais.

Era este o anúncio que, em meio ao maior regozijo e àquela euforia democrática, desejava fazer neste instante para o conhecimento da Nação.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Era meu intuito fazer um registro no dia de hoje, em que o Congresso Nacional, isto é, Câmara e Senado reunidos, aprovaram as reformas políticas, como emenda à nossa Constituição.

Sr. Presidente, como revolucionário que fui, um fato deixou-me um tanto perplexo, entre as franquias e as medidas aprovadas pelo Congresso Nacional, na manhã de hoje.

Diz o art. 184 da Constituição:

“Cessada a investidura no cargo de Presidente da República, quem o tiver exercido, em caráter permanente, fará jus, a título de representação, desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos, a um subsídio mensal e vitalício igual ao vencimento do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.”

Sr. Presidente, entre as medidas políticas que o Congresso Nacional aprovou hoje, há um dispositivo que transcreve mais ou menos o texto do art. 184 de nossa Constituição, mas suprime, através de uma oração intercalada, a penalidade estabelecida para aqueles que não tiveram, como Presidente da República, a suspensão dos seus direitos políticos.

Essa medida, Sr. Presidente, visa exatamente a dar uma pensão ao Sr. Jânio Quadros, de tão triste memória na história política de nosso País.

Sr. Presidente, nós que já vimos tudo, agora estamos vendo o contrário de tudo. A Revolução, Sr. Presidente, através dessa medida, está tentando a restauração daqueles que ela depôs ou cassou os direitos políticos.

Sr. Jânio Quadros, que passeia no mundo as folganças da sua fartura, o Sr. Jânio Quadros que passeia no mundo as sobras do que ganha através da sua atividade, vai receber, a partir de primeiro de janeiro, através do povo que sofre, do povo que pena e do povo que ganha salário mínimo, uma pensão polpuda, ele que não merecia que a Nação e, sobretudo, o Congresso Nacional, através de uma Maioria Revolucionária, lhe desse esta pensão.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Apenas para informar que a Emenda foi de iniciativa do Deputado Dias Menezes, do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Exatamente. Pior então a emenda de que o soneto, Sr. Presidente, porque o nobre Deputado Dias Menezes negociou a emenda que a nobre Bancada da ARENA, liderada por V. Exª, aprovou na manhã de hoje, tanto assim que foi o único do MDB que votou favoravelmente às emendas.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MT) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MT) — Peço ao ilustre Senador que retifique o termo negociou; o Deputado Dias Menezes é um homem sério, um homem de valor, é um homem que tenho no mais alto conceito. Naturalmente, ele é amigo pessoal de Jânio Quadros. Então, dada a amizade pessoal é que ele fez essa emenda. Mas, ele foi coerente. Se foi aprovada uma emenda, de iniciativa sua, no projeto do Governo, se o Relator a aceitou, ele não poderia deixar de estar presente para votar. Ele cumpriu o seu dever. Muito grato a V. Exª

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — De fato “negociou” foi forte mas devo dizer, como amigo só de Jânio Quadros, ele não conseguia a emenda.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MT) — Há outras forças protegendo o Sr. Jânio Quadros.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Como amigo sorrente do Sr. Jânio Quadros, ele não conseguiria a emenda. O que ele conseguiu foi porque foi lá na Casa Civil e conseguiu foi o mínimo de sete para a tramitação da sua emenda. Foi de fato uma troca de amabilidade entre a emenda...

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Não houve isso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Então foi uma atenção.

A Revolução, Sr. Presidente...

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Um ex-Presidente merece uma pensão.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — A Revolução já está procurando uma restauração, porque o Sr. Jânio Quadros, que desencadeou este processo, que descarrollhou o trem constitucional deste País, já merece, com o protesto do MDB, de nossa Bancada — porque nós não votamos, nós não aprovamos essa emenda, aprovada pela nobre Bancada da ARENA — uma pensão, Sr. Presidente, de um País que tanto se desencantou e que tanto se desiludiu com ele.

Estou de acordo com V. Exª. Rendo minhas homenagens ao nobre Deputado Dias Menezes, por ter conseguido, na era

revolucionária, dentro de uma Revolução, dos homens da Revolução, com o apoio de uma Bancada revolucionária, uma pensão vitalícia para um homem que tem passeado, através dos milagres de sua fartura, pela Europa, França e Bahia, de avião e de navio, e que, de amanhã em diante, vai receber esta pensão.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — V. Ex^a me permite complementar meu aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — A figura de V. Ex^a está na raiz de tudo isso. V. Ex^a foi inquilino de um momento histórico deste País. O ofício de renúncia do então Presidente Jânio Quadros estava titubeando pelas mesas do Congresso Nacional, e V. Ex^a, assim com a velocidade de uma semífusa e com a habilidade de um apanhador...

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Apanhador, vírgula!

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Apanhador no bom sentido pegou o ofício de renúncia e leu no Congresso Nacional. Se não tivesse lido, não teria havido aquilo. Então, V. Ex^a mudou a face da História do Brasil. Eu queria concluir com esse elogio.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Sr. Presidente, eu ia falar em 5 minutos como V. Ex^a me concedeu, mas o nobre Líder da Maioria e o nobre Vice-Líder Saldanha Derzi me interromperam e eu, agora, tenho que responder. Peço, pelo menos, 2 minutos mais, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, minhas homenagens ao nobre Deputado Dias Menezes, que, do MDB, votando contra a bancada, aprovou esta emenda generosa a um homem que não está em dificuldades.

Vou dizer mais: sou favorável àqueles generais da Revolução que, dirigindo este País, fazem jus a esta emenda. Mas, o Sr. Jânio Quadros, que tem passeado, através do mundo, revelando o estado de abundância em que ele se encontra, com estes passeios, ele vai ganhar uma pensão exatamente da Revolução?

Minhas homenagens ao nobre Deputado Dias Menezes pela grande conquista que hoje ele conseguiu, e nós, do MDB, vimos hoje a Revolução do lado do avesso, apoiando a Emenda do Sr. Jânio Quadros.

O nobre Senador Eurico Rezende não tem razão. Eu li a renúncia, porque aqui se encontrava o Ministro da Justiça Pedroso Horta que, com o Presidente do Congresso, Auro de Moura Andrade, estava em conferência e não achavam o momento oportuno para a leitura daquela renúncia, daquela sexta-feira, vinte e cinco de agosto, às três e meia da tarde. E, se não fosse lida daquele dia, naquela hora, antes dos parlamentares embarcarem para os seus Estados, nós não teríamos efetivado a renúncia de um homem que deu a prova da maior covardia moral deste País, que foi o Sr. Jânio Quadros. Por isto foi a minha leitura, porque a carta me foi entregue por quem podia entregar uma carta naquela hora. Eu li; não apanhei a carta, nobre Senador Eurico Rezende. A carta me foi entregue por quem, àquela altura, desempenhava uma alta missão no Governo. E ele me deu a carta, e me disse: "Leia este documento". Nessa época, em que um Presidente, alegando forças ocultas e brincando com o País, pede a sua renúncia.

O Sr. Helvídio Nunes (ARENA — PI) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. Helvídio Nunes (ARENA — PI) — Eu gostaria de lembrar a V. Ex^a que o art. 184 da Constituição vigente declara: "Cessada a investidura no cargo de Presidente da República, quem o tiver exercido, em caráter permanente...", como é o caso do Sr. Jânio Quadros.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Não, caso do Sr. Jânio Quadros, não. Leia o que está aí.

O Sr. Helvídio Nunes (ARENA — PI) — ... "fará jus, a título de representação, desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos..."

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Aí é que está o Sr. Jânio Quadros.

O Sr. Helvídio Nunes (ARENA — PI) — Ou V. Ex^a concede o aparte ou não concede.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. Helvídio Nunes (ARENA — PI) — Muito obrigado. Então, o texto atual consigna uma discriminação. O que o Congresso, por sua Maioria fez hoje, foi retirar essa discriminação do texto constitucional, para que o texto, que deve ser o da Constituição, possa corresponder aos direitos de todos quantos exerceram, em caráter permanente, a Presidência da República.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — O nosso Partido teve razão em se abster, pois, se o Presidente Jânio Quadros renunciou às suas obrigações, deve também renunciar aos seus direitos. S. Ex^a está impedido, moralmente, de aceitar a pensão que lhe é destinada.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Nobre Senador, comecei a minha comunicação, lendo o texto da Constituição que V. Ex^a leu. Agora, a oração intercalada que se suprimiu foi para beneficiar o Sr. Jânio Quadros. Sabe por quê? Porque a Revolução vai querer contar com os votos do Sr. Jânio Quadros no quadro político de São Paulo. E nós que já vimos tudo, agora estamos vendo o contrário de tudo. É exatamente esta a minha posição e o sentido da minha comunicação: o Congresso que o Sr. Jânio Quadros queria fechar no dia 25 de agosto de 1961, queria voltar aqui para fechá-lo, foi este mesmo Congresso que lhe concedeu pensão vitalícia através do art. 184 da Constituição Federal.

Sr. Presidente, muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evelásio Vieira. (Pausa.)

S. Ex^a desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Ramos. (Pausa.)

S. Ex^a desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Com a Primavera, começam hoje as comemorações da Semana da Árvore. É tempo de reflexão sobre a necessidade de se restabelecer o equilíbrio ecológico do mundo, porque não se plantam árvores na mesma proporção em que elas são derrubadas.

Nos últimos 10 anos, derrubaram-se mais árvores na Amazônia do que no decorrer dos três séculos anteriores. Há menos de um século, a floresta Atlântica ocupava cerca de 10% de todo o território brasileiro, enquanto a floresta araucária recobria ainda 5% da área. Hoje, a cobertura vegetal atlântica está reduzida a 1%, e a araucária a 0,5%. O desmatamento das florestas do Acre atingiu 1,8% da cobertura vegetal daquele Estado, em 1974. Hoje, já ultrapassou o índice de 3,5 — o que evidencia o crescimento geométrico da devastação da Amazônia, o grande pulmão do mundo. "Se esta tendência se mantiver inalterada" — adverte Warwick Kerr, diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia — "dentro de 25 anos, não existirão mais florestas na Amazônia".

As queimadas, as moto-serras e os bombardeios da floresta, de 355 milhões de hectares, com herbicidas e desfolhamentos químicos, estão provocando o sacrifício de 180 metros cúbicos de madeira em troca de uma produção pecuária de apenas 25 kg por hectare ano.

Numa área equivalente a da Europa, com 5 milhões de km², a Amazônia abriga 80% das últimas reservas madeiras do mundo.

A Comissão de Segurança Nacional do Senado, presidida por Milton Cabral, analisando a questão de defesa do meio ambiente, chegou à conclusão de que somente uma séria Política Nacional de Meio Ambiente, sob a administração de sólido e competente órgão fiscalizador, poderá realmente inverter este quadro, até agora por todos considerado sombrio. Impõe-se, além disso, a participação cada vez maior de toda a comunidade na defesa do meio ambiente.

O *Correio Braziliense*, de hoje, publica em seu segundo caderno um artigo sobre a Semana da Árvore, com o sugestivo título: "Vamos plantar que ainda é tempo de salvar o mundo". E o jornalista Antônio Alves de Queiroz ressaltou:

"Quem fala em Festa Anual das Árvores tem em vista e em mente o grande teatro da natureza. Faz-se necessário que esse teatro seja bem cuidado e protegido: que nele haja conservação e não depredação. Que seus recursos naturais sejam bem utilizados, sem destruição nem poluição."

A luta em defesa do meio ambiente constitui hoje uma das necessidades essenciais do verdadeiro desenvolvimento do País. Dessa luta devem participar todos os setores da comunidade. E, um dos instrumentos mais eficazes para esse objetivo é o plantio de árvores e a conservação da natureza. Daí o imperativo da ecologia, que deve receber o apoio das autoridades e a colaboração de todos os brasileiros:

"Vamos plantar, que ainda é tempo de salvar a natureza." (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concede a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

No próximo dia 24 de outubro transcorrerá o centenário de nascimento de Raul de Moraes Veiga, nono Presidente constitucional do Estado do Rio de Janeiro.

A data encerra para nós, fluminenses, uma grata e especial significação, Senhor Presidente, porque evoca a vida e a ação histórica de um patriota que possuiu, em alto grau, todas as nobres virtudes que valorizam e que exaltam o homem público de qualquer tempo.

Raul Veiga nasceu na fazenda da Barra, no então Município de São Francisco de Paula, província do Rio de Janeiro, filho de João Henriques da Veiga e Antônia Ferreira de Moraes. Estudou nos colégios Anchieta, de Nova Friburgo, e Paula Freitas, no Rio de Janeiro.

Matriculou-se posteriormente na Escola Politécnica, da antiga Capital do País, concluindo o curso de Engenharia Civil, em 1899.

Iniciou suas atividades profissionais como engenheiro da Prefeitura de Niterói. Em 1909, elegeu-se Deputado Federal, renovando o mandato por três legislaturas consecutivas. Exerceu então, em dois diferentes períodos, a liderança da bancada do seu Estado.

Raul Veiga foi eleito para o Governo fluminense a 14 de julho de 1918, sendo empossado a 31 de dezembro do mesmo ano, permanecendo no exercício do mandato até concluí-lo, em 1922.

Na sua administração, foi instalado e inaugurado em Petrópolis o Grupo Escolar D. Pedro II, construído em terrenos destacados do antigo Parque Imperial. E foi, também, concluída e inaugurada a estrada ligando Petrópolis a Teresópolis. De ato de inauguração dessa estrada, participou o Rei Alberto, da Bélgica, então em visita ao Brasil.

Fluminense de nascimento e de formação, pautando sempre seus atos pelos bons padrões de equilíbrio e de permanente preocupação com o interesse coletivo, Raul Veiga é representante típico daquela esplêndida geração política que, durante o Segundo Império e a fase primeira do período Republicano, emergiu para a vida pública, originária das matrizes geográficas da Velha Província.

Sereno e sábio, Raul Veiga cumpriu o seu dever. Concorreu a eleições, exerceu mandatos, manteve-se invariavelmente nas limitações da lei, deixou realizações administrativas e sua ação em toda sua vida pública foi sempre marcada por uma inconfundível linha de honestidade e de moderação.

Que este sucinto registro, Senhor Presidente, traduza a admiração e o respeito que nós, fluminenses de agora, devotamos ao Estadista Raul Veiga, ao comemorar-se o primeiro século de seu nascimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

"Apóio inteiramente o ensino profissionalizante, o que não merece meu apoio é estendê-lo a todos", disse o Ministro Euro Brandão, da Educação e Cultura, em recentes declarações nas quais abordou tema de grande atualidade.

Acentuou, com acerto, ser grave erro insistir na profissionalização geral do ensino de 2º grau. E frisou: erro administrativo, financeiro, pedagógico e até psicológico.

Lembrou o Ministro Euro Brandão que "nenhum país do mundo fez a profissionalização a nível de 2º grau, o que é uma utopia, pois os recursos que seriam necessários para isso esgotariam toda a capacidade do sistema educacional.

O observou o Ministro Euro Brandão que, no caso, estaríamos profissionalizando duas vezes: no 2º grau e no curso superior, pois o 2º grau é fator para se entrar no 3º grau. Frisou ainda o Ministro da Educação "que existem as escolas técnicas federais que são excelentes e que correspondem à vocação específica dos jovens".

Disse que essa preocupação em profissionalizar tem resultado na formação de centenas e centenas de jovens habilitados em "análise clínica" em numerosos municípios do interior, que não possuem um único laboratório.

A posição assumida pelo Ministro da Educação e Cultura é certa e reflete, com segurança, pensamento predominante na pedagogia moderna. Fosse viável a profissionalização geral do ensino do 2º grau e nisso decorreria terrível dano cultural para o Brasil.

Foi com satisfação que tomamos conhecimento das declarações feitas, no Rio de Janeiro, pelo Ministro Euro Brandão. Com elas nos solidarizamos e nos congratulamos com o Professor Euro Brandão, que tão bem vem sucedendo o ex-Ministro Ney Braga no Ministério da Educação e Cultura. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Não sabemos até que ponto são verdadeiras as notícias veiculadas pelos jornais, dando conta de que seriam fechados 30% dos atuais postos de gasolina existentes em nosso País. Os sacrificados estariam entre aqueles de menor volume de vendas, que, por sinal, são a maioria deles e atendem regiões pobres ou localizadas no interior, às vezes à grande distância das capitais ou dos centros maiores.

É verdade que, atualmente, vem se tornando cada vez mais difícil a permanência dos pequenos revendedores, mas, a solução, muito contrariamente a que se propala haver sido anunciado pelo Ministro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, está em se buscar, através de medidas várias — como a volta de percentuais de participação mais altos, como era anteriormente, ou providências e incentivos outros — que tendessem a resolver o problema relativo a esse comércio e nunca com a medida simplista e draconina do seu corte abrupto.

A indignação justa não se fez esperar. Transcrevo, abaixo, noticiário da imprensa, que relata a intranquilidade reinante na classe:

"SINDICATO REAGE AO FECHAMENTO DE POSTOS"

(*Diário de Pernambuco*, 18-8-78)

— O fechamento de 30% dos postos de gasolina anunciado pelo Ministro Shigeaki Ueki, de Minas e Energia, será um genocídio, uma atitude esdrúxula e absurda. Declarou, ontem, o Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustível de Pernambuco, Eilton Teixeira, salientando que, com os sucessivos aumentos do petróleo e a redução na comissão do revendedor, "a situação se tornará insustentável, levando a categoria à ruína total".

Em tom de blague, ele lembrou que Shigeaki Ueki, quando Diretor da PETROBRÁS, foi o maior incentivador da construção de novos postos de gasolina, financiando a grande maioria. Na época, segundo Eilton, a Federação protestou e solicitou a regulamentação para o comércio de combustível, mas o Governo não deu nenhuma atenção aos reclamos da classe, autorizando e financiando a construção de postos em massa, em todos os Estados.

"O anunciado fechamento de 30% dos postos de gasolina será o caos. Os pequenos postos no Interior já estão sem condições de operar, pois agora, com o último aumento do petróleo, os revendedores são obrigados a elevar o capital de giro e, ainda, assumem os pesados ônus dos encargos sociais", alerta o Líder Sindical. Para agravar mais ainda a crise, o Conselho Nacional de Petróleo anuncia o aumento das multas para os postos, cujos percentuais em vigência já são os maiores do Brasil.

A crise para os revendedores de combustível começou em 1973, agravando-se em 75, com o fechamento de vários postos instalados no Interior, e na Capital, ocasionando desemprego. Agora, com o aumento do produto e o anunciado fechamento de 30% dos postos, a situação dos revendedores volta a agravar-se, podendo até, segundo Eilton Teixeira, "provocar a extinção da maioria dos postos da Cidade."

REVENDEDORES INSATISFEITOS

— O Governo aumentou a gasolina, determinou o depósito compulsório, fechamento dos postos aos domingos, proibiu venda de pneu tála-larga, agora vai fechar 30% dos postos. Ele é quem decide, que se pode fazer? Alguém conseguiu ir contra essas medidas?

Assim se posicionou o Sr. José Fraga Rocha, dono do posto Shell Monte Castelo, diante do comunicado do Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, de que o Governo iria fechar 30% dos postos de gasolina. Alguns não entenderam bem a notícia afirmando que nem sempre os jornais informam de maneira precisa. Outros acharam a medida normal como consequência do "aperto" em que se encontram muitos donos de postos, devido aos constantes aumentos da gasolina.

Desemprego

Antônio Monteiro da Silva, Gerente do Posto Esso Santa Rita, entendeu a notícia como uma imposição e foi completamente contra a mesma: e o montante de funcionários que vai ficar desempregado? Um posto tem em média 17 empregados e o Governo não vai arranjar uma maneira de utilizar a mão-de-obra ociosa".

Bastante preocupado com o desemprego que aumenta a cada dia e com a dificuldade de se arranjar trabalho, Antônio Monteiro também foi contra a política de preços do Governo para diminuir o consumo da gasolina.

— Deviam era proibir a fabricação de carros grandes, de seis e oito cilindros. Para que automóveis possantes se é proi-

bido desenvolver alta velocidade? E quem tem esses veículos, tem dinheiro e não diminui o consumo por causa do preço".

Também pensa assim Guilherme Roma Guerra, dono do Posto Esso Romaguera & Romaguera, que não consegue entender esse contra-senso. "Por um lado, o Governo permite a fabricação em massa de automóveis e por outro quer que se economize gasolina. Mas os carros dependem da gasolina, se não querem que ela seja utilizada não incentivem a fabricação. E ainda deixaram entrar mais uma indústria automobilística, depois de crise mundial de petróleo, a Fiat".

Para ele, isto é a mesma coisa que se incentivar o uso de eletrodomésticos e querer que as donas-de-casa não consumam energia elétrica.

Mostrando que um posto atualmente não consegue sobreviver apenas da gasolina, o Sr. Romaguera indicou que a tendência é os postos se transformarem cada vez mais em minimercados. Todas as medidas governamentais são tomadas contra os postos, então daqui a pouco vou ter que vender até banana no meu posto", brincou.

Veja-se o disfarce, pois o argumento para a supressão de 30% dos postos se faria sob a bandeira de diminuição do consumo da gasolina. Ora, o posto é meio, não um fim. O que consome a gasolina são os carros, não os postos. Diminuir estes seria apenas colocar obstáculo a uma liberdade dos cidadãos: a de locomoção. É criar dificuldades, entraves. Isto não é governar para o bem-estar da população, mas agir em sentido contrário. Na realidade, é mais um aspecto do Governo antipovo que domina este País, onde as próprias liberdades básicas do cidadão são ameaçadas.

Não há, ainda, justificativa de ordem econômica para esta previdência, pois estes postos não oferecem prejuízos que coloquem em perigo uma boa política para o setor.

Há até o despalante de se aconselhar que os revendedores abandonem este tipo de comércio, conforme se vê desta notícia:

"O GOVERNO CONTROLA LUCRO COM COMBUSTÍVEL"

(*Diário de Pernambuco*, 27-8-78.)

— O Governo Federal não permitirá o aumento da rentabilidade na revenda de combustível, concedendo majoração na comissão que recebem os proprietários de postos —, revelou o Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustível, Sr. Eilton Teixeira, informando que a classe foi aconselhada a dedicar-se a outra atividade, "transformando os postos em minimercados de prestação de serviços".

O sindicalista retornou, ontem, do Rio de Janeiro, onde participou da reunião no Conselho Nacional de Petróleo — CNP, promovida para esclarecer a classe sobre qual é a posição do Governo quanto à revenda da gasolina. Os revendedores de petróleo entregaram documento, com estudos dos custos operacionais, ao Presidente do CNP, mostrando a difícil situação enfrentada pela categoria, solicitando que o Presidente Ernesto Geisel seja informado sobre os problemas.

A transformação dos postos de gasolina em postos de serviços gerais ou em empórios não agradou a classe, principalmente aos que estão na atividade há mais de 20 anos. Alegam ser impossível "a um papagaio velho aprender a falar", e, diante da disposição do Governo de não aumentar a comissão, os revendedores estão desesperados.

O Sr. Eilton Teixeira reunirá segunda-feira, às 20 horas, na sede do sindicato, os associados e transmitirá a decisão do Governo, explicando que a única alternativa é transformar os postos em prestadores de serviços, opção condenada pela maioria dos donos de postos, tanto da Capital quanto do Interior.

Por outro lado, o Conselho Nacional do Petróleo, como organismo controlador e fiscalizador do setor, vem aplicando, estranhamente, multas vultosas aos revendedores, mesmo por infrações menores.

Será uma maneira de cerco econômico para atingir, indiretamente, outros fins? O documento abaixo é ilustrativo da situação:

"OF. GAPRES/SECEX-Nº

Distribuidora Nordestina de Petróleo Ltda.

Comunico-lhes que o Conselho Nacional de Petróleo, apreciando processo de interesse dessa firma na 1.754ª Sessão Ordinária, de 25 de julho de 1978, tomou a seguinte decisão:

"Processo CNP-513.328/77, INPM/PE-25.101/77, referente a dois autos de infração lavrados, respectivamente, contra a empresa Petrobrás Distribuidora S.A., com sede no Rio de Janeiro—RJ e contra a firma revendedora Distribuidora Nordestina de Petróleo Ltda., estabelecida na Avenida Caxangá nº 612, em Recife—PE, pelo fato do revendedor em apreço não apresentar à fiscalização, os mapas de controle do movimento diário, o que constitui infração à Resolução nº 7/75, com a nova redação dada pela Resolução nº 7/77".

Na forma do parecer do relator, decidiu o Conselho tornar insubsistente o auto de infração lavrado contra a distribuidora, mantendo subsistente o auto de infração lavrado contra o revendedor, com aplicação de multa no valor de Cr\$ 14.453,00 (quatorze mil, quatrocentos e cinquenta e três cruzeiros).

Saudações. — Oziel Almeida Costa, Presidente."

Outro aspecto a merecer exame aprofundado é o da permanência do monopólio de gás liquefeito de petróleo, no Nordeste, por parte da firma BRASILGÁS, apesar de autorização legal de revenda. A notícia da imprensa, abaixo transcrita, retrata a controvérsia que o assunto vem provocando.

"O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS REVENDORES NO COMÉRCIO DO PETRÓLEO DEFINE A SITUAÇÃO:

"OS POSTOS ESTÃO FALIDOS DE PORTAS ABER-TAS"

(*Diário da Noite*, Recife, 11-9-78)

Os proprietários dos postos de gasolina do Recife continuam a reclamar da decisão do Conselho Nacional do Petróleo em não conceder-lhes o direito de revender o gás doméstico em suas áreas ociosas, apesar da declaração feita à Imprensa local, por parte do Diretor Regional da Entidade, Robério Burgos, afirmando que todos os postos, poderiam usufruir da resolução 6/77 que autoriza a revenda do gás doméstico em postos de gasolina, desde que obedçam a algumas normas de segurança no local.

A situação dos postos de gasolina vem se agravando desde que o Governo Federal resolveu aderir a redução do consumo do "precioso líquido", trazendo prejuízos na ordem de mais de cinquenta por cento no faturamento dos postos. Para o Presidente do Sindicato dos Revendedores no Comércio do Petróleo do Recife, Eilton Teixeira, essa anuência não está sendo dada apenas pelo Conselho Nacional do Petróleo, como também pela BRASILGÁS, detentora do monopólio do comércio do gás em todo o Nordeste. "A BRASILGÁS faz convênio apenas com quem interessa, e se a Imprensa noticiou que os postos foram autorizados a vender gás, isto aconteceu apenas em locais muito afastados da área urbana da cidade".

Na Região Metropolitana do Recife existem 264 postos de gasolina e, destes, apenas 6 foram contemplados com a autorização, fato este encarado pelo Presidente como óbvio: "A BRASILGÁS não quer perder o monopólio, embora não reconheça que a população e os proprietários dos postos seriam beneficiados com a atitude, pois o único depósito existente na cidade é muito distante".

Por outro lado, o gerente comercial da BRASILGÁS em nossa cidade, Antônio Santillo, afirmou que a empresa não tem nenhuma participação no tocante a autorização da revenda do gás. "Nós apenas obedecemos ordens do CNP", disse o gerente, fato esse contestado pelo Presidente do Sindicato: "Claro que a empresa detentora do monopólio tem responsabilidades, declarou Eilton, pois se a lei permite a revenda, desde que autorizada pela mesma, todos os pedidos têm que passar pelas mãos da BRASILGÁS que, neste caso, não quer dividir os seus lucros com os proprietários dos postos, pois não seria interessante para eles, e com isso, a maioria dos postos estão, cada vez mais, falidos de portas abertas."

Deixamos aqui o nosso apelo para que o Governo volte suas atenções para este setor da economia nacional, em especial levando em conta os reflexos advindos do possível fechamento de 30% dos nossos postos. Se tal ocorrer, as consequências serão dramáticas, principalmente para grande número de brasileiros no Nordeste, onde há grande dificuldade de vida e enorme escassez de empregos.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lázaro Barboza.

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Ao término do V Congresso Brasileiro de Radialistas, realizado nos dias 15, 16 e 17, na Capital da Bahia, os radialistas brasileiros aprovaram as conclusões de diversos temas ali tratados e que consubstanciam as principais reivindicações da classe.

Um importante documento, que denominaram "Carta de Salvador", os nossos radialistas manifestam-se pela eliminação da censura prévia no rádio e na televisão e pela revogação do Decreto-lei nº 1.632, de 1978, que restringe o direito de greve, tendo solicitado, ainda, providências contra a proliferação dos enlatados (filmes e vídeo-tapes) de origem estrangeira, e os programas que divulgam cenas de violência.

Tendo em vista a relevância do documento, entendemos de toda conveniência proceder à leitura de seu inteiro teor, a fim de que conste de nossos Anais.

É a seguinte, na íntegra, a "Carta de Salvador", aprovada no V Congresso Brasileiro de Radialistas:

"Os radialistas brasileiros reunidos em Salvador, durante os dias 15, 16 e 17 de setembro de 1978, em seu V Congresso, aprovam e dão divulgação desta "Carta de Salvador" à categoria e às autoridades constituídas das decisões do conclave:

I — que o Poder Executivo, ao realizar cursos de qualificação de mão-de-obra, ouça preliminarmente o sindicato representativo dos trabalhadores e, na falta deste, a federação respectiva, a fim de que não seja estimulada a rotatividade da mão-de-obra e o aviltamento salarial por seu excesso;

II — que sejam feitas proposições aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para a reformulação da atual legislação sindical, impeditiva da negociação de convenção coletiva de trabalho;

III — que o Poder Executivo revogue o Decreto-lei nº 1.632/78, que restringe o direito de greve, assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil;

IV — que o Ministro do Trabalho revogue a Portaria nº 3.337/78, que impede a reunião de dirigentes sindicais de categorias diversas, já e vários assuntos são do interesse geral dos trabalhadores e não apenas de uma categoria, a exemplos das reuniões das categorias econômicas, e que esse direito está inserto na Constituição da República Federativa do Brasil e na Declaração dos Direitos Humanos, da ONU, da qual é signatário o Brasil;

V — que as empresas de televisão atendam aos reiterados apelos dos sindicatos dos radialistas e do Ministério das Comunicações, no sentido de evitarem programas que mostrem violências, provocando no seio do telespectador também a violência;

VI — que os órgãos competentes não permitam a proliferação dos enlatados (filmes e "vídeo-tapes") de origem estrangeira, que danosamente contribuem para a deformação da mente pacífica e da cultura brasileiras, incentivando, sim, programas regionais que atendam aos costumes nacionais e melhorem o mercado de trabalho dos profissionais da radiodifusão;

VII — que seja eliminada a censura prévia no Rádio e na Televisão, reivindicação dos radialistas brasileiros, a fim de que a informação não seja impedida de ser divulgada ao público que merece todo o respeito desses profissionais, razão da existência da radiodifusão;

VIII — após as decisões do II Congresso em Florianópolis, do III Congresso, realizado em Recife, e do IV Congresso, realizado em Brasília, onde o Presidente Geisel prometeu, aos radialistas, em audiência, o envio do projeto de lei, que regulamenta a profissão, ao Congresso Nacional, quando de sua reabertura em agosto do ano passado, outras reuniões foram realizadas com Assessores dos Ministérios do Trabalho e das Comunicações, que concluíram pelo texto apreciado e aprovado por este Congresso, esperando que até o próximo dia 21 de setembro, "Dia dos Radialistas", seja encaminhado ao Poder Legislativo, onde será discutido e analisado entre a Federação Nacional dos Radialistas e os Parlamentares."

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, em homenagem aos radialistas do Brasil, no dia a eles consagrado, e com preito de reconhecimento e admiração pelo muito que têm feito pelo engrandecimento de nossa Pátria. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador Otair Becker.

O SR. OTAIR BECKER (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Na quinta-feira passada, dia 14, faleceu em São Bento do Sul um de seus mais ilustres filhos, Sr. Carlos Zipperer, enlutando a sociedade daquela cidade catarinense. Seu amigo e admirador, lastimei sinceramente sua morte e não poderia deixar de vir a esta tribuna para uma merecida homenagem à sua memória.

Carlos Zipperer nasceu a 12 de março de 1894, em São Bento do Sul. Filho de Josef e Ana Maria Zipperer, imigrantes austríacos que vieram para Santa Catarina, fixando-se em São Bento do Sul. Nesta cidade, Carlos Zipperer viveu sua infância e fez seus estudos iniciais, que concluiu em Curitiba, para onde seu pai o mandara. Na capital paranaense, estudou e trabalhou como auxiliar de escritório de uma empresa local, desta forma se sustentando. Logo retornaria a sua terra natal, casando-se com Frieda Lutz, em 1914, o casal vindo a ter dois filhos: Bráulio e Irene.

Carlos Zipperer teve vida árdua, de trabalho intenso. Em São Bento do Sul trabalhou como empregado numa casa comercial — de Hugo Fischer — durante quatro anos, após o que fundou uma casa comercial própria, tornando-se, ainda, agenciador de seguros. Trabalhador, realizador e homem de tempera, Carlos Zipperer exerceu múltiplas atividades, no comércio e na indústria, participando do vigoroso progresso que até hoje caracteriza São Bento do Sul. Em 1948, foi convidado para diretor da Móveis Cimo, onde permaneceu por 25 anos, contribuindo para o engrandecimento dessa grande empresa, conhecida em todo o Brasil. As responsabilidades assumidas nessa empresa o forçaram a fixar residência em Rio Negrinho até o ano de 1976 quando, já aposentado, retornaria à sua querida São Bento do Sul, onde veio a falecer aos 84 anos, cercado do carinho e da admiração de toda a população.

Em sua longa vida, Carlos Zipperer participou intensamente da vida econômica, social e cultural de sua terra natal, bem como de Rio Negrinho, desempenhando, por várias vezes, as funções de Juiz de Direito (suplente), Juiz Distrital, Juiz de Paz e Prefeito de São Bento do Sul. No meio social, sempre participou dos grandes empreendimentos recreativos, sociais e culturais, jamais recusando sua entusiástica colaboração, o que o levou a integrar a direção de diversas sociedades, dentre elas o Clube de Tiro, Caça e Pesca 23 de setembro. Foi um dos fundadores da Banda do Treme, exercendo sempre quaisquer atividades com competência, dinamismo e zelo excepcionais. Durante toda sua vida, foi um grande amante da música, possuindo invejável discoteca.

Com seu espírito alegre, seus trajes, canções, seu estilo de vida buscou sempre simbolizar os imigrantes e manter viva a imagem e costumes destes.

Carlos Zipperer não era apenas conhecido de todos em sua terra natal e em toda a região: era, sobretudo, estimado e admirado, varão ilustre e excelente amigo que soube ser em toda sua vida. Seu falecimento foi sentido por todos e é com grande pesar que ora ocupo esta tribuna, prestando-lhe esta simples mas sincera homenagem, expressando, mais uma vez, a seus familiares, meus sentimentos de pesar.

Felizmente, o exemplo de trabalho e dedicação de Carlos Zipperer não se perderá, perpetuado que fica em sua descendência e na memória do povo de São Bento do Sul e Rio Negrinho, que tão bem o conheceu e o estimou. Sua memória jamais se apagará, sobretudo na cidade em que nasceu e que amou intensamente, nela vindo a falecer como era de seu desejo! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador Arnon de Mello.

O SR. ARNON DE MELLO (ARENA — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Trago a esta Casa assunto que considero relevante para o País. Ouço afirmar-se que a juventude se distancia do elemento político, mas a realidade não justifica tal afirmação, como prova o acontecimento de que dou contas hoje ao Senado: todas as turmas da Universidade Federal do meu Estado, em eleição livre e honesta, escolheram por grande maioria um Senador da República para paraninfo da sua formatura. É fato que me alegra comunicar a esta Casa especialmente porque, além de distinguir o Senado da República na pessoa de um de seus membros, desmente aquela corriqueira alegação.

Agradecendo a honra que me dispensaram os universitários alagoanos, falei-lhes, inicialmente, indagando o porquê da minha escolha para distinção tão alta.

"Porquê a mim? Porquê, jovens universitários, meus conterrâneos, me escolhestes, entre tantos nomes ilustres de Alagoas e do Brasil, para paraninfo este ano de todos vós, das turmas de todos os cursos da UFAL?"

IDENTIDADE DE VIDA

Será pela identidade das nossas vidas, das vidas de quase todos os estudantes que, sem recursos, se empenham em aprender para ser mais útil à sua comunidade, tal como eu, que, menino pobre, de dezoito anos, deixei um dia esta terra maravilhosa e fui para o Rio de Janeiro, em busca de maiores oportunidades de estudo e trabalho a fim de obter elementos com que servir melhor ao povo alagoano?

GOVERNADOR DO ESTADO

Será, porque, anos depois, candidato a Governador do Estado em pleito tempestuoso, concedeu-me generosamente o nosso povo retumbante vitória, à qual me empenhei em corresponder, dedicando ao exercício do meu mandato todas as minhas energias, e realizando, quase sem dinheiro, àquele tempo raro e difícil, obras que, — como a estrada asfaltada de Maceió a Palmeira dos Índios, que ainda hoje permanece no mesmo ponto em que a deixei, sem um metro sequer de acréscimo, — deram nova fisionomia e novos rumos a Alagoas?

GAZETAS

Será porque, inteiramente devotado aos interesses da nossa comunidade, mantenho entre nós a *Gazeta de Alagoas*, que fala bem alto do nosso estágio de desenvolvimento, incorporando sempre as técnicas mais modernas? Será por que fundei, em 1962, a *Rádio Gazeta de Alagoas*, que, segundo um conterrâneo amigo, mais parece um Pronto Socorro, tão rápido atende a quem a ela recorre? Será por que, em 1975, como sempre dominado pela preocupação de servir, instalei em Maceió, exibindo a melhor programação do País, a *TV Gazeta de Alagoas*, para que o nosso Estado não se mantivesse na desgraçada situação de ser o único no Brasil sem uma emissora de televisão, desgraçada situação que, não fôssemos nós, seria a mesma ainda hoje, permanecendo eu sempre fiel àquele slogan da minha campanha de 1950: "precisa do voto para dar ao povo o que o povo precisa"?

TELEVISÃO

Numa terra como a nossa, de tão elevada taxa de analfabetismo, a *TV Gazeta de Alagoas* representou, é claro, grande contribuição ao seu desenvolvimento cultural, social e político.

A televisão serve, por certo, a todas as classes, porém, sobretudo, às mais necessitadas, que são tão carentes de conhecimentos. E foi precisamente por isso que há três anos me animei ao sacrifício de montar a nossa emissora, que só Deus sabe quanto nos custou para manter não apenas em recursos financeiros mas também em esforços e atenções a fim de proporcionar a Alagoas o que há de melhor na matéria, dentro do mais elevado padrão técnico. O telespectador, que assiste aos nossos programas, à tarde e à noite, e vê tudo, tão certo, tão exato, sem trovoadas nem fantasmas, não pode calcular o que eles representam para nós em trabalho, cuidados e preocupações a fim de bem servi-los e jamais decepcioná-los. Tenho sempre presente na memória o caso da repetidora da Mariquita, que nunca nos fornecia imagens e sons como seria de desejar, irritando e desesperando os alagoanos, que ansiosamente procuravam captá-los.

Já contei a história de uma candidata a emprego de cozinheira em Brasília que, antes de acertar o ordenado, cuidava de saber se teria permissão da dona-da-casa para instalar em seu quarto de dormir um bruto aparelho de televisão, que ocupava espaço imenso. Nas favelas do Rio, como nos bairros pobres das cidades, é enorme o número de antenas de TV por eles espalhadas, o que comprova a fome de conhecimentos dos mais pobres, dos desprotegidos e semi-alfabetizados, que a bem dizer tiram pão do estômago para pagar a prestação do televisor que a duras penas adquirem.

ANALFABETISMO

Tenho por isso dito e repetido que não se pode mais apurar o analfabetismo pelo simples analfabetismo de letras. Se o analfabeto busca nas letras instrumento com que obter conhecimentos, ministra-lhe a televisão conhecimentos de toda ordem, que o capacitam a dirigir a agir, às vezes até com maiores aptidões que os próprios letrados. No mês passado, aliás, como já referi alhures, figura da maior importância deste País, apoiando tal ponto de vista, contou-me o seguinte fato: "Há poucos dias, ao tomar à tarde, meu automóvel, o chauffeur, que é semi-alfabetizado, surpreendeu-me com esta pergunta: "Mas o Senhor viu, Dr., o que estão fazendo no Líbano?" Preocupado com os meus afazeres, de nada sabia eu a respeito porque não tivera tempo de assistir ao noticiário da televisão. E o meu chauffeur semi-alfabetizado, já se achava no conhecimento de tudo."

É interessante fazer tais verificações, pois, através delas, vemos que os dirigentes do País e dos Estados e os líderes políticos atingirão sempre o maior número, alcançarão o povo para cientificá-lo do que ocorre e transmitir-lhe as suas mensagens. E em período eleitoral, quando se trata de um pleito com a significação do que em breve vai se travar entre nós, sendo o voto quantidade e não qualidade, aí é que chegamos à conclusão de como é importante o papel da TV, que amplia por igual a faixa de conhecimentos de todas as classes sociais.

CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRESSO

Enfim, para concluir a análise no sentido de fixar a razão da escolha do meu nome como paraninfo de todas as turmas de concluintes da Universidade Federal de Alagoas, poder-se-ia considerar ainda o fato de haver eu implantado aqui o maior complexo de comunicação da nossa terra e um dos maiores do Nordeste, trazendo aos alagoanos e aos nordestinos um excelente som e imagem e lhes dando notícia de quanto acontece no Estado, no Nordeste, no Brasil e no Mundo, por intermédio da nova *Gazeta*, moderna e bem feita, e de magníficas emissoras de Rádio e Televisão, que cobrem a bem dizer o nosso território e extrapolam nossas fronteiras. Procurando contribuir, assim, da melhor forma possível, para acelerar o nosso desenvolvimento, com o investir todos os recursos que posso em nossa terra, trago também para o dirigirem, a esse complexo de comunicação, meus próprios filhos — a maior riqueza que o ser humano possui —, os quais amam Alagoas tanto quanto eu próprio.

HONRA INSIGNE

Mas, nem tudo isso justificaria, meus afilhados honra tão insigne qual a com que me distinguistes, naturalmente mais resultante da vossa generosidade do que meus parcos merecimentos. Recebo-a como um estímulo para que me fortaleça e possa prosseguir na determinação de lutar em bem da nossa terra e dos nossos coestaduanos, sempre com o mesmo ímpeto e o mesmo entusiasmo que nunca deixei de dedicar-lhes.

Devo, entretanto, afirmar que destes prêmio excepcional a quem está consciente de que nada mais tem feito senão cumprir o seu dever de alagoano e brasileiro, retribuindo, aliás, inesquecíveis e inigualáveis manifestações de apreço recebidas do povo alagoano pelos anos afora.

A SERVIÇO DE ALAGOAS

Alegro-me lembrar que fui eleito Governador do Estado numa verdadeira revolução pelo voto, quando ainda não existia a cédula oficial e o eleitor manifestava sua vontade através da chapa que ele próprio conduzia à seção eleitoral. No cumprimento do meu mandato, empenhei-me ao máximo, repito, pelo nosso progresso econômico, cultural e político, vale dizer, social. E não faltei aos compromissos assumidos com o povo. As palavras pronunciadas nos comícios eram para ser realmente cumpridas e nunca apenas para conquistarem votos e logo depois serem esquecidas e negadas. O dicionário que eu compulsava jamais foi de antônimos senão sempre de sinônimos.

SENADOR POR ALAGOAS

Para comprovar a verdade do que digo, note-se que, anos depois de deixar o Governo, fui, contra forças poderosíssimas, candidato a Senador da República, e, embora o Partido que submeteu meu nome ao eleitorado, o PDC, estivesse em oposição aos governos estadual e Federal, e não possuísse aqui mais que dois ou três diretórios municipais, logrei, adotando faixa própria, ou melhor, como candidato do povo, obter a maior votação até então alcançada no Estado por qualquer postulante a cargos eletivos.

PRIVILÉGIOS

No decorrer da campanha eleitoral, vale a pena contar-vos, ao chegar a determinado município soube que adversários, que por lá haviam passado, me acusaram de contradição porque, sendo um privilegiado, combatia os privilégios. Aproveitando a deixa, disse, então, em praça pública: "Imaginem os meus adversários que impressionam o povo apontando suposta contradição na minha luta contra os privilégios, quando não há contradição alguma. Sou, realmente, um privilegiado porque, embora a muito custo, consegui forçar-me em Direito, e tenho casa para morar. Minha condição de privilegiado, porém, é que me dá mais autoridade para lutar contra os privilégios, tanto ninguém pode dizer que o que me move é o sentimento da inveja. Se eu, ademais para atender os meus adversários,

distribuisse o que possuo, ficaria a ver navios, não teria com que lutar e até daria margem a ser acusado de invejoso ou de repetir o gesto da raposa de La Fontaine. Além disso, o que sinceramente desejo é que todos tenham privilégios para estudar, alimentar-se, cuidar bem da saúde e morar. Não desejo nivelar por baixo mas por cima.”

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR

Esforcei-me e me tenho esforçado para estar sempre à altura de representante deste Estado no Congresso Nacional, com o objetivo de bem servir ao nosso povo generoso e bom, e de elevar cada vez mais o nome de Alagoas, estudando e debatendo os mais graves problemas nacionais com a visão do alagoano, do nordestino e do brasileiro.

Minhas palavras se fizeram ouvir na Tribuna do Senado em defesa de Alagoas, quando, por determinação do Instituto do Açúcar e do Alcool, executando lei injusta de fixação de quotas de produção, as nossas usinas tiveram suas moagens paralizadas, apesar de ainda haver toneladas e mais toneladas de cana nos nossos campos por serem moídas e que o sol terminaria moendo. Recordei-me, então, do caso da Usina Brasileiro, na Atalaia, que, vencida pelas dificuldades financeiras, encerrara anos antes suas atividades agro-industriais, e os seus trabalhadores rurais e operários por longo tempo ficaram a ver navios, sem pão e sem emprego. Graças a Deus, porém, a situação de hoje é bem diversa: a Alagoas foi assegurado o direito de produzir. Saímos, assim, do pobre sapato chinês dos sete milhões e tanto de sacos para os dezoito milhões e seiscentos mil, que foi quanto produzimos na última safra, e, segundo diz o competente industrial José Carlos Maranhão, ainda mais produziremos na de 1977/78, já estimada em vinte milhões de sacos.

OUTROS ASSUNTOS

Falei também da Tribuna do Senado, sobre a situação do Nordeste e da SUDENE, e os meus pronunciamentos de então continuam atuais no debate dos problemas da região.

Largamente tratei, antes do aumento do preço do petróleo, da energia nuclear, e vemos hoje o Governo da União adotar sábia política energética, indispensável ao nosso desenvolvimento.

De muitos assuntos me ocupei eu ainda, inclusive dos referentes aos vestibulandos excedentes e ao reconhecimento do CESMAC pelo Governo Federal, possibilitando que estudem durante a noite os que trabalham pelo dia. Jamais, aliás, me neguei a servir a quantos universitários me têm procurado para com eles colaborar nas suas justas reivindicações.

Se, como Governador do Estado, agi de tal modo que ainda hoje ouço de pessoas, que àquela época em mim votaram, que nunca se arrependeram do seu ato, tanto jamais deixaram de me honrar com o seu sufrágio, — não é outra, conforme se vê, minha conduta como Senador, tanto, no exercício do mandato, me tenho empenhado e me empenho em ser útil à minha terra, à minha gente e à minha Pátria.

LINGUAGEM FRANCA

Ante vossa atitude, extremamente amigável, que muito me sensibilizou, devo, meus jovens afilhados, falar-vos a linguagem mais franca, sinceramente dizendo-vos como vejo, com a minha experiência, os valores e realidades atuais.

Antes, porém, alegre-me renovar-vos neste ensejo o meu agradecimento mais profundo. Meu sentimento de gratidão se mistura com o de admiração por tantos líderes nascentes que na oportunidade magistralmente se afirmaram. Todos os tipos de liderança foram, no episódio da minha escolha, fartamente provados, quer implícita quer explicitamente, cada qual buscando o melhor relacionamento entre a Universidade e as conveniências do meio e do momento, de forma a alcançar resultado que se integrasse na realidade presente sem ferir os interesses da instituição.

VIDA UNIVERSITÁRIA

Diante de vós, jovens afilhados e amigos, relembro os meus tempos de estudante, na velha Faculdade de Direito da rua do Catete, no

Rio de Janeiro. Fui contemporâneo de um sem número de moços que prestaram e prestam ao Brasil serviços inextinguíveis. Para não me alongar demais, abusando da vossa paciência recorde apenas um deles, e com muita saudade, porque já se foi para o outro mundo, Santiago Dantas, que dividia a vida em três fases principais: a da conquista do saber, do ter e do ser. Estava ele na primeira fase. Haveria de vencê-la para depois dedicar-se ao ter e em seguida ao ser. Foi o que fez, como sabemos, e muito bem, sempre ligando o ser ao servir.

NA FACULDADE DE DIREITO DO RIO

Daqui de Maceió, levarei eu cartas de apresentação de numerosos amigos, uma delas de Craveiro Costa para o nosso ilustre contemporâneo, juriconsulto Pontes de Miranda, que me encaminhou a Carlos Porto Carreiro, autor da bela tradução portuguesa do Cid, de Carneille. Submeti-me ao exame vestibular, e passei. Mas as necessidades da existência não me permitiriam fazer vida universitária, e, como a frequência não era, àquele tempo, obrigatória, pude trabalhar durante o dia e à noite dedicar-me ao estudo.

CESMAC

Com tal experiência, cheguei a Bacharel em Direito, e, baseado nela, é que lutei, tenazmente, ao lado do grande educador Padre Teofanes de Barros, do ex-Prefeito João Sampaio, do Vereador Benedito de Lira, do ex-Governador Afrânio Lages, do atual Governador Divaldo Suruagy, então Presidente da Assembleia Legislativa, para que o CESMAC se tornasse uma realidade e Maceió pudesse contar com uma Universidade noturna, na qual os jovens, que trabalham pelo dia, repito, têm assegurado o direito de estudar à noite.

BACHAREL EM DIREITO

Já que falei em meu curso de Direito, estimaria referir aqui alguns aspectos pertinentes ao assunto. Sendo eu, como disse, Bacharel em Direito, conversava a respeito, certa vez, com João Neves da Fontoura, o grande líder da Aliança Liberal e da Revolução de 1930, e dele ouvi que considerava o curso de Direito ideal para o estudante pobre, porque, verdadeira encruzilhada, lhe permitia seguir qualquer caminho. E estadista que entrevistei na Europa dizia-me também que acertara em cheio por ter escolhido a carreira de Bacharel em Direito visto como todos os dias apelava para os conhecimentos adquiridos na Faculdade a fim de bem cumprir sua missão de homem de governo.

CIÊNCIAS EXATAS E DIREITO

No Senado Federal, tenho tido ensejo de fazer numerosos pronunciamentos sobre ciências, e num deles estranhei que no Brasil houvesse tantas Faculdades de Direito, donde saem bacharéis que, constituindo super-produção, não encontram mercado de trabalho nem aqui nem muito menos no exterior, e são numerosos os que me procuram em Brasília para obter empregos a quem da sua condição de diplomados. Defendia então que, se, ao invés de se dedicarem ao Direito, os jovens se dedicassem às ciências exatas, encontrariam com facilidade mercado de trabalho em qualquer parte do mundo.

A propósito disse-me certa vez Pedro Aleixo, o inolvidável homem público de Minas Gerais.

— Concordo em parte com as suas razões. Não esqueça, porém, que foi nas Faculdades de Direito de Olinda e São Paulo que se formou grande parte dos homens públicos que fizeram a Independência do Brasil, porque, depois de fundadas, os brasileiros não careciam transportar-se a Lisboa para fazerem seu curso superior. As Escolas de Direito são, afinal, centros de formação de homens públicos, aos quais caberá amanhã o Governo do País.

Não esqueci as opiniões de João Neves e Pedro Aleixo, cada qual apreciando o problema de um ângulo diferente, mas continuo me batendo pela prioridade das ciências exatas. As citações que fiz não se referem, aliás, à UFAL, onde, no ano passado, a maior turma de formandos era de engenharia e este ano é de medicina.

VISITA À VELHA FACULDADE

Certa manhã, visitei no Rio a velha Faculdade de Direito onde me formei, e lá decidi fazer uma ligeira *enquete* entre os estudantes. Perguntei-lhes por que haviam decidido estudar Direito. E as respostas não variavam: "Porque é mais fácil". "Porque há mais escolas de Direito". "Porque se tem certeza de que, passando no Vestibular, está garantida a matrícula, desde que são muitas as vagas existentes".

Vale frizar, a tal propósito, meus afilhados, que nada mais fácil do que instalar uma Faculdade de Direito que exige apenas salas de aulas e cadeiras. Para instalar, porém, uma Escola de Medicina, além das salas e das cadeiras, necessários se fazem o cadáver, o hospital, o laboratório, etc. As Escolas de Direito têm de ser, portanto, evidentemente, em bem maior número.

Foi por isso que aconselhei a meus filhos mais moços que seguissem outras carreiras, e não a de Direito, sem que tal decisão importasse em afastá-los da política. Mesmo porque nem todos os homens públicos precisam estudar Direito. Octávio Mangabeira, por exemplo, para citar um só e dos mais recentes, era engenheiro e, no entanto, ninguém melhor do que ele desempenhou as funções públicas que lhe foram confiadas.

O 477

Cumpra recordar tudo isso, no momento em que, vencida a etapa transitória da vida política revolucionária, cuida-se agora das reformas, inclusive da eliminação do 477, que, impedindo, por um lado, o estudante de tratar na Universidade de assuntos estranhos ao seu curso, o livrou, por outro lado, de incorrer na Lei de Segurança Nacional, cujas penas são, como sabemos, muito fortes. Reconheçam, assim, os dirigentes revolucionários a necessidade da participação dos estudantes na vida política, evitando, ainda, com tal reconhecimento, a rutura das gerações ou o envelhecimento dos nossos quadros políticos, ambos sobre o desastrosos ao futuro do País.

VANTAGENS

Admita-se, entretanto, que o período de não participação dos universitários na vida política nacional trouxe-lhes e à Nação vários benefícios. A fase de contenção, que por alguns anos viveram, deu-lhes, aos moços, ensejo para meditar e amadureceram. Os jovens estão agora mais conscientes da sua responsabilidade. Em vez de se entregarem a passeatas de protestos, como em 1969, com a maturidade, que adquiriram, ganharam mais autoridade para atuar na defesa de suas reivindicações e direitos, e em prol da vida pública nacional. Houve, assim, em tal sentido, sem qualquer sombra de dúvida, uma mudança para melhor no setor universitário.

APELO AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Trato aqui de aspectos da vida pública relacionados com a Educação e devo, a propósito, dizer-vos que fui procurado por um dos vossos colegas, inteligente e sensato, que me fez numerosas sugestões sobre assuntos a debater, e entre elas, esta, que por escrito me deixou: "É justo que haja Universidades pagas. Não é justo, porém, que haja proliferação de cursinhos e Universidades com o único intuito de comercializarem o ensino ou explorarem economicamente os estudantes. Queremos, assim, uma fiscalização mais rigorosa por parte do Ministério da Educação, e fazemos apelo ao Senhor Ministro para que dê um basta no absurdo."

DIFICULDADES

Ide, agora, meus jovens conterrâneos, depois de exuberantes demonstrações de liderança e de amor aos estudos, enfrentar a vida cá fora, já possuído do diploma que com justiça obtivestes.

Ide, em resumo, enfrentar dificuldades de toda ordem, entre as quais a do mercado de trabalho, que rareia, e, quando existe, se apresenta bem reduzido, e, ainda por cima, pouco acessível.

MERCADO DE TRABALHO

É este um dos problemas mais graves do nosso Nordeste e também do resto do Brasil. Com a nossa taxa de crescimento demográfico, sobremaneira alta, não temos como assegurar emprego a quantos dele necessitam neste País, sobretudo empregos de mão-de-obra qualificada ou especializada, como as do que, a exemplo de todos vós, dispõem de diplomas de curso superior.

Ademais — já o disse eu em outro ensejo —, há hoje quem se preocupe somente em colecionar diplomas, sem o devido lastreamento de estudo, diplomas que servirão apenas para enriquecer o *curriculum vitae* de quem busca colocação mas não atendem ao requisito de competência, fundamental ao desenvolvimento.

JAPÃO

Há alguns anos, visitando o Japão, lá vai outra repetição, surpreendeu-me o progresso do País que, sendo dos mais pobres do mundo, quase sem possuir sequer terra e naturalmente sem possuir fontes de carvão, de ferro ou de petróleo, é no entanto, a terceira nação do mundo em ferro e aço competindo vantajosamente, no mercado internacional, com as maiores potências. Não me foi difícil, todavia, encontrar a causa de tal êxito. Há, na Legislação japonesa, dispositivo segundo o qual não podem ser nomeados:

- Os incompetentes;
- Os semi-incompetentes;
- Os falidos não reabilitados;
- Os condenados à pena superior à do confinamento.

É o culto da competência que existe por lá, sem a qual não há desenvolvimento. E mais: sem o culto da competência, nada mais se faz senão retroagir.

Foi assim que o Japão chegou ao ponto ideal em que se encontra. O Mundo está cheio de jovens japoneses que, concluindo o curso em sua Pátria, viajam pelos países mais adiantados a fim de absorver maiores conhecimentos. Anote-se, aliás, que o transistor, descoberta americana, foi de tal forma aperfeiçoado no Japão que para muita gente até parece invenção nipônica.

UM FATO

Desenvolvimento é saber, tanto mais quanto, com a ciência e a tecnologia, os problemas cresceram de importância, o que impõe sempre maior criatividade.

Vale a pena narrar aqui um caso pertinente ao assunto, e que assisti no Rio de Janeiro. Grande firma construtora, convidada a participar de concorrência que envolvia a segunda etapa de obra já em execução em Aratú, na Bahia, mostrava-se desinteressada de aceitar o convite, considerando que a construtora, que fizera a primeira etapa da obra, tinha melhores condições de vencer a concorrência, pois lá já se achava instalada com equipamento, canteiro de serviço, etc. Sucedeu, entretanto, que acabara de admitir em seus quadros de engenheiros um jovem italiano, e este, examinando o projeto, logo declarou que ganharia longe a concorrência. Dito e feito. Venceu-a por diferença superior a Cr\$ 600.000.00, que, ainda hoje, quinze anos passados, é quantia bem avultada e naquele tempo era bem maior.

Comentário que a propósito ouvi do chefe da firma vencedora:

— Ganhamos a concorrência por uma diferença de seiscentos mil cruzeiros a menos, em relação à proposta da segunda colocada, exatamente a firma vencedora da primeira concorrência e que já se encontrando lá instalada. Mas, em verdade, mesmo com os nossos preços baixos, iremos ganhar bem mais que a outra concorrente, apesar da sua proposta de preço maior.

JUVENTUDE

Meus jovens conterrâneos

Estimo profundamente falar-vos neste momento grave quando a vida pública tanto precisa de vós. Tem o Brasil mais da metade de sua população constituída de moços de menos de 25 anos, e 70% com menos de 30, o que quer dizer que somos um País de maioria jovem.

É, assim, muito grande a importância do papel que a mocidade desempenha entre nós.

Aliás, os jovens sempre atuaram na dianteira, no Brasil. D. Pedro I, por exemplo, com 23 anos deu o grito do Ipiranga, proclamando a nossa independência; e D. Pedro II não tinha mais de 14 anos quando foi feito Imperador. Não falemos de Castro Alves e de tantos outros homens de inteligência e pensamento, que deixaram, ao morrer, ainda na flor da idade, obras imperecíveis, produzidas na extrema juventude. Lembremos-nos, contudo, do nosso Tavares Bastos, um dos homens-faróis do II Império, que morreu aos 36 anos e cujo primeiro livro publicou aos 23 anos de idade.

Como no Brasil, temos também exemplos nos Estados Unidos da América, onde Thomas Jefferson foi, com 32 anos, o autor de Declaração da Independência; e Alexandre Hamilton lutava com 19 anos, pela mesma causa. E, mais recentemente, John F. Kennedy não chegou à Presidência da República com 42 anos?

INJUSTIÇA SOCIAL

Mas há a acrescentar ainda que a maioria jovem das populações é constituída de elementos amadurecidos — tanto a ciência e a tecnologia aceleraram a sua maturidade — e pensam como adultos. Já se disse, creio que Karl Jasper, que os jovens, se não sabem precisamente o que querem, sabem muito bem, no entanto, o que não querem. Não querem evidentemente a injustiça social, de que decorrem a miséria, a doença, a ignorância. Não querem a indiferença ou a omissão pela sorte dos desamparados, dos desprotegidos, dos necessitados, dos sem pão e sem teto. O fato é que a juventude de hoje possui visão e discernimento que lhe dão autoridade para condenar o erro e sugerir o acerto.

PAPEL DE MOÇOS

Alteiam-se, assim, os moços, cuja voz cumpre ao homem público ouvir com atenção. E, mais ainda, humildemente assume deveres, convencida de que o Brasil carece da sua contribuição para garantia do seu porvir, de que é afinal a responsável, porque é a herdeira. Engano imaginar-se que a irresponsabilidade é característica sua. Muito pelo contrário. A consciência da missão que lhe cabe na vida social, como peça básica, afasta-a mesmo do material, e a eleva ao plano espiritual. É dentro desse contexto que não compreende, por exemplo, como a tão louvada democracia grega dos tempos históricos se baseasse economicamente na escravidão, na venda de seres humanos, tanto como não entende a discriminação racial, o *apartheid*, que nega aos pretos a condição humana e lhes tira o bem-estar.

CONSTRUIR

Os jovens querem outras dimensões para a vida, dentro da qual logo procuram ser e não vir a ser, entregando-se a tarefas as mais árduas para construir.

Construir uma sociedade mais justa, que não se satisfaz com a liberdade formal. Aliás, recordando o Deão de Caterbury, poder-se-ia perguntar: "Que adianta ter-se liberdade para ir ao cinema se não se possui dinheiro para pagar a entrada?"

É evidentemente indispensável a transformação social para que se apaguem os vulcões cujas labaredas já crepitam aos nossos pés. Transformação social pacífica, como tenho dito e repito, embora nossa mestra, a História, não nos deixe otimistas a tal propósito, porque não nos apresenta exemplos de quem haja aberto mão, pacífica e voluntariamente, de privilégios. Mas quanto a nós, não tivemos a abolição da escravidão, feita pelo próprio trono? E a legislação trabalhista, plasmada por Lindolfo Collor, não foi feita dentro da ordem e da paz, com o apoio das nossas forças econômicas?

CONCLUSÃO

Mas, meus afilhados, a maldizer as trevas, é preferível, para dissipá-las, acender uma vela, por menor que seja, ela ou, em outras palavras, como disse Churchill ao ser convocado em hora gravíssima

à Chefia do Governo da Inglaterra e levá-la ao grande triunfo de 1945: "Não nos detenhamos na luta entre o presente e o passado, porque correremos o risco de perder o futuro".

Conscientizados de que velho mundo já era, abris, como jovens, o caminho para o amanhã deste grande País, que confia em vós. E o abris, estou certo, não *cada um por si* mas *todos pela causa comum*, como faziam os pioneiros americanos, citados por John F. Kennedy. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador Otto Lehmann.

O SR. OTTO LEHMANN (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Medida de incentivo das mais úteis tem se mostrado a isenção concedida pelo Governo, às empresas que alienem imóveis de seu ativo fixo, do pagamento do Imposto de Renda sobre tais operações, desde que o produto delas reverta ao capital da própria empresa.

É que tal medida permite aos empresários evitar o recurso ao crédito, quando tenham de reforçar seu capital de giro, evitando com isso o inflacionário pagamento de juros.

Além disso, é salutar para a economia, como reiteradamente têm afirmado os Srs. Ministros das áreas econômicas, que as empresas não imobilizem senão o capital estritamente necessário para o exercício de sua atividade, revertendo assim, tanto quanto possível, os seus recursos para o capital de giro, verdadeiro móvel da busca do objetivo econômico a que se tenha o empresário proposto.

Aliás, é sempre bom lembrar que as empresas sujeitas ao controle direto do Banco Central do Brasil recebem deste, frequentemente, determinação para alienarem parte do seu imobilizado, por se mostrar este excessivo.

Ora, não se pode induzir as empresas a alienar capital, mantendo-se a sangria de 30% sobre o lucro, que é a alíquota aplicável de pagamento de Imposto de Renda em tais casos; a isenção, assim, foi das medidas mais felizes que o Governo Federal poderia ter tomado para incrementar o aumento de capital de giro das empresas, sem onerá-las com o pagamento de juros, forçando-as à alternativa do empréstimo.

Ocorre, Sr. Presidente, que tal medida tão salutar somente vigiará até o próximo dia 31 de dezembro; e não vemos motivo para afastá-la, ainda mais em momento que não nos permite dispensar qualquer arma com que possamos contar no combate à inflação e no fortalecimento de nossa economia.

Parece-nos que mais ganhará a Nação se for mantida a isenção do que se passar a tributar tais operações, que, com a incidência de tributos, naturalmente ficarão muito reduzidas, trazendo bem pouca vantagem ao Erário e, em contrapartida, levando a maior imobilização do capital das empresas, o que é nocivo e de todo desaconselhável no momento.

Faço, pois, desta tribuna, apelo ao Sr. Presidente da República, posto que se trata de matéria de sua competência exclusiva, para que prorrogue a vigência de tal isenção, cuja revogação, como já ressaltamos, não se daria, agora, no melhor momento. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao Nobre Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (ARENA — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Há dez anos, a revista *Veja* se encontra no mercado da opinião nacional, distribuindo informações às várias faixas de nosso público leitor. E nos cumpre proclamar: nesta missão, não procurou exacerbar ânimos. Desobrigou-se de sua tarefa, tentando orientar o povo dentro da ordem, da dignidade e do respeito.

Um órgão informático é feito por muitas mãos. São vários jornalistas que recolhem as informações e as veiculam. Difícil, por isso, torna-se o controle das notícias estritamente dentro das linhas diretivas da empresa. O homem de imprensa é um operário

intelectual. Sua liberdade encontra-se, por conseguinte, menos vinculada à fiscalização empresarial que à responsabilidade funcional. E, às vezes, por isso, vemos, nos veículos informativos, notícias que surpreendem tanto o leitor como a direção do órgão.

Nossa Imprensa, por todos os títulos, é digna de nosso respeito e da gratidão geral, porque não há liberdade viva, quando a imprensa se abriga e se acomoda à tutela de governos, de grupos, de interesses restritos. E nossos meios de informação propõem-se e cumprem sua missão de vasos intercomunicantes, levando notícias dos problemas do povo ao Governo e informando ao povo as decisões do Estado.

Esta tem sido a missão de Veja, nestes dez anos de vida.

Seu programa, acha-se explanado na Carta do Editor, comemorativa de seu decenário. E, para perenizá-la em nossos Anais, peço sua transcrição.

Nela, estão lições de bom-senso, de equilíbrio, tão necessárias, nesta hora em que os radicalismos procuram desvirtuar a vocação pacífica e humanística de nosso povo. Postura de equidistância entre os interesses da desordem e do arbítrio. Colocação no Centro — confluência dos interesses comuns e das reivindicações da liberdade, por isso que sua função é neutralizar os arrebancos das investidas licenciosas, e pôr fim à perenidade da exceção. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ SARNEY, EM SEU DISCURSO:

Carta do Editor

NOS DEZ ANOS DE VEJA.

UMA REAFIRMAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Veja completa, nesta edição, dez anos de vida. E, num País em que tudo acontece tão depressa, a marca de dez anos é altamente significativa. Foi tempo suficiente para dar-nos a certeza de que *Veja*, muito mais que um projeto bem-sucedido, é hoje uma instituição na imprensa brasileira, uma revista que se integrou de forma permanente no elenco dos principais órgãos de comunicação do País. Ler *Veja* tornou-se hábito semanal nos quatro cantos do território nacional — hábito cultivado atualmente por 1 milhão de pessoas. A efetiva presença de *Veja* nas capitais e no interior, nas cidades grandes e pequenas, deu-lhe alcance e penetração superiores aos de qualquer outro veículo de informação brasileira, exceção feita aos meios de comunicação eletrônica. Nestes dez anos, enfim, *Veja* granjeou o respeito e a admiração das faixas mais expressivas da opinião pública por ter cumprido à risca seu compromisso de manter o leitor bem informado com verdade, imparcialidade e equidistância.

Se tudo isso é motivo de justificado orgulho, é também de responsabilidade e, sobretudo neste momento, de reflexão. Pois o décimo aniversário de *Veja* coincide com um momento particularmente importante na vida do País, quando a abertura política propicia uma metamorfose não apenas no regime mas também nas próprias relações entre os diversos setores da sociedade brasileira. *Veja*, sempre o recordamos, nasceu praticamente junto com o AI-5, com ele sofreu, apesar dele floresceu e a ele, finalmente, sobreviverá. De fato, ao completarmos dez anos, o Governo do Presidente Ernesto Geisel — cuja estratégia de aperfeiçoamento democrático jamais deixamos de apoiar — se prepara para extinguir esta *celula mater* do arbítrio que é o AI-5 e, a partir daí, permitir que o País avance no rumo das instituições democráticas. Estamos portanto numa hora de abertura — e quem diz abertura diz também efervescência, dúvida, conflito de opiniões, de tendências, de ideias.

Em momentos como este, expor com clareza as próprias posições torna-se tarefa de crescente premência. É necessário deixar explícito o que pode estar apenas implícito. É indispensável dizer em

voz alta aquilo em que se pensa e em que se acredita. Foi por isso que decidimos assinalar o décimo aniversário de *Veja* com a publicação do livro "Receita: Brasil", no qual — ao longo das próximas oito semanas — uma centena de brasileiros ilustres, de todas as posições e tendências, manifestam suas opiniões a respeito do aperfeiçoamento das estruturas políticas, econômicas e culturais do País. É também por isso que julgamos oportuno registrar, aqui e agora, os princípios básicos que nos vêm guiando desde a criação da Editora Abril, em 1950, e o nascimento de *Veja*, em 1968.

Para começar, queremos afirmar que nos consideramos liberais. Muito se tem discutido, com variados graus de sofisticação, sobre se estas velhas e tradicionais definições ainda são válidas. Para nós são. E ser liberal, para nós, é querer o progresso com ordem, a mudança pela evolução e a manutenção da liberdade e da iniciativa individuais como pedra angular do funcionamento da sociedade. Acreditamos, assim, no capitalismo democrático e estamos convencidos de que a livre iniciativa é o meio mais eficiente para se promover o progresso social. Isto porque consideramos a livre iniciativa o único sistema compatível ao mesmo tempo com uma sociedade pluralista, com as liberdades fundamentais do indivíduo, com a eficiência, com o dinamismo, com a inovação. E o lucro não é apenas legítimo: é essencial como motivador, aferidor de eficiência e fonte de recursos para os investimentos inadiáveis de amanhã.

De maneira igualmente frontal, somos contrários a um Capitalismo estático, excludente, onde o bem-estar de uns poucos é obtido às custas da privação dos outros — onde, em suma, a acumulação de riqueza se faz com base no empobrecimento e na marginalização da maioria. Em vez disso, consideramos indispensável que o capitalismo brasileiro se modernize e democratize. Como? Basicamente, promovendo o acesso de cada vez mais pessoas aos benefícios do sistema, até que, como ocorre nas sociedades capitalistas modernas, a maioria da população desfrute das benesses do desenvolvimento. E aqui cabe ressaltar, por imperativa, a necessidade de as empresas assumirem, cada vez mais, suas plenas responsabilidades sociais.

Na mesma linha de raciocínio, estamos convencidos de que cabe ao Estado criar e desenvolver a infra-estrutura econômica bem como exercer atividades regulatórias, disciplinadoras e coordenadoras. Mas não admitimos a entrada do Estado em setores nos quais a livre iniciativa pode desincumbir-se sozinha, suprimindo-se, quando necessário, num mercado de capitais aberto, amplo e vigoroso. Pela mesma razão, somos contrários à socialização de prejuízos, por estarmos convencidos de que a eficiência do jogo da livre iniciativa implica a eliminação dos ineficientes, incompetentes e desnecessários.

Consideramos o capital estrangeiro um fator positivo para o progresso do País e cremos que, em seu atual estágio de desenvolvimento, o Brasil necessita de mais, não menos, investimentos vindos do exterior — sempre que acompanhados por modernas técnicas de gestão e por tecnologia avançada, que deite raízes locais. Somos visceralmente contrários às mentalidades xenófobas — em economia e em qualquer outra área. Em si, uma empresa multinacional não é boa nem ruim; a maneira como ela opera num país sim, pode ser útil ou nociva, dependendo de quanto ela contribui para seu desenvolvimento, ou de quanto o compromete. Para que os investimentos externos se façam de acordo com os interesses da nação e da sociedade, temos leis. Se são desrespeitadas, cabe fazê-las cumprir; se são ineficazes, cabe aperfeiçoá-las — obviamente sem perder de vista a necessidade de manter os atrativos para ambas as partes.

Também nos opomos com firmeza ao tratamento emocional — ou demagógico — da questão social. Ninguém nega que, apesar de consideráveis conquistas feitas nos últimos anos, o Brasil chega ao limiar dos anos 80 padecendo de graves problemas sociais e marcado por profundas desigualdades. Consideramos esta situação intolerável, tanto do ponto de vista ético como do ponto de vista político. Injustiça nas relações sociais é sinônimo de instabilidade. E nenhuma

ordem assentada sobre a injustiça pode ser duradoura, e muito menos digna desse nome.

É preciso ter em mente, porém, que, em seu nível mais imediato e concreto, o progresso social envolve a inevitável questão de alocação de recursos. De nada adianta lançar-se uma ofensiva de reformas e melhorias sem determinar primeiro quem vai pagar por elas, de que forma e com o que. Sendo que os recursos são sempre finitos, é obrigatório estabelecer prioridades. O custo do progresso social, assim, tem de ser negociado, de uma maneira que leve em conta, com muito realismo, as possibilidades concretas do País. Nossa convicção é a de que a democracia é a forma mais justa de conciliar a escassez de recursos com a multiplicidade de reivindicações.

Dentro desse raciocínio, os sindicatos devem existir livremente e livremente negociar salários; sua atuação é peça importante para ajudar a compor o avanço social. Mas demandas exageradas não aproveitam a ninguém. A greve deve ser o último recurso, não o primeiro instrumento de pressão. E é ilusório pensar que o prejuízo trazido por paralisações de trabalho ou reivindicações excessivas possa sair de graça: ele acaba sendo pago, e com juros, por toda a comunidade. Por isso nos opomos, neste momento, a toda e qualquer iniciativa que leve à exacerbção ou à radicalização da questão trabalhista. Por isso nos opomos às greves gerais ou de solidariedade, de inevitáveis prejuízos materiais à nação. Por isso nos opomos à fundação de centrais sindicais tipo CGT, que fatalmente se concentram na ação político-ideológica.

Somos de opinião que, no Brasil, o progresso social deve ser conquistado ao longo do caminho. Em primeiro lugar, é inútil pensar em qualquer avanço sem um dramático esforço para dar melhor educação a todos os brasileiros. É indispensável, igualmente, que o País faça maciços investimentos nas áreas da habitação, saúde pública, saneamento básico, defesa do meio ambiente e planejamento familiar voluntário. E terá de haver, é claro, uma permanente preocupação com a inflação, os desníveis regionais e a dependência energética.

As questões sociais são, a nosso ver, terreno sobre o qual se formam as opções políticas — e a nossa sempre foi a da democracia, tal como praticada nas sociedades modernas do mundo ocidental. *Veja*, ao longo de seus dez anos, vem combatendo o arbítrio. Mas o problema essencial, agora, é muito menos gritar contra o arbítrio e muito mais assegurar uma passagem tranqüila do País para um regime democrático. Sabemos que a democracia não é uma varinha mágica. Ela pode ser implantada em toda a sua plenitude sem que o País resolva de imediato seus problemas e a sociedade, seus conflitos. Mas, para harmonizar e permitir a convivência de interesses diversos, não conhecemos sistema melhor que o democrático — pois, com todos os seus defeitos, é o único que incorpora os mecanismos permanentes de autocorreção.

Neste momento crucial dos destinos nacionais, não hesitamos em afirmar que a caminhada para a democracia tem, como condição vital para seu êxito, a manutenção de ordem pública. E justamente por considerarmos inseparáveis a ordem e a liberdade é que estaremos permanentemente contra a agitação, o desrespeito à propriedade pública e privada e a baderna. Queremos um Brasil onde haja leis e onde as leis sejam respeitadas. Queremos um país onde a violência seja sempre combatida. Quem comete crimes deve pagar por eles. E nenhuma razão de segurança ou de Estado pode justificar a degradação dos direitos humanos. Somos a favor da tolerância e da conciliação nacional, mas não vemos razão para se anistiar pessoas que infringiram o Código Penal alegando razões políticas, nem para se incentivar a reorganização de grupos políticos que não aceitam a convivência democrática.

Eis no que acreditamos, por achá-lo melhor para o País. Confiamos em que, aqui, coincidimos com a maioria da sociedade brasileira. Não pretendemos ser donos da verdade — e *Veja* o comprova,

com sua disposição permanente de ouvir opiniões de todas as tendências no debate dos grandes temas nacionais. Mas o leitor sabe de que lado lutamos ao longo desses agitados, controvertidos, mas certamente estimulantes, dez anos de vida. E sabe, também, onde nos encontrará amanhã.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, pela ordem.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES. Pela ordem.) — Sr. Presidente, há dias, solicitei que a Mesa destinasse cinco minutos, da sessão secreta, para que o Senado, reunido aqui, tratasse de assuntos pertinentes à vida desta Casa. Pediria, então a V. Ex^a que reservasse, na sessão extraordinária que vamos realizar daqui a pouco, cinco ou dez minutos, para darmos ciência de assunto que desejamos levar ao conhecimento da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Quero comunicar ao ilustre Senador que, de fato, teremos, logo a seguir, a sessão extraordinária. Levarei, assim, a solicitação de V. Ex^a ao conhecimento do Sr. Presidente, a fim de que, na próxima sessão, possamos tratar do assunto, como bem lembrou V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão extraordinária das 18 horas e 30 minutos, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 159, de 1978 (nº 276/78, na origem), de 21 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Marcos Henrique Camillo Côrtes, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália.

— 2 —

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 161, de 1978 (nº 278/78, na origem), de 21 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Raymundo Nonnato Loyola de Castro, Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Cabo Verde.

— 3 —

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 166, de 1978 (nº 284/78, na origem), de 23 de agosto, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Marcelo Pimentel, Advogado, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Renato Machado.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

ATA DA 154ª SESSÃO, EM 21 DE SETEMBRO DE 1978

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

EXTRAORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DO SR. MAURO BENEVIDES

ÀS 18 HORAS E 50 MINUTOS. ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — Braga Júnior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renate Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraíso — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmor — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quércia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Vilela de Magalhães — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 64 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência recebeu, do Governador do Estado de São Paulo, o Ofício nº S/19, de 1978 (nº 611/78-CG, na origem), de 20 do corrente, solicitando autorização do Senado Federal para que aquele Estado possa contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de dólares americanos), para o fim que especifica.

A matéria ficará aguardando, na Secretaria-Geral da Mesa, a complementação dos documentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 278, DE 1978

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea b, do Regimento, para o Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1978, que dispõe sobre a proibição do abate de açazeiro em todo o território nacional, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 1978. — **Eurico Rezende.**

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do art. 375, item II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 159, de 1978 (nº 276/78, na origem), de 21 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Marcos Henrique Camillo Côrtes, Ministro de Primeira Classe, da Carreira

de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália.

Item 2:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 161, de 1978 (nº 278/78, na origem), de 21 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Raymundo Nonnato Loyola de Castro, Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Cabo Verde.

Item 3:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 166, de 1978 (nº 284/78, na origem), de 23 de agosto, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Marcelo Pimentel, Advogado, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Renato Machado.

As matérias constantes da pauta da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos da alínea "h" do art. 402 do Regimento Interno, deverão ser apreciadas em sessão secreta.

Solicito aos Srs. funcionários as providências necessárias a fim de que seja respeitado o dispositivo regimental.

(A sessão torna-se secreta às 18 horas e 50 minutos, e volta a ser pública às 19 horas e 29 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão, passa-se à apreciação do Requerimento nº 278, lido no Expediente, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 94 de 1978.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1978 (nº 2.333-B/76, na Casa de origem), que dispõe sobre a proibição do abate de açazeiro em todo o território nacional, e dá outras providências (dependendo de pareceres das Comissões de Agricultura e de Finanças).

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Agricultura que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PARECER Nº 577, DE 1978

Da Comissão de Agricultura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 1978 (nº 2.333-B/76, na Casa de origem), que "dispõe sobre a proibição do abate de açazeiro em todo o território nacional, e dá outras providências".

Relator: Senador Murilo Paraíso

O presente Projeto de Lei veda o abate do açazeiro em todo o território nacional (art. 1º) e estabelece a obrigatoriedade do plantio (art. 2º) da referida espécie vegetal. "nos projetos de reflorestamento que devam ser implantados em regiões onde a referida palmeira é nativa e onde seu fruto é utilizado como alimento".

A proposição atribui competência ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, para autorizar abates e indicar o percentual obrigatório de açaizeiros a serem plantados, na forma do art. 2º. Sujeita, ainda, o infrator a multa que fixa em um salário mínimo — aplicável pelo IBDF, sem prejuízo da apreensão do produto da infração e de outras sanções previstas em lei.

O Deputado Jorge Arbage é o autor da Proposição, que ele justifica dizendo ser o açaí “a base da alimentação do povo paraense”. Enfatiza que, “ultimamente, essa palmeira vem sendo abatida em grande quantidade, seja para aproveitamento de seu palmito, seja por outros motivos meramente predatórios, o que faz prever futuras dificuldades na obtenção do alimento que ela proporciona, principalmente às populações mais humildes”.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, ao liberar a tramitação do Projeto, aprovou estas expressões do Relator Deputado Luiz Henrique:

“Num País que tem guaraná, genipapo e açaí, mas que envenena seu povo à base das cocas e outras drogas produzidas com elementos artificiais, abandonando seus refrigerantes nativos de excelentes propriedades medicinais, é doloroso saber que, sob o impacto de um enganoso “progresso”, estejam sendo abatidas árvores do valor e das propriedades que, por exemplo, têm os açaizeiros.”

Efetivamente, o problema da derrubada dos açaizeiros merece a atenção do Poder Público, em especial, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Ainda há pouco tempo, a imprensa tratou do assunto, expondo-o a denúncia sem contestação ou explicação. Os jornais informaram a respeito da devastação de açaizeiros, por grupos — muita vez, clandestinos — que invadem os furos da foz do Amazonas, principalmente, em busca de palmitos. Ora, a retirada de um palmito significa retirar uma palmeira da produção. A árvore morre.

O problema alcança proporções que estão sendo denunciadas insistentemente nas principais cidades amazônicas, de vez que a população interiorana, que sempre encontrou no açaí o alimento principal, ou mesmo complementar, está se ressentindo pela redução dos frutos.

O procurado vinho do açaí, que sempre movimentou a Barraca do Pará, na tradicional Festa dos Estados, em Brasília, deixou de ser, este ano, oferecido à clientela. Os dirigentes do aludido estabelecimento informaram que a devastação dos açaizeiros vem causando, inclusive, a majoração dos preços.

Ante o exposto, somos pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 1978. — Agenor Maria, Presidente — Murilo Paraiso, Relator — Vasconcelos Torres — Vilela de Magalhães — Saldanha Derzi — Adalberto Sena — Benedito Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Solicito ao nobre Senador Cattete Pinheiro o parecer da Comissão de Finanças.

O SR. CATTETE PINHEIRO (ARENA — PA. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

De autoria do ilustre Deputado Jorge Arbage, dispõe o projeto sobre a vedação do abate da palmeira “açaí” em todo o território nacional.

Aprovado na Casa de origem, após a apreciação das Comissões Técnicas de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural, foi o projeto submetido à revisão do Senado Federal, onde já se manifestou pela sua aprovação a Comissão de Agricultura.

A medida sugerida tem por fim a preservação de espécie, nativa do Pará, Maranhão e Pernambuco, que proporciona alimentação a milhares de famílias de baixo nível de renda.

Além da proibição contida no art. 1º, prevê a proposição a obrigatoriedade do plantio da mencionada palmeira nos reflorestamentos a serem implantados em regiões em que a mesma é nativa.

Como sanção pelo desatendimento das normas constantes dos arts. 1º e 2º, estabelece o projeto penalidade que se constitui no pagamento de um salário mínimo regional, por palmeira abatida.

Parece-nos, no entanto, melhor ajustar-se com os demais textos que compõem o ordenamento, seja a penalidade embasada nos valores de referência de que trata a Lei nº 6.205, de 1975.

De qualquer forma, a previsão do art. 3º não chega a comprometer o alto interesse da matéria em exame.

Somos, assim, pela aprovação do projeto, em face da inexistência de óbice de natureza financeira.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Os pareceres são favoráveis.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 1978 (Nº 2.333-B/76, na Casa de origem)

Dispõe sobre a proibição do abate de açaizeiro em todo o território nacional, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É vedado o abate da palmeira do açaí — açaizeiro — em todo o território nacional, exceto quando autorizado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF.

Art. 2º Nos projetos de reflorestamento que devam ser implantados em regiões onde a referida palmeira é nativa, e onde o seu fruto é utilizado como alimento, será obrigatório o plantio de uma percentagem de açaizeiros, a ser fixada, em cada caso, pelo IBDF.

Art. 3º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeita o infrator ao pagamento de um salário mínimo regional por palmeira abatida, sem prejuízo da apreensão do produto da infração e de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Ao IBDF compete aplicar a multa de que trata este artigo, assim como apreender as palmeiras abatidas.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 202, de 1978, do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, por ocasião da assinatura do Tratado da Amazônia, no dia 4 de julho de 1978, no Palácio do Planalto.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 203, de 1978, do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, por ocasião da solenidade de instalação do V Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, no Rio de Janeiro.

— 3 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1977, do Senhor Senador Benjamim Farah, que autoriza o Poder Executivo a determinar o pagamento de gratificação especial ao funcionalismo civil e militar da União, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 940, de 1977, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade e injuridicidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Nelson Carneiro e Cunha Lima.

— 4 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1977, do Senhor Senador Benjamim Farah, que dispõe sobre a aposentadoria especial para o Bombeiro Hidráulico e para o Eletricista do Grupo de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias, tendo

PARECER, sob nº 21, de 1978, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela injuridicidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Accioly Filho, Leite Chaves, Nelson Carneiro e Cunha Lima.

— 5 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1977 (nº 1.945-B/76, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 29 do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulo à pesca, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 503 e 504, de 1978, das Comissões:

- de **Agricultura**; e
- de **Finanças**.

— 6 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1978, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a transformação dos cargos de Juiz do Trabalho Substituto em cargos de Juiz do Trabalho, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 221, de 1978, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARCOS FREIRE NA SESSÃO DE 19-9-78 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Os acontecimentos se sucedem com tal velocidade que fica difícil, muitas vezes, saber aquele que mereceria prioridade no trato desta tribuna.

Acabamos de ouvir a palavra do Senador Gilvan Rocha. S. Ex^a transcreveu nota do Comitê das Candidaturas do General Euler Bentes e Paulo Brossard, através da qual se toma conhecimento de mais uma arbitrariedade do conhecido e tristemente famoso Reitor da Universidade de Brasília, o "ditador-mirim" desta Capital.

Realmente, o fato não é inusitado, nem pode sequer causar surpresa, desde que, sob a sua gestão, não há ano tranquilo naquela Universidade. E à violência que caracteriza a sua administração se acrescenta, agora, uma discriminação que, esta sim, pode causar espécie, desde que o mesmo grupo de estudantes, que convidou o General

Euler Bentes para lá manter debate com a juventude, conseguiu realizar, ultimamente, alguns encontros com outras personalidades. Causa espécie, sobretudo, quando se sabe da condescendência e até mesmo da convivência de instituições oficiais em relação ao candidato oficial do Governo, que tem tido acesso, nessa qualidade de candidato, a setores considerados, até constitucionalmente, isentos de qualquer participação partidária.

A Casa tomou conhecimento, por outro lado, do debate que se revigora em torno do Acordo Nuclear Brasil—Alemanha, assumindo, já agora, conotações suspeitas, que implicariam até em corrupção e suborno — se não tanto, pelo menos em locupletação no exercício de certas funções públicas.

Apesar desse e de outros assuntos que merecem, sem dúvida, a atenção do Senado, não desejamos que passe despercebida a última reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, sob a presidência do Chefe da Nação, na qual foram enaltecidos resultados que teriam sido alcançados pela política governamental, em especial, por sua política econômico-financeira. Nesse sentido, foram fartamente noticiadas estatísticas de crescimento do PIB, do Produto Industrial, de *renda per capita*, de formação bruta de capital fixo e, assim, sucessivamente. E, em meio ao deleite crescente de tecnocratas, terminou se proclamando uma invejável posição do Brasil no concerto das Nações, que nos situaria, segundo documento elaborado pelo IPEA, como oitava economia do mundo Ocidental e, se consideradas a União Soviética e a China, a décima de todo o Globo terrestre.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, diante de anúncios tão panglossianos, é bom se repetir o que tantas vezes já temos afirmado em oportunidades várias: o desenvolvimento econômico verdadeiro, ao contrário do que muitos pensam, não pode ser medido por meros números, dados, estatísticas econômicas, como seriam os casos do crescimento do produto interno bruto ou a expansão da renda média *per capita*. São, sim, indicadores obviamente importantes, até porque refletem, sob muitos aspectos, a dinâmica imposta pelo Governo à multiplicação da riqueza nacional. Eles contudo — o PIB por representar um dado absoluto, e a *renda per capita* por ocultar os extremos — não permitem uma correta avaliação do grau de prosperidade do povo.

Ainda a semana passada, este Congresso teve a oportunidade de receber numerosa comitiva, representando o Movimento Custo de Vica que, por sinal, inutilmente pretendeu uma audiência com o Senhor Presidente da República. Seus integrantes eram portadores de documento subscrito não por cem, duzentas ou quinhentas pessoas, mas que atingia um milhão e trezentas mil assinaturas — abaixo-assinado em prol de providências governamentais para proporcionar melhores condições à família trabalhadora brasileira.

Talvez esses dois documentos — que, por sinal, vieram à luz que se que simultaneamente, na semana passada — reflitam, no campo econômico e no campo social, o divórcio atualmente existente entre o que pensa o Estado e a Nação.

O documento do IPEA, tão elogiado e tão enaltecido pelos arautos governamentais, é bem o repositório do pensamento oficial, daqueles que julgam que, com tais índices, — o povo não chega sequer a entender — podem encobrir as dificuldades crescentes e o sofrimento permanente do povo brasileiro, em especial de suas classes trabalhadoras.

Na verdade, o problema da distribuição de renda, associada à qualidade de vida da população, constitui, hoje, o grande desafio lançado à sociedade moderna. O processo de desenvolvimento econômico para ser autêntico deverá ser integral, beneficiando o "homem todo e todos os homens", para repetir Sua Santidade Paulo VI.

Desgraçadamente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a questão da apropriação da riqueza, no Brasil, assume, a cada dia, proporções alarmantes e dimensões catastróficas. Por certo não seria demais lembrar que, nos últimos anos, a metade mais pobre da população economicamente ativa, que, em 1960, detinha 17,71% da renda total, sofreu sucessivas perdas, passando, em 1970, para 14,91% e,

finalmente, em 1976, para 11,08%. A defasagem no período foi, portanto, superior a 40%. Enquanto isso, a parcela mais rica — representada por 5% de privilegiados, que se concentram no vértice da pirâmide social — acusou avanços consideráveis, evoluindo de 27,69%, em 1960, para 34,08%, em 1970, e nada menos de 39%, em 1976. O aumento de quase 50% correspondeu, portanto, ao esvaziamento econômico das camadas de baixa renda.

Dados oficiais de 1972, por sua vez, comprovam haver no Brasil cerca de 43% de brasileiros percebendo até um salário mínimo e que essa situação é mais estarrecedora ainda no Nordeste, pois 78,2% estão nessa faixa, enquanto 52,8% na de meio salário.

Em 1959, Sr. Presidente, Srs. Senadores, despendia-se 65 horas para adquirir a ração alimentar mínima, hoje, são necessárias cerca de 150 horas, o que evidencia efetiva perda de poder real da capacidade aquisitiva dos trabalhadores, malgrado os aumentos nominais anualmente concedidos àqueles assalariados.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Com toda a satisfação, Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — ES) — Nobre Senador, eu desejo introduzir-me no discurso de V. Ex^a, para um registro que é do seu conhecimento, mas que, através do discurso de V. Ex^a, eu desejo colocá-lo à meditação do País. O Professor Nelson Chaves, um homem de um conceito extraordinário, cientista conhecido em todo o mundo, acaba de fazer uma estarrecedora revelação: no nosso sofrido Nordeste está se gerando uma geração de nanicos; os nordestinos estão perdendo altura. Isto é um dado antropológico que nos coloca junto a África de 200 anos atrás, e evidente não é o pensamento da Oposição, mas o pensamento dos cientistas brasileiros dignamente representados por aquele homem de alto conceito internacional, que diz que a solução para esse problema não é distribuir alimentos, é uma solução eminentemente política. É por isso que V. Ex^a, mais uma vez e acertadamente, traz à superfície do debate dados estarrecedores sobre a economia da nossa região e que, agora, podem ser confrontados, sem nenhum laivo de oposição, por dados, também, médicos, antropológicos, de cientistas do maior renome.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Agradecemos o adendo que traz ao nosso discurso o nobre Senador Gilvan Rocha, como nós da representação nordestina.

O Professor Nelson Chaves é, realmente, uma das figuras exponenciais da cultura pernambucana. Ele não é político-partidário, não é das hostes do MDB. É, de fato, um cientista, um professor, um pesquisador social. O grito do Professor Nelson Chaves não pode, realmente, deixar de ressoar nesta Casa. Ele diz com todas as letras, adverte a todos nós e em especial aos responsáveis pelos destinos desta Nação, que estamos criando uma legião de nanicos, de anêmicos, de débeis mentais. Isso poderia até parecer, aos menos avisados, agressão ao nosso povo. No entanto, ele faz este alerta baseado em pesquisas.

Todos sabem que o homem que trabalha dispende forças e precisa, sobretudo o trabalhador braçal, de cerca de 3 a 4 mil calorias diárias para recuperar-se. Entretanto, nem todos estão podendo restabelecer as forças dispendidas, e não podem e não estão recuperando essas forças por uma razão muito simples, porque não comem o que deveriam comer, porque não se alimentam daquilo que deveriam se alimentar, porque comem pouco e comem mal. Se o trabalhador não bebe leite, nem come carne, nem ovos, nem queijo, nem feijão, ele vai ficando fraco, ele não adquire as proteínas e as calorias necessárias à sua revitalização. Ele vai adoecendo, vai ficando sem condições de vencer as intempéries do tempo e do próprio organismo. Uma gripe, que facilmente se debela quando o homem é forte, essa gripe se agrava num homem fraco, pode se transformar em pneumonia, ou em tuberculose.

E se ele não come, Sr. Presidente, não é porque tenha falta de apetite, não! É exatamente porque ele não tem dinheiro para se alimentar bem.

Lá está, por exemplo, em nosso Estado, na Zona da Mata, o homem enchendo a barriga com farinha de mandioca e talvez alguma sardinha para enganar a si mesmo e ao tempo, e à vida e à morte! E por quê, Sr. Presidente? Porque quem ganha uma diária miserável de 35, 38, 40, cruzeiros e é chefe de família não pode viver como deveria viver, não pode subsistir por muito tempo. E por que é que ele não pode comprar o que precisa, Sr. Presidente? Por que está sendo remunerado pessimamente, porque esse modelo, que vem sendo enaltecido no Conselho de Desenvolvimento Econômico e que permite que essas taxa de PIB, de renda per capita, de reserva de divisas, de volume de exportação, etc., etc., este modelo está sugando o trabalhador brasileiro.

O salário mínimo, que é de pouco mais de Cr\$ 1.000,00, se tivesse acompanhado a produtividade média da economia nacional deveria estar por volta de 10 mil cruzeiros. Enquanto isso, há homens, neste País, que ganham, por mês, mais de 1 milhão de cruzeiros, talvez o que trabalhador não vá ganhar em toda sua existência.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ouçamos o nobre Senador Agenor Maria.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Marcos Freire, o que é de estranhar é que até hoje não foi feito objetivamente nada para conter a fome, as distorções e a inflação que impera neste País. V. Ex^a veja, a indústria automobilística vai este ano fabricar 1 milhão de automóveis; o crediário está aí na base de 60 meses. O lucro da Brahma Foi o maior já havido na história deste País. O lucro das multinacionais é uma coisa espantosa. Estou chegando hoje do Rio Grande do Norte, onde a pobreza é um negócio fora de série. No Rio Grande do Norte a carne, que está a Cr\$ 65,00 o quilo, passou a ser tempero de rico e remédio de pobre. Há poucos dias, um cidadão levou o seu garoto ao médico, ele estava definhado, magro, acabado e o médico perguntou ao pai há quanto dias ele não comia carne, ao que o pai respondeu: "Doutor, ele nunca comeu carne, tem cinco anos e nunca comeu carne". Porque o operário, que ganha Cr\$ 30,00, não pode, realmente, comprar carne. E o mais grave, Senador Marcos Freire, é que o dono da propriedade, lá no interior do Rio Grande do Norte, não pode pagar mais de Cr\$ 30,00 por dia ao trabalhador. Tiraram tanta correia do couro do desgraçado que ele está no sangue. O algodão, este ano, tem o mesmo preço de 1976. Eles compram a enxada, o implemento, o insumo, 200% mais caro do que àquela época. Ninguém paga mais a ninguém. Há um desestímulo completo, total. Tenho a impressão de que, nestes próximos seis anos, estará completamente esvaziado todo o campo. As cidades estão inchando, porque na realidade não há mais condições de vida para aqueles que trabalham na agricultura. Congratulo-me com o discurso de V. Ex^a. Acredito que o que nos resta, o que resta à Oposição é, por um desencargo de consciência, gritar, e gritar mais alto, para ver se o Governo acorda para esta realidade. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Agradecemos o aparte do Senador Agenor Maria, que traz à consideração da Casa as dificuldades do agricultor em pagar mais. Não poderia deixar de ser assim, realmente, porque a agricultura tem sido também sacrificada, sobretudo pelos pequenos proprietários que representam 70% da mão-de-obra empregada, que representam talvez 50% da produção agrícola neste País.

O SR. MURILO PARAISO (ARENA — PE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ouviremos V. Ex^a logo após respondermos ao aparte do Senador Agenor Maria.

Sr. Presidente, estamos vindo também do Nordeste. Ontem estávamos em pleno sertão de Pernambuco. Estivemos lá nas terras secas de Inajá, por exemplo. Pequenos agricultores, que plantam feijão, milho, algodão, mandioca, enfrentam dificuldades de toda ordem. O crédito bancário é difícil, caro, tardio, muitas vezes a exigir garantia patrimonial que muitos agricultores não possuem. Quando, assim mesmo, ousam endividar-se, na hora da colheita, têm, às vezes, que vender a vaquinha que possuem para poder pagar o empréstimo, porque, não raro, quando vão colher o que plantaram, o preço da venda não compensa os custos havidos na produção. É, por igual, a assistência técnica deficiente, além do sistema de comercialização péssimo, com silos e armazenagem difíceis, e sobretudo onerosos, quando existem, a agravarem os custos do produtor.

Mas, ao lado disso tudo, Sr. Presidente, há a insegurança do preço. Eles não sabem, quando estão dispendendo esforços, quando estão gastando dinheiro, se isso valerá à pena. Eles prosseguem porque não têm outra alternativa, Sr. Presidente. Mas há uma insegurança de preço completa. Hoje, o algodão, por exemplo, pode estar até mais ou menos. A colheita mais ou menos, o preço mais ou menos. Mas, de repente, pode advir uma queda. E aí é o desespero. Isso quando não ocorre, nas margens do São Francisco, aquele eterno drama da cebola. Todo ano é a mesma cantilena, Sr. Presidente. O Governo insensível, quando chega a hora de colher a cebola do Nordeste — já se sabe — aí vem uma tal de "importação zinha" da Argentina, da Espanha, do Chile. O preço se avilta. A nossa cebola começa a sobrar. E apodrece. E é jogada no rio. Não é possível que, depois de tantos anos, não exista o equacionamento desse problema, para garantir ao produtor a compensação no esforço que ele faz.

Não é de admirar, pois, que o pequeno e médio proprietários tenham que pagar miseravelmente ao trabalhador assalariado do campo. Em favor de uns e de outros, portanto, é o próprio modelo econômico que está a exigir uma reformulação profunda. Quem está pagando o preço, pois, pelas estatísticas altíssimas, apresentadas pelo CDE — que para o Governo são tão boas — é o povo brasileiro.

Falamos aqui, há poucos instantes, que o homem lá da Zona da Mata estava comendo farinha de mandioca com sardinha, para tapar o estômago, para encher a barriga dos seus filhos.

Podemos, então, Sr. Presidente, apresentar estatísticas que mostram que não se trata de figura de retórica que o Senador de Pernambuco esteja usando. O consumo de farinha, naquela nossa região, é expressivo da situação em que vive.

Alcança mais de 15 kg mensais por família, quase o dobro do volume estabelecido pelo Decreto-lei nº 399, de 30-4-1938. Mas só há o dobro aí, na farinha, porque os outros gêneros constantes da lista, estes desaparecem...

Vale à pena lembrar que o consumo médio do produto no Rio de Janeiro é apenas de 3,8 kg por mês. Em Porto Alegre, mal chega a 500 g e em Curitiba ao nível de 600 g. Em compensação, o carioca consome 25 kg de pão por mês; o porto-alegrense, 32 kg; o curitibano quase 23 kg; os moradores de Nova Descoberta, no Recife, por exemplo, apresentam um consumo familiar de 21 kg de farinha que, divididos por 5 pessoas, dão um pouco mais de 4 quilos, ou seja, a sexta parte dos cariocas, a oitava parte dos gaúchos e a quinta parte dos paranaenses.

Isto é apenas um sintoma de como estão faltando aqueles alimentos essenciais que assegurariam proteínas e calorias.

Ouçamos o ilustre Senador Murilo Paraíso.

O Sr. Murilo Paraíso (ARENA — PE) — Senador Marcos Freire, lamento que V. Exª não estivesse aqui. No plenário, no início da sessão, pois abordarei exatamente o assunto que veio à baila, agora, debatido com o Senador Gilvan Rocha, a respeito do trabalho do nutricionista e médico pernambucano Nelson Chaves. Mencionei, procurando, embora modestamente, dissecar o trabalho daquele nutricionista, chamando a atenção desta Nação, chamando a atenção do poder constituído do País, para a gravidade do problema que era denunciado por aquele ilustre médico pernambucano, cujo

conceito já ultrapassou as fronteiras nacionais. Quero, todavia, fazer uma observação ao pronunciamento que faz V. Exª, neste momento. Este problema não é dos últimos dez ou quinze anos, mas é secular no Nordeste brasileiro. Já Josué de Castro, outro pernambucano ilustre, fazia menção, no Governo de Getúlio Vargas, a problemas desta natureza. De maneira que não podemos debitar à conta do atual Governo a anomalia alimentar que há no Nordeste brasileiro. Acho que nós, representantes do povo, temos uma parcela ponderável de responsabilidade. É preciso que tenhamos o bom senso e a autocritica de saber que precisamos estar levando problema à Nação brasileira, dividindo os nossos problemas para que eles tenham uma solução adequada. Estou de pleno acordo com V. Exª, quando aqui enumera todos os fatos que traduzem a carência alimentar da Região Nordeste. Concorro, também, com o Professor Nelson Chaves quando ele a tuncia para a Nação brasileira a gravidade das conclusões a que chegou, através do seu valioso trabalho. Julgo, porém, que todos nós, principalmente os políticos do Nordeste, aos quais me alio, pois aqui me encontro, no momento, participando de uma vida política integrada nesta Casa, acho que aqueles que vêm do passado nós também devemos debitar uma parcela desta responsabilidade. Exatamente porque da omissão, talvez de outros que nos antecederam — sem querer descer a detalhes de mencionar nomes — talvez a omissão, a tranquilidade, a indiferença a estes sofrimentos, talvez nos tenha levado a uma posição de singular desprestígio no cenário nacional. É contra esse desprestígio que me disponho e tenho procurado levantar minha voz nesta Casa para que Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e todos os Estados que compõem o Nordeste brasileiro passem a ter vez no cenário nacional. Era apenas este o aparte que gostaria de dar ao discurso de V. Exª

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Agradecemos o aparte do nobre Senador Murilo Paraíso, e congratulamo-nos por ter S. Exª, também, registrado nesta tarde o trabalho do Professor Nelson Chaves, que honra a todos nós. Agora, discordamos de S. Exª quando afirma que todos nós somos culpados. Somos, sim, como integrantes de uma sociedade injusta e iníqua em suas estruturas básicas. Mas há especificamente um responsável, que é o Governo. Não estamos preocupados em dizer que é este ou aquele Governo, em especificar quem exatamente agravou mais ou agravou menos. Estamos nos referindo a um documento oficial, panglossiano, enaltecendo as nossas grandes taxas de crescimento econômico, enquanto a ele contrapomos as taxas de nosso sofrimento social. O modelo que aí está — modelo econômico, político e social — é, pois, o responsável. Se ele tem cinco, dez, quinze ou vinte anos, Sr. Presidente, pouco importa. O que precisamos é reformulá-lo, e não achar que está tudo muito bem, e o próprio candidato oficial à Presidência da República diz que não vai mudar o modelo, que o modelo vai ser este mesmo, que ele está muito bom etc.

Então, esses homens que o defendem são os culpados, porque eles estão à frente da Nação, eles criam regras casuísticas para não permitir que outro grupo político, que discorda desta orientação, assumo o poder. Eles tiram coelhos da cartola, inventam mágicas, fazem truques, tentando enganar a Nação. Então, se o MDB faria o Presidente da República em eleições diretas, acabam com a eleição direta. Se o MDB faria maioria no Senado Federal, criou-se o Senador biônico. Se o MDB assumiria os governos dos Estados, através de eleições diretas, inventam o governador indireto. Portanto, é o modelo político, econômico e social o culpado e também culpados aqueles que o mantêm. Isso é tão grave, Sr. Presidente, que ainda dentro dessa ordem de considerações, foi revelado, há pouco, pela SUDENE o diagnóstico de saúde do Nordeste. Os dados são espantosos e trágicos, para não dizer deprimentes e vergonhosos.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Exª me permite um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Com muito prazer, nobre Senador, logo que concluirmos esta referência.

O documento, entre outras coisas, afirma que continua crescendo na região a incidência de enfermidades da pobreza — doenças parasitárias e infecções respiratórias agudas, deficiências nutricionais e fome crônica, todas elas indicativas de miséria generalizada, falta de higiene e má ou nenhuma alimentação.

Os óbitos de menores de 5 anos, resultantes de infecções e parasitoses, cresceram de 45,1%, em 1970, para 46,7%, em 1975, representando, hoje, quase metade do total de mortes na região.

Este País rico, poderoso, feliz, é, no entanto, desgraçadamente aquele que apresenta o maior índice de mortalidade infantil em toda a América do Sul — Argentina, Bolívia, Paraguai, Peru, Chile, etc. Quer dizer, o Brasil tem o maior índice de mortalidade infantil da América do Sul e, no entanto, está dito, a semana passada, pelo Governo, que o Brasil é a oitava potência econômica do mundo, achando uma maravilha suas estatísticas, achando que é excepcional esse modelo econômico que aí está.

Ao mesmo tempo, as vidas sacrificadas em função de infecções respiratórias agudas, no mesmo período, evoluíram de 14,8% para nada menos de 19,3% do total de óbitos.

Em caráter mais amplo, a pesquisa da SUDENE esclarece que as mortes de crianças com 5 anos e menos representam, atualmente, a impressionante cifra de 51,12% do obituário global, ao tempo em que no Sul do País mal chegam a 25%.

A mortalidade infantil, portanto, continua elevadíssima, estigmatizando a vida nacional e acrescentando sérias dúvidas à validade dos programas governamentais.

Em João Pessoa, por exemplo, o coeficiente de mortalidade infantil é de 119,5 por grupo de mil crianças nascidas vivas. Em Maceió já cresce para 168,5 por mil.

Em Pernambuco, pelo menos 2 milhões e 400 mil pessoas, que representam 40% da população estadual, estão infectadas pelo bacilo da tuberculose. Ademais, 80% das crianças pernambucanas apresentam graus variados de subnutrição e problemas infecciosos e parasitários. Mais ainda: cerca de 43% das mortes na área metropolitana do Recife são de crianças até 5 anos.

Outro dado trágico é oferecido pelo Município pernambucano de Ribeirão, onde 32 mil de seus 40 mil habitantes (80% da população) sofrem de esquistossomose. A força de trabalho obtém ocupação apenas seis meses por ano (na safra e no corte da cana-de-açúcar) e alcança remuneração equivalente a um salário mínimo, em média, para prover ao sustento de uma família de seis pessoas.

Como consequência dos baixos (e eventuais) salários, o consumo individual de calorias mal chega a 1.300 por dia, quando o normal seria o dobro. Ainda mais grave: menos de um terço das residências possui rede de água e nenhuma delas é servida por serviço de esgotos. Pior ainda: a desnutrição atrofiou o desenvolvimento intelectual da população e cerca de 74% dos habitantes de Ribeirão apresentam um QI próximo da imbecilidade e um ponto apenas acima da delibidade mental. São consideradas razoavelmente nutridas apenas 15% das crianças menores de 5 anos.

Recife — a Capital-símbolo da miséria nordestina — exhibe estatísticas desalentadoras, que nada têm de simbólicas. Tanto que recente relatório da Organização Mundial de Saúde apontou Recife como "a cidade-problema", tanto na incidência de doenças de massa como em desnutrição (*Jornal do Brasil*, edição de 21-4-74). Setenta e cinco por cento da população recifense têm uma renda mensal *per capita* inferior ao salário mínimo, o que faz com que seus habitantes tenham um padrão de vida 20% abaixo do nível médio brasileiro.

Outro dado melancólico: metade da força de trabalho, constituída pelas camadas mais pobres, tem direito a menos de um quinto da renda total, enquanto menos de um quinto das classes privilegiadas absorvem mais de 50% da riqueza estadual.

Pesquisa realizada há dois anos pela Ação Católica Operária, nos Bairros de Nova Descoberta, em Recife, e Nobre, na cidade de Paulista (próxima à Capital), revelou — afora salários estorricados e baixo nível de vida — elevada incidência de enfermidades infecciosas

e parasitárias, indicadoras da miséria que, como uma praga, se alastra por todo o Nordeste e já atinge regiões outrora prósperas.

Como se não bastassem todas essas mazelas, Recife exhibe, ainda, uma das mais altas taxas de crescimento do custo de vida do País, embora seja no Nordeste que é menor o teto do salário mínimo. Nesse sentido, projeto de lei de minha autoria, estabelecendo a sua uniformização em todo o País, não conseguiu, até agora, sensibilizar o Governo que, através da Bancada da ARENA, tem se posicionado contra tal iniciativa.

De janeiro a julho, o aumento acumulado do índice geral de preços, na capital pernambucana, foi de 31,7%, inferior apenas à taxa de Manaus (31,94%). Nos últimos 12 meses, o índice do custo de vida, em Recife, experimentou uma elevação de 54%, abaixo somente de Belo Horizonte (59,1%).

De janeiro a julho, as pressões altistas foram quase 8 pontos superiores às do Rio de Janeiro, estando — portanto — quase 40% acima da taxa oficial do custo de vida. No período de um ano, essa diferença é ainda maior (ver Quadro I).

Ora, com a inflação corroendo salários já deteriorados pela política oficial e com o custo de vida devorando avidamente os minguados orçamentos familiares, não pode constituir surpresa que o analfabetismo, a desnutrição, a mortalidade infantil, as enfermidades endêmicas, o desemprego, a fome crônica e a miséria generalizada hajam acusado avanços perigosos e desoladores.

De resto, o próprio Ministro da Fazenda, antes otimista e sempre bem humorado, admitiu o malogro dos mecanismos (monetaristas) de combate à inflação e à expansão do custo de vida. Nem mesmo as desculpas apresentadas — equilíbrio do balanço de pagamentos e adversidades climáticas — são capazes de explicar ou justificar o rotundo fracasso da política antiinflacionária do Governo. Primeiro: porque o *deficit* em conta-corrente, este ano, deverá aproximar-se de 5 bilhões de dólares, enquanto o serviço da dívida externa (confessadamente próxima dos 40 bilhões de dólares) absorverá algo como 6 bilhões de dólares, além da balança comercial caminhar para um *deficit* da ordem de 1 bilhão de dólares, tornando praticamente impossível equilibrar o balanço de pagamentos. Segundo, porque a estiação e a geada, que afetaram regiões produtoras, são fenômenos ocasionais, que devem figurar, sempre, nos cálculos e estimativas oficiais, a menos que a planificação econômica seja uma figura de retórica e o coeficiente de acidentalidade (sempre utilizado na avaliação do custo de vida e da inflação) constitua peso morto na matemática governamental. Ademais, não é admissível contar, como quer Simonsen, com o fator *sorte*, como se ele fosse fundamental para o êxito do modelo e, pior ainda, houvesse sido, de repente, incorporado à ciência econômica.

Os donos do poder e seus acólitos, na verdade, precisam ter suficiente humildade para reconhecer os erros, omissões, equívocos e distorções praticados ao longo dos últimos 14 anos, abandonando, de vez, o neutralismo amorfo e comprometedor, a postura ufanista que a nada conduz e, sobretudo, o culto à megalomania e ao gigantismo, que tantos e tão trágicos sacrifícios têm custado ao povo brasileiro.

As estatísticas invocadas mostram o agravamento do problema social, graças a uma estrutura política e econômica injusta. E, no entanto, se persiste em se manter esse modelo, e continua, portanto, a crescer nossos índices sociais de miséria.

O Sr. Vilela de Magalhães (ARENA — PR) — Permite V. Ex^a um aparte (Assentimento do orador.) Realmente, o quadro social do nosso agricultor não é dos mais alentadores; V. Ex^a inclusive dá dados do Nordeste que só têm a nos trazer tristeza e para este País. Mas, é preciso que se aponte alguma solução para uma equação que V. Ex^a mesmo montou: preços melhores para os produtos agrícolas e custo mais barato para o consumidor. Evidentemente que isso só é possível mediante o aumento de produtividade; caso contrário, é insolúvel. Agora, V. Ex^a citou um fato das dificuldades de financiamento que não corresponde à verdade. A nenhum agricultor é pedido garantia patrimonial, principalmente ao pequeno; para que ele

vá a um banco oficial e saque um empréstimo de produção; basta que ele assine um contrato para a safra que ele pretende realizar, e penhore parte dessa safra para o pagamento do débito adquirido. Parece-me que é uma exigência a que ele mesmo se propõe: ao lançar mão de um financiamento, após a produção, parte dela deve ser dirigida para pagamento do empréstimo. Nesse aspecto, o Governo e o Banco do Brasil, principalmente, mudaram muito de uns anos para cá. Recordo-me — moro em um Estado agrícola — que antigamente, antes da Revolução de 1964, para se sacar um empréstimo no Banco do Brasil, era preciso fazer uma confissão ideológica e partidária; caso contrário não se conseguia. Hoje o agricultor, por mais simples que seja, vai a uma casa de crédito oficial, solicita o empréstimo para produção, sem que ninguém pergunte a que Partido pertence. Congratulo-me com V. Ex^a quando retrata as reais dificuldades que a agricultura brasileira passa; mas é preciso que não se dê ao atual Governo esta culpa. Por exemplo: o nanismo não pode ser fruto de quinze anos, porque uma geração pode degenerar-se através de muitos anos, nunca através de um curto espaço de tempo. Então, gostaria que V. Ex^a, nessa sua apreciação, nessa equação montada entre custo de produção, preço mínimo e custo de consumo, aponte uma solução que não aquela que o Governo vem dando de estimular a formação técnica do agricultor, para que aumente a sua produtividade. Isto não é um trabalho de um dia. Dar uma formação e tecnologia agrícola a uma Nação, quando V. Ex^a mesmo reconhece a incapacidade educacional do nosso agricultor, não é uma tarefa de um dia, de uma semana, nem de um ano; é uma tarefa de todos nós e de muitos anos. Muito obrigado.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Agradecemos o aparte de V. Ex^a. Talvez a chegada recente de V. Ex^a a esta Casa é que faça o ilustre representante do Paraná desconhecer as soluções que têm sido reiteradamente apontadas pelo MDB.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Tem o aparte o nobre Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — É exatamente no ritmo da resposta que V. Ex^a muito sabiamente deu ao partido do Governo, sobre o discurso que V. Ex^a faz, hoje, magnificamente montado em dados científicos. A ARENA tentou remendar o irremediável com sofismas, que podem ser absolutamente, elementarmente, destruídos. O primeiro grande sofisma é o fatalismo nordestino: nós somos uma região assolada pelas secas. Isso é tão inconsequente do ponto de vista econômico, quanto o seria lamentarmos, que, na Suíça, cai neve todo o ano. É evidente que o Nordeste tem que conviver com o fenômeno que é cíclico, periódico e eterno, como são eternas as geleiras do inverno suíço. Esse primeiro sofisma é absolutamente indefensável. O segundo é que isso é um problema secular, é um problema que se arrasta por séculos. Também esse é um sofisma pouco convincente. V. Ex^a sabe, por sua memória histórica, por sua cultura de pesquisas da famosa mesa farta do Nordeste; e tanto isso é verdade que o dado antropológico, recente, do Professor Chaves é absolutamente irresponsável: a estatura média do nordestino vem diminuindo, o que significa dizer que já foi mais alta; o que significa dizer que já se nutriu melhor. Vê V. Ex^a que os argumentos são como um castelo de cartas de baralho, não resistem a um sopro. O que há, Excelência, é o que V. Ex^a tem mostrado, como está fazendo agora no discurso: é o erro fundamental, o erro do modelo. E nisso V. Ex^a tem a mais absoluta razão, porque o MDB, nesse particular assunto do Nordeste, tem feito diagnósticos, tem apontado o tratamento, que os ouvidos moucos do Governo mais incompetente da História da nossa República fez: a vergonha daquela Região, ao ser inscrita numa das poucas regiões do mundo onde o teste alimentar traz vergonhosas estatísticas. V. Ex^a sabe — e não é V. Ex^a quem o diz, não é o MDB que o diz, são os cientistas pragmáticos do microscópio, da Medicina que dizem: a solução é eminentemente política; foi o que o Professor Chaves acabou de declarar para quem quis ouvir na Televisão. Não é dando suplementação alimentar — o que

nenhuma nação pode fazer, nem mesmo a mais rica do mundo — para completar as calorias necessárias, doando alimentos; a solução é eminentemente política. A inviabilidade da equação apontada pelo ilustre representante do Paraná, é que a equação foi montada por este modelo. Nós queremos o modelo da divisão de renda, queremos o modelo de fixação do homem ao campo, queremos o modelo que V. Ex^a tão ardorosamente defende aqui, e que a nossa Bancada tem de êndido: de acabar com esse festival de financiamentos de grandes empresas. Que este País, com humildade, se volte para o seu interior e, com simplicidade, trate de sua agricultura, base de sustentação de qualquer país que quer chegar aonde o Brasil deseja chegar.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Agradecemos mais essa intervenção do ilustre Senador Gilvan Rocha, e ouviremos, pela ordem de solicitações, o nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador Marcos Freire, desejo igualmente partilhar das apreensões de V. Ex^a, no instante em que traz à Casa um debate em torno da realidade nordestina. Posso também ressaltar aquela declaração contundente, incisiva, enfática do Superintendente Adjunto da SUDENE, em julho deste ano, Dr. Firmo de Castro. Segundo esse técnico daquela nossa Agência desenvolvimentista, em um confronto estabelecido, agora, 18 anos depois de instalada a SUDENE, se constata que o Nordeste brasileiro permanece num estágio, em confronto com o Centro-Sul, naturalmente, que equivale à década de 1930. É o próprio Superintendente Adjunto da SUDENE, que, em declarações feitas à Imprensa brasileira, amplamente divulgadas, chega a esta constrangedora constatação. Nós, da Representação nordestina temos, realmente, envidado esforços, no sentido de apresentar idéias, sugestões, que signifiquem — digamos — um atendimento melhor por parte do Governo Federal. V. Ex^a, por exemplo, chegou a defender nesta Casa, com ampla argumentação, a criação de um Ministério específico para o Nordeste. Eu próprio busquei, dentro da modéstia das minhas iniciativas, algumas soluções para os problemas ligados sobretudo aos dois instrumentos que acionam o crescimento da região, no caso, o Banco do Nordeste do Brasil e a SUDENE. Em relação à SUDENE, propus a sua vinculação direta ao Senhor Presidente da República, a fim de que o primeiro magistrado tivesse condições de ouvir do próprio Superintendente aquela exposição correta, exata, em torno do que se passa na nossa região. No que tange ao BNB — e aqui faço justiça ao Senado Federal, porque houve uma manifestação unânime da Casa — conseguimos que aquela entidade de crédito oficial passasse a integrar, 26 anos depois da sua instalação, o Conselho Monetário Nacional. Foi como que um passo para prestigiar a ação do BNB, possibilitando ao seu Presidente o direito a voz e a voto no Plenário do Conselho Monetário Nacional, onde são assentadas as principais diretrizes da política econômico-financeira do País. Aqui, realmente, são oferecidas sugestões: resta ao Governo viabilizá-las, acolhê-las, e desta forma socorrer mais efetivamente a região que aqui representamos.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Foi muito oportuna a evocação que V. Ex^a fez, apontando exemplos concretos da atuação da representação popular em favor dos interesses do povo. Ao longo de todos esses anos, essa representação não tem se calado; somente que dentro do regime de exceção que se estabeleceu neste País, da estrutura ditatorial de poder, da centralização, do autoritarismo desmedido, esta Casa foi desalojada do plano a que tinha direito e, portanto, o Executivo se arvorou em supremo poder de todas as coisas, e só faz o que quer e bem entende.

Quando dizíamos que o problema não é só econômico, mas também político — e o Senador Gilvan Rocha acentuou isso — é que se acabou o tempo em que os governadores eleitos pelo povo tinham condições de se contrapor a essas medidas governamentais, lesivas aos interesses dos seus Estados e das suas regiões. Agora os apadriñados recebem, de mãos estendidas, como benesses, os Governos

de Estados. Já vimos o espetáculo desprimoroso, ocorrido há pouco tempo, em que vieram convocados ao Palácio do Planalto os homens da ARENA: vinham um atrás do outro. "O nome escolhido para governar esse ou aquele Estado é Fulano de Tal". Toda a Nação tomava conhecimento. Assim, esses homens quando vão para o Governo do Estado ficam lá balançando a cabeça dizendo sim, sim, sim, a tudo que se faz, a favor ou contra o povo. Acabou-se aquele tempo em que Governadores de Estado falavam alto, em nome do povo de que tinham dependido para assumir os Governos dos Estados. O problema é, de fato, eminentemente político. Só num País democrático em que o povo possa realmente decidir dos seus destinos é que uma Casa do Congresso pode se contrapor às iniciativas governamentais lesivas aos interesses do povo. Aqui, não. A ARENA, sistematicamente, tem que apoiar toda propositura do Governo. A ARENA deixou de ser partido reivindicante para ser meramente homologatório. Isso não existe, por exemplo, nos Estados Unidos, onde o Presidente da República, às vezes, tem dificuldades para conseguir convencer ao seu próprio partido, embora majoritário, em aceitar certas orientações do Governo, e muitas vezes é derrotado no Parlamento. Isso é que é o lógico, isso é que dá força à representação popular. Portanto, parece-nos que a falha não esteve aqui, no Congresso Nacional, naqueles representantes do povo que sempre pleitearam melhores medidas para o Brasil, para a nossa população.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Senador Marcos Freire, peço a V. Exª que me inscreva após a intervenção do Líder da ARENA, que deve estar ansioso para falar.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ouçamos o ilustre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Não estou ansioso, mas na expectativa de um grande prazer de apartear o nobre Senador Marcos Freire. S. Exª estabeleceu uma conexão entre o regime atual e o atraso do Nordeste.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Não é exatamente isto, Excelência.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Não. V. Exª colocou no elenco de fatores da alegada falta de demarcação da economia nordestina, a designação de Governadores, finalmente, a resultante do sistema revolucionário. Mas, vim para esta Casa, Senador Marcos Freire, antes da Revolução, antes do regime atual, naquela época, os governadores eram eleitos diretamente, naquela época o Congresso tinha as prerrogativas que não tem hoje, e as representações nordestinas faziam rigorosamente as mesmas queixas. Então, V. Exª não tem o direito, *data venia*, de estabelecer uma relação de causa e efeito entre o regime atual e o estado de coisas reinante no Nordeste. V. Exª mesmo quer-me parecer que foi parlamentar, e dos mais brilhantes, antes da Revolução.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Não, Exª, só entrei no processo político alguns anos depois de 64.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Mas, participava do Governo eleito diretamente pelo povo?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Graças a Deus...

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Participava e, naquela época...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — ... eram Governos eleitos pelo povo.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Naquela época, as queixas, reclamações e reivindicações tinham a mesma temperatura nacional que V. Exª acaba de dar e essa temperatura internacional esdrúxula que o eminente Senador Gilvan Rocha acaba, na sua colocação, de oferecer à Casa, S. Exª, que veio de uma viagem ao exterior e foi muito mal recebido aqui, por um grupo de colegas seus.

Então V. Exª comete um equívoco. V. Exª está assentado na incerteza das areias movediças, quando atribui ao Governo Revolucionário as condições reinantes no Nordeste. Todos nós sabemos — e não digo qualquer estudante de Economia —, quem vende amendoim em porta de faculdade de ciências econômicas sabe perfeitamente que esse desnível entre a região Centro-Sul e as regiões Nordeste e Norte decorre de fatores históricos. A região Centro-Sul foi gratificada pela natureza e por Deus por um clima melhor...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pelos homens, também; pelo Governo; protecionismo às indústrias do Sul...

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — ... por menor irregularidade de condições atmosféricas, pelo fator colonização; pela tecnologia estrangeira, em termos agrícolas e de pecuária, que veio para a região Centro-Sul. O nobre Senador Evelásio Vieira confirma, pois deve entender que este desnível se justifica, não pela atuação...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Não se justifica, Exª, de jeito nenhum. Pode ser superado.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Permita-me concluir o aparte.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Nós é que resolvemos dar o aparte a V. Exª, pela sua oração brilhante...

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Perdão. A generosidade nordestina de V. Exª não me irá fazer calar. O que disse o nobre Senador Gilvan Rocha foi um despautério. As críticas de S. Exª valeriam se nós estivéssemos, por exemplo, falando na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, onde o problema financeiro, onde o problema econômico exerce hierarquia não só dentro de suas fronteiras mas no mundo todo. Ali, então, se justificava, mas o Governo faz aquilo que é possível pelo Nordeste.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — O que ele acha que é possível, mas a representação nordestina tem discordado, reiteradas vezes.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — V. Exª verifica que as condições de vida do Nordeste se não melhoraram: no horizonte desejado, pelo menos houve um avanço. A região Norte, com a Transamazônica, a potencialidade hidrelétrica do Norte está sendo obtida pelos Governos da Revolução. Antes de 1964, a região Norte...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Excelência, pediria a sua compreensão porque, senão, ouviremos as palavras de V. Exª e não poderemos dizer as nossas próprias. Este aparte, realmente, registra o seu pensamento, mas esta oração está sendo feita para registrar o nosso, e não o do Líder do Governo.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Perfeito. Se V. Exª me cancela a palavra...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Não, apenas pedimos a compreensão de V. Exª, pois, assim, não poderemos expor o nosso pensamento.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Mas, V. Exª está falando depois da Ordem do Dia, e parece-me que tem um tempo maior.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Infelizmente, a luz da mesa da Presidência já está acesa, chamando a nossa atenção.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Então peço desculpas a V. Exª e vou concluir, citando, por exemplo, a região mais longínqua, que é o Setentrão brasileiro. Em 1964, o potencial energético não correspondia a 1% do potencial energético do País. Mas o Governo está construindo usinas hidrelétricas que representarão a redução daquela região, pólos de desenvolvimento econômico e a política de assistência regional. De modo que, se V. Exª se exonerar pelo menos 1% de sua paixão política, há de fazer justiça aos Governos da Revolução, que se voltaram, realmente, para o Nor-

deste e para o Norte. Então, o eminente Senador Gilvan Rocha deveria cultivar a sua vocação, e ser representante do povo nos Estados Unidos, ou na Alemanha, porque ali sim é que se justificaria que, havendo abundância de recursos financeiros, houvesse essas deficiências aqui denunciadas por V. Ex^a. Mas o ponto central do meu aparte é para caracterizar a contradição de V. Ex^a. Antes da Revolução de 1964, as representações nordestinas clamavam contra a falta de assistência ao Nordeste. E o Governo da época, a que V. Ex^a serviu...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Permita-nos: a luz da Mesa já deixou de ser verde para ser vermelha, Ex^a!

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — ... e creio que, com a solidariedade de V. Ex^a, reclamava, também, contra esse tratamento, alegadamente, discriminatório de V. Ex^a. Então, não nos venha com a balela no sentido de que esta alegada discriminação, ou desassistência, é fruto da atuação, ou da omissão, dos Governos Revolucionários.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque, Fazendo soar a campainha.) — O tempo de V. Ex^a, nobre Senador, já está exaurido.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Não apenas por nós, Ex^a... Mas, ouçamos o nobre colega que já havia solicitado aparte.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — É apenas para registrar com certa alegria que a incompetência foi, agora, atestada pelo Líder da Maioria. Ora, vejamos a lógica de S. Ex^a. Ele diz que antes da Revolução, as queixas eram, exatamente, iguais às de hoje, o que significa que a Revolução, o Governo Revolucionário, não modificou em nada a situação, e quem disse isso não foi o MDB...

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — V. Ex^a está distorcendo!

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — ... V. Ex^a disse isso, exatamente...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — *Ipsis litteris*.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — ... "as queixas dos representantes do Nordeste continuam a ser as mesmas"... o que significa um atestado público e notório da incompetência, agora registrada pelo Líder do Partido do Governo, coisa que já foi registrada por um departamento governamental que é o Banco do Nordeste que, oficialmente, diz que a diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul do País é exatamente igual aos anos trinta.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — O atual Superintendente diz que a disparidade se agravou muito mais.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Perfeito. Vê V. Ex^a que, agora, assistimos a um atestado daquela incompetência maior de todos os Governos da República para com a nossa região, atestada, claramente, pelo Líder do Governo, nesta Casa.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Não apoiado! Isso é distorção!

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ouçamos o ilustre Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Senador Marcos Freire, os comentários de V. Ex^a a respeito das péssimas condições de vida

da maioria dos nordestinos está esgotado. Estou inscrito para falar logo na sequência de V. Ex^a. Vou tecer as minhas considerações em seguida.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Muito obrigado.

Sr. Presidente, teríamos que entrar, se tempo houvesse, no campo educacional, em que as estatísticas comprovam que, por igual, o analfabetismo vem aumentando assustadoramente. Criaram o tal de MOBRAF para acabar com o analfabetismo e, recentes estatísticas mostram, exatamente, o inverso. Esse assunto ficará, contudo, para uma outra oportunidade.

Mas, não poderíamos encerrar sem nos referir ao tal "núcleo central" da argumentação do Líder do Governo. O Núcleo central da argumentação de S. Ex^a está furado porque antes de 1964 as bancadas reivindicavam sim, mas era um regime democrático, e, como tal havia a possibilidade do Congresso se contrapor à posição do Executivo. Havia a possibilidade dos governadores levantarem a sua voz, porque não eram "paus mandados" dos Presidentes da República. E não há exemplo maior, Sr. Presidente — infelizmente, faltamos tempo para maiores considerações — do que a própria criação da SUDENE, que não foi uma dádiva do Executivo de cima para baixo. A SUDENE foi, em verdade, fruto de um trabalho de mobilização, de conscientização regional. Para esse trabalho contribuíram vários setores sociais. Os Bispos do Nordeste, por exemplo, reuniram-se em conclave, antes da criação da SUDENE, para mostrar a necessidade de uma reformulação na política desenvolvimentista do Nordeste. O grupo de técnicos do GTDN foi da maior importância, grupo de trabalho mostrando a necessidade de se mudar aquela orientação meramente de engenharia hidráulica, na solução dos problemas do Nordeste, para assumir uma posição eminentemente desenvolvimentista. Governadores e políticos, que não dependiam do poder central, se reuniram, igualmente, para pressionar o Governo no sentido de um novo enfoque na política desenvolvimentista do Nordeste.

Portanto, Sr. Presidente, na verdade, o problema é econômico, é financeiro, é social, mas é, também, político, que é o principal. Isso porque a solução dos problemas brasileiros exige não a sapiência de alguns governantes mas, sim, o debate nacional, a participação de todos os setores interessados. É isto que o Brasil precisa, e não que existam, aqui, apenas representantes que podem criticar o Governo, ou apontar soluções mas que o Governo ouve se quiser, e ouve na medida em que bem entende, porque ele é todo poderoso, ele manda e desmanda nesse regime autocrático que aí está. Só acabando-se com a estrutura ditatorial do poder é que realmente a Nação brasileira poderá participar no equacionamento e na solução dos seus problemas.

Assim, Sr. Presidente, estes dados que reportamos aqui são, tão somente, para mostrar o contraste entre os documentos oficiais que vêm com elogios a números, a dados, a estatísticas econômicas, que pouco representam em termos de verdadeiro desenvolvimento econômico, porque desenvolvimento econômico é aquele que vem beneficiar o povo, é aquele que vem permitir melhores condições de vida para a maioria da população brasileira — coisa que não está ocorrendo. O povo é, de fato, o grande sacrificado, o grande sofredor, mas, isto há de ter fim porque este País, mais cedo ou mais tarde, ingressará realmente naquele regime de plenitude democrática! (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MARCOS
FREIRE EM SEU DISCURSO:

QUADRO I

EVOLUÇÃO DO CUSTO DE VIDA NAS PRINCIPAIS
CAPITAIS BRASILEIRAS

QUADRO II

CONSUMO ANUAL POR PESSOA DOS PRINCIPAIS ALIMENTOS

REGIÕES METROPOLITANAS

(em quilogramas)

| ALIMENTOS | RIO | PORTO ALEGRE | CURITIBA |
|------------------|------|--------------|----------|
| Leite (1) | 44,8 | 73,3 | 38,1 |
| Açúcar | 12,2 | 40,6 | 37,7 |
| Arroz | 26,9 | 25,8 | 26,5 |
| Pão | 24,4 | 31,6 | 22,5 |
| Batata | 20,4 | 25,5 | 27,5 |
| Carne moída | 17,3 | 20,0 | 12,5 |
| Fritura pronta | 16,5 | 10,9 | 10,7 |
| Frango | 10,6 | 10,8 | 9,4 |
| Banana | 10,2 | 8,4 | 7,4 |
| Tomate | 9,0 | 8,5 | 7,3 |
| Laranja | 7,2 | 3,7 | 6,0 |
| Ovos (2) | 7,3 | 7,4 | 6,7 |
| Óleo de soja (3) | 6,5 | 7,5 | 8,1 |
| Peixe fresco | 5,8 | 1,4 | 1,6 |
| Café | 5,3 | 4,9 | 5,8 |
| Chuchu | 5,0 | 3,1 | 4,3 |
| Sal | 4,7 | 4,5 | 4,6 |
| Cebola | 4,5 | 5,6 | 5,0 |
| Far. mandioca | 3,8 | 0,5 | 0,6 |

Fonte: Fundação IBGE (Estudo Nacional da Despesa Familiar - 1977)

(1) - consumo medido em litros

(2) - cada 10 unidades equivalem a 1 Kg

(3) - cada lata de 900 ml equivale a 1 Kg.

| CAPITAIS | ATÉ JULHO/78 | ÚLTIMOS 12 MESES |
|----------------|--------------|------------------|
| Rio de Janeiro | 23,90% | 39,70% |
| São Paulo (1) | 26,34% | 39,77% |
| São Paulo (2) | 24,32% | 39,26% |
| Belo Horizonte | 29,41% | 59,10% |
| Porto Alegre | 22,94% | 37,00% |
| Recife | 31,75% | 54,01% |
| Florianópolis | 24,75% | 40,84% |
| Fortaleza | 20,40% | 34,33% |
| Brasília | 29,80% | 46,69% |
| Manaus | 31,94% | 46,70% |
| Salvador | 25,40% | 40,00% |
| Curitiba | 28,84% | 43,84% |
| MÉDIAS | 28,32% | 45,54% |

Fontes: Fundação Getúlio Vargas
Secretaria do Planejamento

(1) - cálculo do DIEESE

(2) - cálculo do Instituto de Pesquisas Econômicas da USP

QUADRO III

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA - 1972/76

(PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS - 10 ANOS E MAIS)

| Faixas de renda (em salário mínimo) | 1972 (em 1.000) | % | 1976 (em 1.000) | % |
|--|--------------------|-------|--------------------|-------|
| Até 1/2 | 6.125 | 21,34 | 4.015 | 12,81 |
| De 1/2 a 1 | 6.813 | 24,09 | 6.100 | 19,04 |
| De 1 a 2 | 6.951 | 24,28 | 8.507 | 26,17 |
| De 2 a 5 | 5.311 | 20,11 | 6.752 | 21,19 |
| De 5 a 10 | 1.872 | 6,81 | 2.371 | 7,34 |
| De 10 a 20 | 509 | 2,81 | 1.101 | 3,42 |
| Acima de 20 | 338 | 1,17 | 402 | 1,20 |
| TOTAL | 28.757 | | 32.341 | |

Fonte: Fundação IBGE

I e II Pesquisa Nacional por
Amostra de Domicílios

Observação:

Nos dados relativos a 1976, foram computadas nada menos de 4 milhões 715 mil 193 pessoas como sem rendimentos, embora a pesquisa não as tenha incluído no rol dos desempregados. Para a Fundação IBGE, esses quase 5 milhões de brasileiros adultos sem qualquer renda seriam homens e mulheres que desempenham atividades auxiliares no meio rural ou, eventualmente, biscoiteiros dos centros urbanos. Vale assinalar, contudo, que se fossem considerados como detentores de alguma forma de rendimento, com certeza figurariam na faixa entre zero e meio salário mínimo.

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR**EDITAL**

A Presidência do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca a Comissão Deliberativa para reunir-se quarta-feira, dia vinte e sete do corrente, às dez horas, em sua sede no Anexo I do Senado Federal, 2º andar, para tratar de assuntos de sua competência.

Brasília, 20 de setembro de 1978. — Senador Accioly Filho, Presidente — Deputado Thales Ramalho, Secretário.

MESA

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

1º-Vice-Presidente:
José Lindoso (ARENA — AM)

2º-Vice-Presidente:
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

1º-Secretário:
Mendes Canale (ARENA — MT)

2º-Secretário:
Mauro Benevides (MDB — CE)

3º-Secretário:
Henrique de La Rocque (ARENA — MA)

4º-Secretário:
Renato Franco (ARENA — PA)

Suplentes de Secretário:
Altevir Leal (ARENA — AC)
Evandro Carreira (MDB — AM)
Otair Becker (ARENA — SC)
Braga Junior (ARENA — AM)

LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA

Líder
Eurico Rezende
Vice-Líderes
Heitor Dias
Helvidio Nunes
Jarbas Passarinho
José Sarney
Osires Teixeira
Otto Lehmann
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA

Líder
Paulo Brossard
Vice-Líderes
Evelásio Vieira
Gilvan Rocha
Itamar Franco
Leite Chaves
Marcos Freire
Roberto Saturnino

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 25-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Agenor Maria
Vice-Presidente: Otair Becker

| Titulares | Suplentes |
|-----------------------|------------------------|
| | ARENA |
| 1. Otair Becker | 1. Dinarte Mariz |
| 2. Benedito Ferreira | 2. Saldanha Derzi |
| 3. Itálvio Coelho | 3. Vilela de Magalhães |
| 4. Murilo Paraíso | |
| 5. Vasconcelos Torres | |
| | MDB |
| 1. Agenor Maria | 1. Adalberto Sena |
| 2. Roberto Saturnino | 2. Evelásio Vieira |

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramais 301 e 313
Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Evandro Carreira

| Titulares | Suplentes |
|----------------------|--------------------|
| | ARENA |
| 1. Heitor Dias | 1. Saldanha Derzi |
| 2. Jarbas Passarinho | 2. José Sarney |
| 3. Dinarte Mariz | 3. Otair Becker |
| 4. Teotônio Vilela | |
| 5. Braga Junior | |
| | MDB |
| 1. Agenor Maria | 1. Evelásio Vieira |
| 2. Evandro Carreira | 2. Gilvan Rocha |

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Accioly Filho
2º-Vice-Presidente: Leite Chaves

| Titulares | Suplentes |
|---------------------|------------------------|
| | ARENA |
| 1. Accioly Filho | 1. Vilela de Magalhães |
| 2. Gustavo Capanema | 2. Lenoir Vargas |
| 3. Daniel Krieger | 3. Arnon de Mello |
| 4. Eurico Rezende | 4. Vasconcelos Torres |
| 5. Heitor Dias | 5. Milton Cabral |
| 6. Helvidio Nunes | 6. José Sarney |
| 7. Wilson Gonçalves | |
| 8. Itálvio Coelho | |
| 9. Otto Lehmann | |
| 10. Osires Teixeira | |
| | MDB |
| 1. Dirceu Cardoso | 1. Franca Montoro |
| 2. Leite Chaves | 2. Lázare Barboza |
| 3. Nelson Carneiro | 3. Cunha Lima |
| 4. Paulo Brossard | |
| 5. Orestes Quêrcia | |

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Itamar Franco

Titulares

1. Heitor Dias
2. Murilo Paraíso
3. Cattete Pinheiro
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Wilson Gonçalves
7. Virgílio Távora
8. Alexandre Costa

Suplentes

ARENA

1. Augusto Franco
2. José Sarney
3. Braga Junior
4. Altevair Leal
5. Luiz Cavalcante

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza
3. Adalberto Sena

1. Evandro Carneira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Marcos Freire

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. José Guimard
4. Luiz Cavalcante
5. Murilo Paraíso
6. Vasconcelos Torres
7. Dinarte Mariz
8. Otair Becker

Suplentes

ARENA

1. Cattete Pinheiro
2. Augusto Franco
3. José Sarney
4. Heitor Dias
5. Jarbas Passarinho

MDB

1. Franco Montoro
2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Orestes Quéricia

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Eveldásio Vieira

Titulares

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Otto Lehmann
5. Jarbas Passarinho
6. Cattete Pinheiro

Suplentes

ARENA

1. Helvidio Nunes
2. Ruy Santos
3. Arnon de Mello
4. Heitor Dias

MDB

1. Eveldásio Vieira
2. Itamar Franco
3. Adalberto Sena

1. Franco Montoro
2. Cunha Lima

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Saldanha Derzi

Titulares

1. Teotônio Vilela
2. Alexandre Costa
3. Wilson Gonçalves
4. Saldanha Derzi
5. Helvidio Nunes
6. Lenoir Vargas
7. Vilela de Magalhães
8. Ruy Santos
9. Braga Junior
10. Tarso Dutra
11. Virgílio Távora
12. Magalhães Pinto

Suplentes

ARENA

1. Cattete Pinheiro
2. Heitor Dias
3. Laurival Baptista
4. Daniel Krieger
5. José Guimard
6. José Sarney
7. Otair Becker

MDB

1. Franco Montoro
2. Eveldásio Vieira
3. Gilvan Rocha
4. Roberto Saturnino
5. Cunha Lima

1. Hugo Ramos
2. Dirceu Cardoso
3. Evandro Carneira

Assistente: Cândido Hippertt — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire

Vice-Presidente: Orestes Quêrcia

Titulares

1. Jessé Freire
2. Ruy Santos
3. Lenoir Vargas
4. Jarbas Passarinho
5. Lourival Baptista
6. Accioly Filho

Suplentes**ARENA**

1. Braga Junior
2. Virgílio Távora
3. Osirés Teixeira
4. Cattete Pinheiro

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quêrcia
3. Nelson Carneiro
1. Lázaro Barboza
2. Cunha Lima

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jarbas Passarinho

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares

1. Milton Cabral
2. Vilela de Magalhães
3. Arnon de Mello
4. Luiz Cavalcante
5. Jarbas Passarinho

Suplentes**ARENA**

1. José Guimard
2. Murilo Paraíso
3. Virgílio Távora

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco
1. Gilvan Rocha
2. Franco Montoro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adalberto Sena

Vice-Presidente: Helvidio Nunes

Titulares

1. Helvidio Nunes
2. Otto Lehmann
3. Saldanha Derzi

Suplentes**ARENA**

1. Virgílio Távora
2. Arnon de Mello
3. Jarbas Passarinho

MDB

1. Hugo Ramos
2. Adalberto Sena
1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi

2º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares

1. Magalhães Pinto
2. Alexandre Costa
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Saldanha Derzi
7. José Sarney
8. João Calmon
9. Augusto Franco
10. Otto Lehmann

Suplentes**ARENA**

1. Accioly Filho
2. Fausto Castelo-Branco
3. Helvidio Nunes
4. Heitor Dias
5. Jarbas Passarinho
6. Luiz Cavalcante

MDB

1. Paulo Brassard
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Nelson Carneiro
1. Marcos Freire
2. Hugo Ramos
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Santos

Vice-Presidente: Altevir Leal

Titulares

1. Altevir Leal
2. Ruy Santos
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Lourival Baptista

Suplentes**ARENA**

1. Saldanha Derzi
2. Itálio Coelho
3. Osirés Teixeira

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha
1. Benjamim Farah
2. Cunha Lima

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Augusto Franco

Titulares**ARENA**

1. José Guimard
2. Vasconcelos Torres
3. Virgílio Távora
4. Augusto Franco
5. Milton Cabral

Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Braga Junior
3. Dinarte Mariz

MDB

1. Adalberto Sena
2. Benjamin Farah

1. Agenor Maria
2. Dirceu Cardoso

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benjamin Farah

Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares**ARENA**

1. Lenoir Vargas
2. Accioly Filho
3. Augusto Franco
4. Heitor Dias
5. Saldanha Derzi

Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Gustavo Capanema
3. Vilela de Magalhães

MDB

1. Benjamin Farah
2. Hugo Ramos

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lourival Baptista

Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares**ARENA**

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Braga Junior
4. Lourival Baptista
5. Vilela de Magalhães

Suplentes

1. Otto Lehmann
2. Teotônio Vilela
3. Wilson Gonçalves

MDB

1. Evandro Correia
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 225-8505 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
- 2) Comissões Temporárias para apreciação de Vetos
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL****PARA O ANO DE 1978**

| HORAS | TERÇA | S A L A S | ASSISTENTE | HORAS | QUINTA | S A L A S | ASSISTENTE |
|-------|--------|-----------------------------------|---------------|-------|----------|-----------------------------------|-------------|
| 10:00 | C.T. | RUI BARBOSA Ramais - 621 e 716 | RONALDO | 09:00 | C.P. | CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623 | CÂNDIDO |
| | C.A.R. | CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623 | GUILHERME | 09:30 | C.S.P.C. | RUI BARBOSA Ramais - 621 e 716 | SÔNIA |
| 10:30 | C.A. | CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623 | CLÁUDIO COSTA | 10:30 | C.E.C | CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623 | SÔNIA |
| | C.R.I. | RUI BARBOSA Ramais - 621 e 716 | CÂNDIDO | | C.D.F. | RUI BARBOSA Ramais - 621 e 716 | RONALDO |
| HORAS | QUARTA | S A L A S | ASSISTENTE | 11:00 | C.L.S | CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623 | LEDA |
| 09:00 | C.S.N. | RUI BARBOSA Ramais - 621 e 716 | LEDA | | C.S. | RUI BARBOSA Ramais - 621 e 716 | LEDA |
| 10:00 | C.C.J. | CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623 | DANIEL | 12:00 | C.R. | CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623 | MARIA CARME |
| | C.N.E. | RUI BARBOSA Ramais - 621 e 716 | RONALDO | | | | |
| 10:30 | C.E. | RUI BARBOSA Ramais - 621 e 716 | DANIEL | | | | |

PROCESSO LEGISLATIVO

Conceito, iniciativa e tramitação
das normas legais de diversas hierarquias, de acordo com os
preceitos constitucionais e regimentais.

2ª EDIÇÃO: JUNHO DE 1976

Preço: Cr\$ 15,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Textos vigentes da Constituição Federal e das Constituições
de todos os Estados da Federação brasileira.

ÍNDICE TEMÁTICO E NOTAS

2ª EDIÇÃO REVISTA E ATUALIZADA: 1977

2 tomos

Preço: Cr\$ 150,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

O PODER LEGISLATIVO E A CRIAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS

Obra comemorativa do Sesquicentenário da Lei de 11 de agosto de 1827, que criou os Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda.

Precedentes históricos, debates da Assembléia Constituinte de 1823, Decreto de 1825 com os Estatutos do Visconde da Cachoeira, completa tramitação legislativa da Lei de 11-8-1827, com a íntegra dos debates da Assembléia Geral Legislativa (1826-1827), sanção imperial e inauguração dos Cursos de São Paulo e Olinda.

Índices onomástico e temático

410 páginas

PREÇO: Cr\$ 70,00

Pedidos pelo reembolso postal à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
(Anexo I) — Brasília — DF — 70160

REFORMA ADMINISTRATIVA

DECRETO-LEI Nº 200/67

- **Redação atualizada**
- **Legislação alteradora**
- **Legislação citada**
- **Legislação correlata**
- **Ementário da Legislação de Pessoal.**

2ª Edição: setembro de 1976

284 páginas

Preço: Cr\$ 40,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

QUADRO COMPARATIVO ANOTADO

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

2 VOLUMES

1º VOLUME:

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO
CIVIL COM DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

2º VOLUME:

NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZAID;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Código, Lei nº 5.869/73, alterado pela Lei nº 5.925/73.

PREÇO: Cr\$ 70,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

**Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento
(atualizados)**

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso.

“Revista de Informação Legislativa” nº 38

452 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160

acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,

ou pelo sistema de Reembolso Postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 1,00